João Fragoso
Manolo Florentino

O ARCAÍSMO COMO PROJETO

Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840

Diadorim

Capa:
Tatiana de Lamare

Editoração Eletrônica:
Jorge Viveiros de Castro

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Fragoso, João

F874a

O arcaísmo como projeto : mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840 / João Fragoso, Manolo Florentino. -- Rio de Janeiro : Diadorim, 1993.

Bibliografia.

1. Brasil - Condições Econômicas. 2. Brasil - Comércio. 3. Brasil - História - Período Colonial, 1500-1822. I. Florentino, Manolo. II. Título.

93-0126

CDD - 981.03
CDU - 981

1993
Diadorim Editora Ltda.
Rua Maria Angélica 171, loja 102
Jardim Botânico
Rio de Janeiro - RJ

Sumário

Índice de Tabelas

Prefácio

Este pequeno livro me parece exemplar em dois sentidos principais.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma obra em colaboração que efetua a confluência de duas importantes teses de doutoramento, defendidas recentemente na Universidade Federal Fluminense. Além do fato óbvio de que duas cabeças bem sintonizadas pensam melhor do que uma, deve ser ressaltado que aquelas teses resultaram de longos processos de pesquisa coordenados entre si, voltados em parte para as mesmas massas documentais, interrogadas para finalidades diferentes mas complementares. Assim, a troca de idéias entre os autores vem de longe, tendo já rendido outros frutos antes na forma de artigos e comunicações. Ora, o trabalho em equipe é pouco frequente entre nós, o individualismo predomina nas hostes da Academia. Textos como este demonstram que isso é uma pena! Oxalá a leitura de resultados tão interessantes de um esforço conjunto encoraje o desenvolvimento de projetos similares. Tendo, no passado, produzido sete livros em colaboração com o historiador Héctor Pérez Brignoli, não tenho, quanto a mim, qualquer dúvida acerca de quão profícuo e intelectualmente satisfatório pode ser o trabalho em equipe. Quantas vezes a discussão de um ponto crucial, de divergências ou convergências, do caminho a seguir tornou-se tão excitante e envolvente que só ao ver o Sol raiar e a esposa de Héctor, Yolanda, trazer-nos o primeiro café do novo dia, percebíamos ter passado a noite em claro, falando, debatendo, planejando!

Outrossim, este livro parece-me, ainda, exemplar por conseguir uma rara conjugação dialética do todo e das partes, por ser um enfoque do regional que tanto ilumina o quadro de conjunto quanto é por ele iluminado. Este estudo do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840 desembocou no esclarecimento dos mecanismos gerais de reprodução da economia e da sociedade da Colônia e das décadas iniciais do Império em sua totalidade; mas, por sua vez, foi formulado no bojo de uma visão bem determinada acerca da estrutura social inteira — suas hierarquias, sua ideologia, seu funcionamento.

Sendo extremamente original e bem baseada empiricamente, a versão que oferecem os autores desse meio século de nossa história deverá despertar debates e controvérsias de grande interesse e utilidade. Sinto-me orgulhoso por ter sido o orientador de uma, e ter participado da banca das duas teses que originaram este texto, estando portanto vinculado às raízes acadêmicas deste esforço de síntese tão oportuno.

Niterói, janeiro de 1993

Ciro Flamarion Cardoso

Introdução

para Renato Rocha Pitzer, in memoriam

> ***"Se existe algum aspecto sobre o qual há consenso entre os analistas da economia brasileira, é o de que nela prepondera uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo ocidental, senão a mais desigual." (Romão, 1991:103)***

Tal é a constatação que serve de eixo à análise de Maurício Costa Romão, em recente coletânea sobre a economia brasileira das últimas décadas. Seus dados são contundentes: entre 1960 e 1988, a porcentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza gravitou ao redor de 40% da população. Mais curioso ainda é que os indicadores de distribuição da renda nacional pouco variaram frente aos diversos ciclos de expansão/contração da economia recente. Assim, uma comparação entre uma etapa claramente retracionista, como 1960, e o **boom** do milagre (1970), nos mostra poucas alterações dos altos níveis de incidência da pobreza: se no primeiro ano os indivíduos miseráveis somam 41% da população, dez anos depois situam-se em 39%. Se a miséria é praticamente invariável, o mesmo não ocorre com a renda detida pelos 10% mais ricos: estes, em 1960, concentravam 35% da riqueza, aumentando para 42% em 1970. (Romão, 1991:103-106)

Comentando a permanência da extrema concentração da distribuição de renda entre nós, Antonio Barros de Castro, no prefácio da coletânea que inclui o artigo acima, alerta que dar conta desta invariância demanda, por parte do economista, *"assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações histórico-contextuais." (Camargo & Giambiagi, 1991:11-12)*

O trabalho que apresentamos assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a redução — muito em voga nos tempos atuais — da reflexão histórica à simples reiteração da "memória". Ao contrário, assume-se aqui a idéia, tão cara a Marc Bloch, de que o ofício de historiador pode oferecer importantes subsídios para, através do passado, ajudar a compreensão do presente.

É inegável que, desde a abolição do tráfico negreiro (1850), ocorreram flagrantes mutações estruturais na economia brasileira. Desde então, de maneira diferenciada de acordo com a região considerada, passou-se paulatinamente de um padrão agro-exportador para outro de base urbano-industrial. Não seria difícil detectar, contudo, a manutenção de uma perversa diferenciação de renda, com a maior parte da população excluída do acesso à riqueza produzida. Basta comparar os padrões das décadas de 1960 e 1970 com aqueles vigentes na passagem do século XVIII para o XIX: os inventários **post-mortem** dos homens livres revelam que, no Rio de Janeiro, mais ou menos a metade dos inventariados detinha em torno de 6% da riqueza, enquanto que os 10% mais ricos concentravam em suas mãos ao redor de 2/3 da mesma. Nosso trabalho procura contribuir para o entendimento desta cruel persistência, buscando encontrar seus nexos nos mecanismos internos que, por mais de três séculos (isto é, perpassando as mais diversas conjunturas), propiciaram a contínua reprodução da economia colonial.

Não se engane, porém, o leitor, imaginando que o estudo que se segue possa ser confundido com uma análise econômica no sentido restrito. Ao contrário, seu eixo maior é a idéia de que a natureza arcaica da formação colonial brasileira impede que a estrutura econômica possa ser apreendida por si mesma, i.e., sem levar em conta os aspectos não econômicos que informam o seu funcionamento. Daí deriva a hipótese norteadora de toda a reflexão: a de que a reprodução do sistema econômico imbricava-se organicamente com a contínua reiteração de uma hierarquia fortemente excludente. Em se tratando de uma sociedade escravista, não poderia ser de outro modo, pois nela a produção não é auto-regulável, pressupondo a constituição de relações de poder. Aqui o produtor direto é cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente, é, portanto, condição **sine qua non** para a concretização do processo produtivo.

Por certo, assumir que o núcleo da formação colonial estava constituído por um tipo específico de reprodução no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam em recriar o padrão excludente, impõe um distanciamento profundo em relação aos principais paradigmas analíticos da historiografia nacional. O resultado mais palpável deste novo ponto de

vista é a redefinição do papel do mercado, que passa a surgir subordinado à consecução de uma diferenciação perversa.

Trilhar esta perspectiva significa, antes de mais nada, atentar para a natureza singular da metrópole portuguesa. A historiografia lusa recente vem pondo em dúvida a possibilidade de apreender o projeto ultramarino português a partir dos clássicos quadros do moderno sistema colonial. Na verdade, tudo indica que a apropriação do excedente produzido em além mar servia ao claro propósito de perpetuar uma economia e sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime. Tratava-se, enfim, de reiterar uma estrutura pré-existente, que tinha a aristocracia agrária à testa.

Abre-se aqui uma importante brecha para se entender o funcionamento da Colônia, pois a estrutura social portuguesa tramaria contra a solidificação do capital comercial metropolitano, ao menos no nível requerido para a execução das tarefas próprias aos grandes mercadores de outros centros europeus modernos — nucleadas no controle sobre as variáveis relativas à reprodução da economia ultramaria. Se a isto agregarmos a natureza mercantil da produção colonial baseada na escravidão (i.e., marcada por uma frágil divisão social do trabalho e por débil circulação de numerário), estaremos frente às pré-condições para a preeminência daqueles agentes coloniais que detêm a liquidez — o capital mercantil residente.

Não nos restringimos, contudo, à simples detecção da preeminência dos grandes mercadores coloniais. Fomos mais além e buscamos desvendar os mecanismos garantidores desta preeminência, movimento que nos colocou diante da própria lógica de reiteração temporal da economia e sociedade em questão. De imediato, percebemos que tal reiteração tinha por requisito a contínua incorporação de fatores econômicos cuja oferta combinava uma enorme elasticidade com custos socialmente reduzidos: terras, mão de obra e alimentos. Na base desta incorporação encontramos uma fronteira aberta, um mosaico de produções não capitalistas que garantiam o abastecimento interno, e o crescimento do tráfico negreiro através do Atlântico, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural com a exacerbação da diferenciação social na África.

De tudo isso resultou uma economia de natureza atlântica, cujos lineamentos não capitalistas lhe permitia desfrutar de certa autonomia frente às pulsações do mercado internacional, além de sedimentar setores de acumulação a ela endógenos. **Pari passu**, rastreamos uma dinâmica na qual o mercado continuamente forjava uma hierarquia excludente de caráter arcaico. De fato, os negociantes de grosso trato da Colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico), em um movimento que implicava no direcionamento dos outros agen-

tes econômicos para as atividades menos lucrativas — leia-se, sobretudo, a agricultura.

Este quadro geral sugere, em tese, um perfil de crescente enriquecimento da elite mercantil, e de contínua pauperização das camadas subalternas livres. No entanto, o trabalho com as taxas de pobreza e de riqueza durante a primeira metade do século XIX mostrou certa invariância na composição dos ricos (poucos) e dos pobres (a maioria). No que diz respeito a estes últimos, o acesso a recursos produtivos em si mesmo baratos — terras, alimentos e mão de obra — impediu a **débacle** social, garantindo a estabilidade do sistema em meio a altos níveis de concentração.

A elite mercantil, por sua vez, viu-se sempre marcada por aquilo que chamamos **ideal aristocrático**, que consiste em transformar sua acumulação em terras, homens e sobrados. **Contemplava-se, assim, através da subordinação da acumulação comercial, a constituição de uma sociedade arcaica, com sua hierarquia excludente em perpétua reconstituição. Nas condições específicas da Colônia, a ausência deste movimento inviabilizaria o grande cenário que por séculos articulou senhores e cativos.**

*
* *

O estudo que se segue é o resultado, bastante amadurecido, de duas teses de doutoramento. Só isto já pode dar uma idéia do número de pessoas e instituições vinculadas a seu longo percurso. Mas, por certo, não há como deixar de sublinhar a paciência e o carinho com que José Roberto Góes, Ana Paula Goulart Ribeiro e Georgina Silva dos Santos acompanharam as últimas etapas de sua elaboração.

I- Problemas Gerais de Interpretação

1. Dos Modelos Explicativos da Economia Colonial

Desde que, ainda na década de 1930, Caio Prado Júnior deu início à sua importante obra, duas grandes vertentes têm servido de paradígmas para a explicação da natureza profunda da economia escravista colonial. Há, de um lado, a chamada escola do "sentido da colonização", por ele inaugurada e que encontrou continuidade em Celso Furtado e Fernando Novais. Contrapondo-se a ela estão Ciro Cardoso e Jacob Gorender, autores que, nos anos 70, apontaram para a categoria de "modo de produção escravista colonial" enquanto o eixo mais pertinente para a apreensão daquela natureza.[1]

O trabalho de Caio Prado fincou as raízes mais profundas. Rompendo com a Teoria dos Ciclo — para quem as continuidades econômicas coloniais corresponderiam ao despontar de determinados produtos na pauta de exportações —, tentava-se resgatar os fundamentos estruturais da história brasileira. Estes necessariamente ultrapassariam as meras conjunturas e sucessivas hegemonias de produtos exportáveis. Daí que, no seu **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), em uma parte hoje clássica e não gratuitamente intitulada "o sentido da colonização", se explique:

> *"Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um Sentido (...) uma linha mestra ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa sempre numa determinada orientação."* (Prado Júnior, 1977:19)

Destes pressupostos somos remetidos à Expansão Marítima e Comercial européia. De fato, compreender tal sentido implicaria em tomar o descobrimento e a posterior estruturação da sociedade e economia coloniais como capítulos da história comercial européia:

> *"(...) se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...) É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras." (Prado Jr., 1977:31-32)*

Esta afirmação, verdadeiro corolário da colonização, ensejaria um tipo de estrutura assentado na contínua transferência de excedentes para a Metrópole lusitana, o que por certo só poderia traduzir-se numa economia exportadora de base agrária. O sistema exportador combinaria, no caso brasileiro, três variáveis que marcariam todo o período colonial: grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo.

Caberia indagar sobre as derivações deste modelo. A preponderância do capital mercantil metropolitano sobre a produção colonial seria a primeira, visto ser através dele que esta última se realizaria. Residiria aí a própria razão de ser da economia colonial, com o capital mercantil lusitano erigido à condição de instância apropriadora e transferidora do seu excedente. Em segundo lugar, como consequência da maldição agro-exportadora, emergiriam as limitações estruturais para a constituição de um mercado interno de peso na Colônia (a tendência autárquica da grande plantação e a reduzida produção mercantil de alimentos). Caio Prado esclarece:

> *"Passemos ao comércio interior (...) Não temos muitos dados; o interesse que despertava, subsidiário como era, foi pequeno e os contemporâneos nos deixaram poucas informações. Podemos, contudo, notar com absoluta segurança que o seu movimento principal éconstituído ou por mercadorias que se destinam em última instância à exportação, ou aquelas que provêm da importação (...) o mais resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois quanto às populações e estabelecimentos rurais elas são em regra, a este respeito, autônomas." (Prado Jr., 1978:110)*

A Colônia se veria polarizada social e politicamente entre os agentes que dariam vida à **plantation** — os senhores e seus escravos. Como figuras secundárias, reunidas ao redor da agro-exportação, estariam os inúmeros homens livres pobres. Não estranha que, neste modelo, as elites agrárias reinem absolutas no topo da hierarquia social e econômica, submetidas apenas aos desígnios do Pacto Colonial (Prado Jr., 1975:23). Por fim, a combinação de todos estes elementos convergiria para a afirmação da incapacidade estrutural da Colônia em gerar circuitos internos de acumulação: eis aqui o resultado previsível de sua situação de dependência.

Esta conclusão marcará, implicita ou explicitamente, as interpretações ulteriores a Caio Prado que, deste modo, fornecerá a linha mestra analítica a alguns dos mais importantes trabalhos da historiografia econômica nacional. É o que se nota no caso de Celso Furtado, para quem, em termos gerais, o comércio exterior conformará o eixo de compreensão do funcionamento da economia escravista:

> *"(...) sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores." (Furtado, 1967:95)*

Ao partir destes lineamentos, era inevitável também a Furtado insistir na transferência de sobretrabalho para a Metrópole como o fundamento da estrutura colonial. A tal conclusão se chegou, por exemplo, por meio da análise de dados acerca da empresa açucareira. Furtado estimava ser esta rentável o suficente para autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos, o que, contudo, só por vezes ocorreu. Por isso a indagação:

> *"(...) mas se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobrantes?" (Furtado, 1967:45-46)*

Considerando que os recursos não eram aplicados no açúcar nem em outras regiões, Furtado conclui que a explicação mais plausível *"(...) talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes." (Furtado, 1967:46)*

Eis aqui explicitada a subordinação da produção ao capital mercantil que, ao se apropriar da maior parte do sobretrabalho, determinaria o ritmo da acumulação. Cabe interrogar sobre a natureza deste capital mercantil,

uma vez que o autor afirma não existir na Colônia uma classe de comerciantes de importância, sendo os grandes empresários agrícolas o único grupo de expressão (Furtado, 1976:94). Sua resposta é precisa:

> *"(...) uma parte da renda, que antes atribuíamos àclasse de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não residentes e permanecia fora da Colônia. Explicar-se-ia, assim, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização." (Furtado, 1967:46)*

Furtado, porém, não se limita a seguir Caio Prado. Buscando apreender as flutuações da economia colonial, ele acaba por elaborar uma das melhores passagens de seu trabalho, quando procura dar conta do comportamento dos diferentes segmentos que a a constituíriam. Sendo apêndice de sistemas maiores, ela estaria desprovida de ritmos próprios, com flutuações determinadas pelas do mercado internacional. Sua expansão, pois, seria condicionada pela alta dos preços externos. Em um movimento contrário, a queda destes causaria a retração da produção de exportação. Ressalte-se, contudo, que a fase B não levaria a uma mudança de estrutura, visto que então os escravos dos engenhos se veriam deslocados para atividades de subsistência não diretamente ligadas à exportação (Furtado, 1967:51-53). O autor conclui o raciocínio afirmando que as atividades de exportação, altamente especializadas, estariam caracterizadas por grande coeficiente de exportação. Por isso o seu crescimento implicaria, necessariamente, o dos setores coloniais ligados ao abastecimento. Emerge, portanto, a brecha através da qual se desenvolveria o mercado interno — ou seja, as produções mercantis para o abastecimento. Claro está que este mercado interno seria caracterizado por limites impostos pela própria situação colonial, como os baixos fretes marítimos (que facilitariam as importações) e a determinação metropolitana de impedir a concorrência de produtos coloniais. (Furtado, 1967:55-56)

Ligado à exportação, o abastecimento interno não estaria assentado majoritariamente na escravidão (veja-se o caso da pecuária), e grande parte de sua produção se destinaria à autosubsistência. Daí sua relativa autonomia frente às flutuações do mercado externo, a qual, porém, deve ser bem entendida, pois só em épocas de alta dos preços internacionais estes segmentos aumentariam seus índices de mercantilização. Durante as conjunturas desfavoráveis, ao contrário, tais índices se reduziriam, já que a própria agro-exportação recuaria a níveis de autoconsumo. Deste modo, o grau de mercantilização da produção de alimentos (e, portanto, a própria extensão

do mercado interno) dependeria dos preços internacionais. Nos momentos de crise a produção colonial poderia até aumentar, mas o faria de forma não mercantilizada, isto é, enquanto pura produção de subsistência. (Furtado, 1967:59-64)

Trinta anos depois de Caio Prado haver erigido o comércio exterior à condição de eixo maior da história colonial, Fernando Novais reforçava a mesma idéia. E o fazia integrando de maneira mais sistemática o Antigo Sistema Colonial Mercantilista à acumulação primitiva de capitais:

> *"(...) o que nos parece peculiar, historicamente específico, das formações coloniais do Antigo Regime, é que sua montagem decorre dos movimentos de acumulação do capital mercantil, na formação do capitalismo." (Pinheiro, 1984:77)*

Novais retomava Caio Prado lançando mão de noções como "transferência de excedentes" e "relações centro/periferia", basilares na constituição de seu quadro explicativo (Cardoso, 1980:127). Neste, o conceito de Antigo Sistema Colonial representa o instrumento analítico maior para desvendar o funcionamento da economia da América lusitana. Em Caio Prado esta noção aparece fundada naquilo que se convencionou chamar de Pacto Colonial — o exclusivo do comércio entre as colônias e suas respectivas metrópoles. O Pacto seria a expressão maior do Capitalismo Comercial, pois reservaria aos comerciantes metropolitanos o privilégio das transações coloniais (Prado Jr., 1978:116-117). Novais reafirma esta idéia de maneira enfática:

> *"O regime do comércio colonial — isto é, o exclusivo metropolitano no comércio colonial — constituiu-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu." (Novais, 1983:92)*

Claro está que o autor não desconhece o caráter peculiar das metrópoles ibéricas. Nestas não se verificam os resultados finais de uma acumulação prévia de capitais — em outras palavras, a industrialização capitalista. Embora não se detenha na análise do fenômeno (o que "extravasaria nosso objetivo"), Novais, como antes o fizera Caio Prado, percebe em

Portugal um capitalismo mercantil (Novais, 1983:65). Lança-se, então, algumas noções acerca deste peculiar caráter, adiantando, de início, a hipertrofia do Estado — um "capitalismo monárquico". A isto se acrescenta a conjuntura internacional que, a partir de meados do século XVII, torna-se desfavorável à Metrópole (Novaes, 1983:81). Tal fenômeno ensejaria a dependência portuguesa para com a Inglaterra e aquilo que o autor chama de "transferência das vantagens" do exclusivo colonial. (Novais, 1983:91)

Destes pressupostos emergem os traços básicos da economia colonial, começando pela escravidão. Por outro lado, da mesma forma que em Caio Prado e em Furtado, para Novais a hegemonia da **plantation** resultaria num mercado interno reduzidíssimo, já que os escravos produziriam grande parte de sua subsistência dentro da própria unidade exportadora (Novais, 1983: 109). A economia colonial estaria, assim, dividida em dois setores básicos: a **plantation**, razão de ser da colonização capitalista; e o setor, subordinado e dependente, da subsistência, "para atender o consumo local naquilo que não se importa da metrópole" (Novais, 1983:106). As flutuações do mercado interno, como em Furtado, estariam submetidas às variações das conjunturas internacionais, e a sua estreiteza redundaria no reforço da situação de dependência frente ao capitalismo comercial europeu. (Novais, 1983:96 e 106-107)

Do ponto de vista social, mesmo perdendo a maior parte do sobretrabalho extraído aos escravos para a burguesia metropolitana, a Colônia conseguiria reter algo de sua renda. Esta, naturalmente, permaneceria concentrada nas mãos da classe senhorial escravista, o que, por seu turno, permitiria a continuidade da exploração colonial.

A primeira crítica sistemática à vertente criada por Caio Prado surgiu nos anos 70, com os trabalhos de Ciro Cardoso. Para ele, as sociedades coloniais somente revelariam seu pleno sentido quando tomadas como elementos integrantes (e até mesmo complementares e dependentes) da economia européia. Entretanto,

> *"(...) também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias." (Cardoso, 1980: 127)*

A escravidão mercantil brasileira deveria, pois, ser apreendida como a base de uma verdadeira sociedade, determinada não somente pelo fato

colonial, mas também por vicissitudes que lhe seriam próprias. Buscava-se romper, pois, a tradição do "sentido da colonização", do império do comércio exterior e da acumulação primitiva como super-permanências que a tudo condicionariam e explicariam. Tendo estes lineamentos por base, Ciro Cardoso procurou avançar no desenvolvimento da hipótese de um modo de produção escravista colonial na América. A dinâmica deste seria necessariamente complexa, já que envolveria o dado da dependência — e a expressão "colonial" buscaria dar conta da contínua transferência do sobretrabalho para as metrópoles — e estruturas com contradições peculiares. De forma resumida, seriam os seguintes os traços definidores do modelo proposto:

a) a existência de dois setores agrícolas (o sistema escravista dominante, produtor de bens exportáveis, e o camponês, exercido pelos escravos;

b) as forças produtivas teriam um nível relativamente baixo, marcado pelo uso extensivo dos recursos naturais e da mão de obra;

c) do ponto de vista macro-econômico, a lógica do sistema e do capital mercantil seriam inseparáveis;

d) em termos micro-econômicos, a rentabilidade da empresa escravista dependeria da redução dos custos de produção (mão de obra e insumos), buscando-se a autosuficiência;

e) os principais mecanismos de reprodução seriam o tráfico de africanos (os EEUU constituindo uma exceção) e diversos fatores extra-econômicos.

Em fins destes mesmos anos 70, seguindo os passos de Ciro Cardoso, Jacob Gorender procurava levar às últimas consequências a idéia de um modo de produção escravista colonial, através, inclusive, da formulação de suas "leis" de funcionamento. Estas partiriam da análise do processo de produção, ao invés da circulação de bens, e tal mudança de perspectiva acabou por gerar algumas das mais contundentes críticas a Caio Prado e seus seguidores.

Gorender, assim como Ciro Cardoso, questiona a excessiva ênfase dada à transferência do excedente colonial, corolário dos modelos anteriores. Mais do que isto, ainda que sem maiores explicações, ele aventa a possibilidade concreta de acumulações no interior da formação colonial, como resultado da afividade agrícola e/ou comercial (Gorender, 1978:544). Curiosamente, porém, percebe-se em seu modelo a persistência de elementos herdados dos quadros explicativos por ele criticados. É o que se nota, por exemplo, quando se passa a analisar o problema das flutuações coloniais.

Para Gorender, o escravismo não geraria um mercado interno compatível com a realização da produção mercantilizada mais ampla. Daí que esta produção, e com ela o seu próprio sobretrabalho, fossem realizados externamente à Colônia — em outro modo de produção, portanto. A partir destes parâmetros podemos entender como Gorender apreende as flutuações coloniais. Teríamos a inelasticidade do mercado interno, dada não apenas pela superespecialização da agro-exportação, mas também pelo fato da **plantation** ser bissegmentada — um espaço no qual conviveriam um setor mercantil e outro, assentado na economia natural, de onde se retiraria parte da subsistência da empresa. Esta estruturação faria com que a realização do sobretrabalho e, por conseguinte, a própria reiteração do modo de produção, dependessem do mercado mundial (Gorender, 1978:169-170). Do mesmo modo que em Furtado, a expansão colonial é aqui sinônimo de alta de preços no exterior. Tratar-se-ia, em conclusão, de um modo de produção bastante singular, posto que incapaz de gerar flutuações próprias. (Gorender, 1978:250-255)

Analisemos agora os caminhos por meio dos quais estes clássicos modelos apreendem o tráfico atlântico de escravos. Trata-se de um problema central, já que todos os autores em questão compartilham, implícita ou explicitamente, da idéia de que à perenidade da escravidão torna-se imprescindível a existência de um fluxo externo, contínuo e economicamente viável de mão de obra para o Brasil. Neste aspecto a singularidade do caso brasileiro pode ser detectada pelo fato de que, de acordo com Philip Curtin, entre os séculos XVI e XIX, aqui desembarcaram cerca de 3.6 milhões dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas, enquanto que a segunda maior área receptora, o Caribe Britânico, recebeu pouco menos da metade deste volume (Curtin, 1969:268). Não surpreende, pois, que, nas palavras de Celso Furtado, o comércio negreiro tenha se constituído no item de maior peso das importações coloniais (Furtado, 1967:54).

A estrutura de funcionamento e o modo de inserção do comércio de almas na lógica econômico-social brasileira guardam importantes diferenças em se tratando de uma vertente ou de outra, e mesmo entre trabalhos que compartilham perspectivas semelhantes. Observa-se, porém, serem também marcantes os pontos de confluência. Se a reprodução física dos homens corresponde, no plano econômico, à reprodução da força de trabalho, então o comércio negreiro internacional configura um elemento central para o cálculo econômico escravista, dele dependendo a própria reprodução da empresa colonial. Além disso, por ser extensivo, o crescimento desta última necessariamente significará a incorporação de braços nos momentos de

expansão. Ora, se para os autores mencionados (Ciro Cardoso em menor grau) este crescimento depende dos preços dos produtos exportados, então são eles os elementos dinâmicos que determinam a expansão ou retração dos desembarques de africanos. Dito de outra forma, ao crescimento do volume das exportações de produtos tropicais corresponde o das importações de mercadorias especiais — os homens (Prado Jr., 1977:29-32; Furtado, 1967:53-54 e 125-127; Cardoso, 1983:45-46).

Se para Caio Prado o comércio de homens reproduz a força de trabalho, e sua perenidade implica crueldade e desprezo para com as condições de vida da escravaria, partindo dos mesmos supostos Celso Furtado é capaz de detectar uma muito consciente "visão de curto prazo" dos empresários que podem contar com um fluxo externo e barato de mão de obra (Prado Jr., 1977:277; Furtado, 1967:53 e 125-127). Fernando Novais, por sua vez, embora afirme que a escravidão trave a velocidade da rotação do capital — pois implica o desembolso de recursos para a compra do cativo antes que este comece a produzir —, não se dá conta de que o próprio tráfico pode minorar o problema (Novais, 1983:100). No final da cadeia de explicações, contudo, Jacob Gorender consegue integrar organicamente o maior ou menor desgaste dos escravos à vigência do comércio de africanos. Ao baratear a mão de obra, o tráfico permite superexplorar o escravo e imediatamente substituí-lo por outro, diminuindo o intervalo entre o desembolso da compra e seu reembolso. Em contrapartida, nesta fase de expansão se assiste ao aumento da velocidade da rotação do capital investido na aquisição do cativo. A alta mortalidade escrava resultante traduziria para a constância da incapacidade colonial em suprir internamente de braços às empresas exportadoras. Desse ponto de vista, a perenidade do comércio de almas remete, paradoxalmente, ao próprio tráfico. (Gorender, 1978:195-197 e 321-322)

Embora se reconheça que os preços externos e o volume de importação de africanos mantenham uma relação diretamente proporcional, o inverso não é considerado. Ou seja, não se pensa que na fase B do mercado internacional se possa incrementar as exportações de produtos tradicionais e, portanto, o próprio desembarque de africanos no Brasil. Descarta-se a análise das potencialidades do mercado atlântico de cativos para o enfrentamento das conjunturas de baixa. Por outro lado, a necessidade do fluxo demográfico adquire, em cada autor, motivações distintas de acordo com o momento que se considere. Ao analisar a escravidão já plenamente constituída, observa-se que o exercício da lógica empresarial implica um aparente desperdício de força de trabalho, o que torna o tráfico um elemento estrutural. Mas, se se toma a gênese do tráfico, no século XVI, a escassez de braços nativos na

escala exigida pela produção é fator determinante, firmemente acentuado por Caio Prado, Celso Furtado e Ciro Cardoso, reticentemente assumido por Jacob Gorender e enfaticamente negado por Fernando Novais. Se para os três primeiros essa escassez — ou, no caso de Gorender, o "nível das forças produtivas" —, leva à adoção da escravidão mercantil, é evidente que para todos eles a demanda precede a oferta de braços (Prado Jr., 1978:36; Furtado, 1967:13; Cardoso, 1987:138 e 194). Já para Novais, isto somente seria verdadeiro enquanto se referisse ao comércio de aborígenes. Quando, segundo seu raciocínio, passássemos ao tráfico de africanos, teríamos que a alta lucratividade desta atividade é o que levaria à utilização dos negros pelas empresas escravistas coloniais, com o comércio atlântico de almas firmando-se como um dos mais rentáveis setores de acumulação para o capital comercial europeu. (Novais, 1983:105)

Não deixa de ser curioso notar que, embora pensem o tráfico como um fluxo contínuo e barato, estes autores tomam a África apenas como uma espécie de grande e passivo viveiro humano. Não se questiona as razões do continente negro poder ter oferecido escravos durante uma longuíssima duração e a custos tão baixos. A exceção é Ciro Cardoso, que se refere à África como **locus** social e economicamente heterogêneo, e à violência e apropriação de trabalho alheio como elementos fundamentais para a continuidade do comércio atlântico. Infelizmente, talvez porque não fosse este o seu objetivo, a análise não vai mais longe (Cardoso, 1975a:72 e 1975b:90). Gorender, por sua vez, é o que mais longamente se refere ao continente africano. Suas conclusões tendem a assumir que, vítima passiva da fome de braços da empresa colonial, a África estaria perfeitamente integrada aos desígnios do mercado europeu. É certo que ele reconhece ser a realidade africana heterogênea. Entretanto, sem um maior aprofundamento, o continente negro aparece como portador de uma oferta elástica e pouco custosa de força de trabalho, cuja realização através do tráfico permitiria à empresa escravista adotar uma lógica micro-econômica bastante rentável e reificadora. (Gorender, 1978:133-137)

Outro ponto comum, insinuado por Caio Prado e Furtado e explicitado por Novais e Gorender, refere-se ao caráter metropolitano dos negócios negreiros, estruturado e funcionando em prol do capital comercial europeu. A reprodução física dos cativos e, portanto, do próprio sistema escravista brasileiro, seria externa à formação colonial, não apenas porque viria de fora dela o agente produtivo maior (o escravo), mas também e principalmente porque seriam externos os recursos e as frações econômicas viabilizadoras do comércio de almas (Gorender, 1978:120, 208 e 211; Novais, 1983:104-105). Na verdade, esta situação seria uma consequência lógica

em modelos que assumem serem os plantadores o pólo hegemônico da sociedade colonial, com a mais completa atrofia dos setores mercantis ali presentes. Mesmo quando se aponta para a possibilidade de parcos níveis de acumulações endógenas, se exclui o setor mercantil. Do ponto de vista teórico, esta necessidade estrutural de financiamento exterior, sobretudo no que se refere ao tráfico, impossibilitaria pensar na existência de uma verdadeira sociedade escravista no Brasil. Não é gratuito, portanto, que aos defensores da especificidade do modo de produção escravista na América, João Manuel Cardoso de Mello, dando como certo que o tráfico atlântico se tratasse de uma empresa constituída e subordinada ao capital mercantil metropolitano, pergunte:

> *"(...) que modo de produção é este que não se reproduz [internamente]...?" (Mello, 1982:42)*

Além disso, em termos macro-econômicos, Gorender ressalta que a reprodução externa da escravidão funcionaria como um potente mecanismo de desacumulação, com profundas e negativas consequências para o desenvolvimento do país. (Gorender, 1978:544)

2. Em Busca de uma Nova Abordagem: A Economia Colonial como Parte do Sistema Atlântico Português

Seguindo os passos de Caio Prado, Novais e Ciro Cardoso, acreditamos que o entendimento da constituição da economia colonial passe necessariamente pela compreensão da economia e sociedade lusitanas do Antigo Regime. Afinal, a Colônia resulta da expansão metropolitana, e a estruturação de seu sistema produtivo obedeceu às vicissitudes do projeto português de colonização. Urge, pois, ao menos tentar esboçar os traços gerais da peculiar estrutura portuguesa moderna, para podermos encontrar as raízes da formação colonial brasileira.

Se tomarmos o século XVIII, observaremos o amplo domínio de estruturas agrárias tradicionais, configurando, em princípio, a típica paisagem do Antigo Regime: a aristocracia detém metade das terras, e seus pares eclesiásticos cerca de 30% (Godinho, 1975:85-93). A cidade, por seu turno, não se desenvolve, mantendo funções eminentemente mercantis e administrativas. Ali a indústria é sinônimo de produção artesanal assentada em

pequenas e médias oficinas, sendo a manufatura mais complexa uma exceção (Falcon, 1982:463).

Na verdade, o arcaísmo desta estrutura é tão radical que chega a diferir até mesmo dos padrões clássicos que marcam as sociedades do Antigo Regime. Por exemplo: durante o século XVI, o panorama agrícola é de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato some apenas 1/3 da população — dado estranho às economias de tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero (no século XVII há um membro da Igreja para cada grupo de 36 habitantes), fidalgos e mercadores, abarcam outro terço, cabendo a parcela restante a artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos (Godinho, 1975:104).

Estamos frente a uma agricultura incapaz de prover os recursos necessários à manutenção da sociedade, tendência que se agrava com o passar do tempo. Assim, se até o século XIV a importação de alimentos era episódica, ocorrendo apenas em épocas de escassez, no século XVII importa-se de 15% a 18% dos cereais consumidos (Godinho, 1978:27). Acompanhando este movimento, percebe-se a expansão de uma agricultura exportadora (centrada sobretudo em vinhas e oliveiras) e, por volta da época da Restauração, os cereais ocupam 900 mil hectares contra os 600 mil dos cultivos de exportação (Hanson, 1986:222).

A colonização ultramarina transformou-se em condição de possibilidade para a existência desta estrutura. Como resposta feudal à grande crise por que passava a economia e sociedade portuguesas, a Expansão Marítima e a ulterior colonização modificaram a antiga sociedade lusitana para preservá-la no tempo. Eis aqui o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: o surgimento e manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo (Godinho, 1975:86-116; Boxer, 1981:303-323).

O Estado português surge como variável central para a reiteração deste panorama parasitário. De início ele ocupa um espaço privilegiado na atividade comercial, como armador, mercador, explorando monopólios etc. Já desde o século XVI cerca de 65% da renda estatal provinha do tráfico marítimo, perfil que permanecia durante a segunda metade do século XVIII (Godinho, 1978:57-72). Este dado denota que o Estado não se nutria da renda fundiária que, por consequência, passava às mãos da aristocracia e do clero, reforçando a agricultura tradicional.

Como elemento de proa deste Estado encontramos a figura do fidalgo-mercador. Sua origem remonta à Expansão Marítima do século XV que, do

ponto de vista da aristocracia fundiária em crise, servia para contrabalançar a queda das rendas agrícolas causadá pela depressão agrária (Godinho, 1962). Ao passar para o século XVIII, vemos a sedimentação desta categoria. Já então, a atividade agrícola era, por si só, incapaz de manter a aristocracia enquanto grupo dominante, pelo que a participação (direta ou indireta) desta fração na exploração do comércio ultramarino deixara de ser eventual para se transformar em condição **sine qua non** para sua sobrevivência (Godinho, 1975:89-93). Tal redefinição da acumulação mercantil como elemento de sustentação da posição aristocrática se traduzia, igualmente, numa política contrária à constituição de companhias monopolísticas mercantis que pudessem fortalecer as posições dos grandes comerciantes e, assim, abalar a ordem tradicional. Havia ainda uma aliança tácita entre os fidalgos e o pequeno comércio, no sentido de prevenir o crescimento destes mesmos grandes mercadores e, pois, contrária à modernização que eles porventura pudessem implementar (Almeida, s/d:964). Este fenômeno pode ter estado, por exemplo, na base do fiasco da Companhia Geral do Comércio do Brasil, em meados do século XVII (Hanson, 1986:89-123).

Estamos, enfim, diante de uma realidade na qual prevalecem valores não capitalistas, para quem ascender na hierarquia social necessariamente implica em tornar-se membro da aristocracia. Por isto, aliás, a enorme propensão dos meios mercantis à aristocratização (Godinho, 1975:103; Smith, 1974:259). Como resultado, canalizam-se vultosos recursos adquiridos na esfera mercantil para atividades de cunho senhorial, muitas vezes esterilizando-os (Rau, 1984:29-35). Daí podermos pensar que o "atraso" português, em pleno século XVIII, não seja um estranho anacronismo, fruto da incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo é, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização depende no fundamental da apropriação das rendas coloniais. Na verdade, as tentativas de modernização assentadas na manufatura, ocorridas nos séculos XVII e XVIII, somente surgiram em meio a conjunturas nas quais a reprodução deste tipo de projeto se via ameaçada; uma vez passado o perigo, o ideal arcaico retornou com força total.

O capital mercantil português pode ser tomado como um dos exemplos mais radicais do modelo de circulação cuja reprodução se baseia naquilo que Marx chama de "lucro sobre a alienação": comprar barato para vender caro é a lei, e por isso o monopólio é o seu veículo (Marx, 1975:318-319). Com uma diferença fundamental em relação à estrutura do capital mercantil inglês, holandês e mesmo francês da Época Moderna: a atividade mercantil lusitana tem por fim último a permanência temporal de uma sociedade arcaica, pelo que ela não chega a assumir a função revolucionária que

desempenha em outros países. Isto significa que a esterilização dos recursos apropriados na esfera colonial é tão volumosa, que sua capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais para a sua reprodução parasitária (navios, armazenamento, seguros etc) é limitada.

Débil, o capital mercantil metropolitano volta-se quase que integralmente para a apropriação do **resultado final** da atividade econômica colonial — ou seja, o sobretrabalho dos cativos contido no fluxo exportador entre o Brasil e Portugal. Tal situação constitui, em si mesma, a primeira variável que modela a economia colonial: estamos frente a um projeto de colonização que prescinde de uma burguesia metropolitana forte. Daí deriva a possibilidade de uma relativa autonomia da estrutura econômica colonial, desde que esta seja capaz de forjar mecanismos que reproduzam seus fatores constitutivos.

De acordo com os modelos explicativos já vistos, estes fatores conformariam uma agricultura extensiva, cuja reiteração temporal dependeria, sobretudo, da existência de uma oferta elástica de homens, terras e alimentos. Assim combinados, eles se adequariam **in totum** a um quadro geral caracterizado por baixos níveis de capitalização e técnicas agrícolas rudimentares. Entretanto, assumindo que as terras se constituíssem efetivamente em recursos abertos, verificamos que alimentos e cativos se inserem no processo de reprodução da agro-exportação através do mercado. Em outras palavras, a estrutura de produção colonial gera os seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabiliza a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa. O estudo do caso do Rio de Janeiro demonstrará que a reprodução da economia se dá em meio a um mercado colonial e atlântico de natureza não capitalista. De fato, a mão de obra cativa é produzida na África, através de mecanismos não econômicos, e tem por fundamento a montagem e/ou consolidação de hierarquias sociais internas ao continente negro. Por estar calcada na violência, tal produção implicará a apropriação de trabalho social alheio, o que, por seu turno, redundará em baixos preços da mercadoria humana. A isto se agrega a existência, no próprio espaço colonial, de um amplo mosaico de formas de produção não capitalistas — que se utilizam do trabalho escravo, da peonagem, do camponês etc —, garantidoras de uma oferta de alimentos e insumos básicos a baixos custos.

Homens e alimentos constituirão duas das principais variáveis do que aqui designamos por **mercado atlântico**. Se a ele agregarmos a estratégia pragmática da Metrópole — cingida à apropriação dos resultados finais da exploração colonial —, estaremos frente às pré-condições fundamentais

para a emergência e posterior hegemonia do capital mercantil da Colônia no âmbito da economia atlântica.

O quadro esboçado, ao confirmar uma frágil divisão social do trabalho, implicava numa débil circulação de numerário e bens. O que, por sua vez, redundava na rarefação dos mecanismos de crédito. Estava dado o contexto inicial para a preeminência do capital mercantil que, ao deter a liquidez do sistema, tinha em suas mãos os mecanismos de financiamento e, pois, o controle da própria reprodução da economia. Acrescente-se, por fim, que os baixos custos por meio dos quais esta economia se reiterava permitiam que, ao longo do tempo, parcelas expressivas do sobretabalho social fossem esterilizadas sob diversas formas (entesouramento, gastos conspícuos etc). Não era gratuito que, já se verá, fossem os grandes comerciantes (os **negociantes de grosso trato**) a verdadeira elite colonial.

Uma economia assim estruturada, marcada pelo controle interno de fatores de produção baratos, ensejará a possibilidade de uma relativa autonomia das flutuações coloniais frente às do mercado internacional. Uma vez que, através do estudo do caso do Rio de Janeiro, se constate tal autonomia, poderemos partir para a redefinição dos pressupostos da própria inserção da formação colonial no mercado exterior. Em última instância, nos veremos obrigados a indagar acerca dos objetivos mais profundos que regeriam a reprodução desta estrutura relativamente autônoma.

O ponto de vista assumido por este trabalho é o de que, para além das frações dominantes coloniais, a consecução do projeto colonizador, mais do que criar um sistema monocultor e exportador, visava reproduzir em continuidade (i.e., **no tempo**) uma hierarquia altamente diferenciada. Por se tratar de estratificação assentada no escravismo, sua viabilização tinha por pressuposto a própria reprodução das relações de **poder**: afinal, eram mecanismos extra-econômicos os vetores que impeliam o cativo ao trabalho.

A consequência mais palpável deste contexto seria a necessidade da permanente reprodução ampliada da empresa escravista. De fato, por ter como fundamento a sempiterna recriação da diferenciação social, ela não poderia estar completamente à mercê das flutuações do mercado internacional; caso contrário, a cada fase B corresponderia uma verdadeira revolução das relações sociais vigentes. Daí, como se verá, a incessante busca de mecanismos por parte da empresa para se expandir em meio às conjunturas desfavoráveis — seja incrementando o volume físico da produção, seja através da adoção de novos produtos-reis —, já que deste movimento dependia a manutenção do poder.

3. *As Fontes*

Buscaremos aferir as idéias acima expostas sobretudo a partir do manejo de documentação cartorial manuscrita propícia à quantificação. Na medida em que este tipo de material inexista, ou que a reflexão não demande medição, lançaremos mão de manuscritos de base qualitativa. Tanto em um caso quanto no outro, procuraremos complementar a análise mediante fontes primárias impressas e trabalhos de segunda mão.

Por sua estrutura interna — de formato praticamente invariável no tempo —, pela abrangência das informações que se reiteram e que permitem a abordagem econômico-social e, em particular, por abarcarem uma quantidade ímpar de agentes sócio-econômicos, privilegiaremos o trabalho com quatro grandes **corpus** documentais relativos ao Rio de Janeiro: as listagens de entradas de navios no porto carioca, impressas ou manuscritas; os códices de entradas e saídas de tropeiros na Corte; os inventários **post-mortem** e as escrituras públicas de compra e venda.

Com o primeiro estabeleceremos as flutuações do comércio atlântico de almas entre a África e o Rio de Janeiro. Trata-se de procedimento importante, pois a posição de grande centro redistribuidor de mão de obra, desfrutada pelo porto carioca, nos permitirá tomar os movimentos de expansão e retração das importações de negros como sólidos índices das flutuações da economia do sudeste brasileiro, sobretudo de seu núcleo dinâmico — o Rio de Janeiro. Temos, ainda, séries de entradas de navios com gêneros para o abastecimento e exportação. Todo este material nos permitirá aprofundar, além das próprias flutuações das entradas de africanos e gêneros, questões também importantes como os perfis de concentração dos negócios e a montagem da geografia do comércio para o Rio de Janeiro.

Ainda no campo das fontes quantificáveis, lançaremos mão dos registros de saídas de tropas com escravos do mercado carioca para diversas regiões interioranas. A estrutura desta documentação permitirá abordar dois aspectos: os padrões de redistribuição (seja do ponto de vista das flutuações do mercado interno de cativos, seja em termos empresariais), e as características da concentração deste mercado interno.

Outro importante corpo documental é formado por cerca de mil inventários **post-mortem**. Trata-se de uma fonte homogênea, maciça e reiterativa no tempo, logo, propícia à quantificação. Ela ensejará a aferição de questões fundamentais, em particular aquelas relativas à hierarquização e composição das fortunas escravistas, além da montagem do perfil da própria economia da praça do Rio de Janeiro. Os inventários de alguns dos mais

importantes negociantes cariocas permitirão estabelecer o padrão geral da composição das fortunas dos grandes empresários. Tal padrão, por seu turno, poderá ser comparado ao perfil geral das fortunas cariocas, a ser montado também a partir de inventários.

O quarto mais importante corpo documental quantificável éformado por aproximadamente cinco mil escrituras públicas de compra e venda, encontradas no acervo do Arquivo Nacional (RJ). Trata-se do registro de parte substancial das operações mercantis ocorridas no Rio de Janeiro entre 1798 e 1835, e que se prestarão a diversas abordagens. Em termos gerais, com este material buscar-se-á obter o perfil do mercado em movimento, o que será feito por meio da agregação das diversas transações em grandes setores. Posteriormente se analisará o peso de cada um desses setores, tanto através da frequência de escrituras, quanto do valor manejado. Este procedimento permitirá detectar serem aqueles ramos ligados às atividades rentistas e especulativas os que mais mobilizavam os agentes econômicos e os valores transacionados. Por outro lado, o cruzamento entre as faixas de fortunas estabelecidas a partir dos inventários **post-mortem** e este material permitirá medir o nível de concentração do mercado.

Todo este conjunto de fontes quantificáveis será utilizado junto a documentos primários de natureza qualitativa. Nos referimos a correspondências oficiais, alvarás, decretos e Ordens Régias em geral, Graças Honoríficas, crônicas manuscritas e impressas, além de memórias e reflexões dos agentes coevos. Merece particular destaque o levantamento e análise de todo o acervo da Junta do Comércio, no Arquivo Nacional, entre 1808 e a década de 1830. Composto pelos mais diversos tipos de processos comerciais, correspondências mercantis, portarias e balanços de pagamentos, este acervo nos permitirá abordar tópicos da maior importância, como os móveis da hegemonia do capital comercial do Rio de Janeiro em diversos ramos da circulação e a rentabilidade da empresa negreira.

II- A Integração do Rio de Janeiro ao Sistema Atlântico Português

1. Trajetórias e Anunciações: Séculos XVI-XVIII

Durante o século XVI, o Rio de Janeiro destacava-se menos por seu papel econômico do que por sua importância geopolítica. Em 1585 contavam-se ali apenas três engenhocas, e os vínculos da região com o mercado atlântico se restringiam à exportação de farinha de mandioca para Angola, Bahia e Pernambuco. A população somava então 3.850 habitantes, dos quais 750 portugueses, 100 africanos e o restante indígenas e mestiços. A escravização dos aborígenes embasava todas as atividades urbanas e rurais (Lobo, 1975:49). Desenhava-se, assim, o contexto de inserção à economia atlântica lusitana por meio da produção de gêneros para o abastecimento e a rala importação de africanos, além da incipiente hierarquização social, já flagrantemente diferenciada.

No século XVII, a União Ibérica (e a consecutiva diminuição da autoridade metropolitana), as invasões do Nordeste pelos holandeses e a própria crise geral que marcava a economia européia, contribuíram para que as tendências antes insinuadas adquirissem matizes mais definidos. Assim, a produção açucareira se incrementou (na década de 1620 eram 40 os engenhos do Recôncavo fluminense), beneficiando-se, logo depois, da desorganização causada pelas invasões holandesas. Igualmente, a produção de abastecimento para o Nordeste cresceu. Em ambos os casos a mão de obra africana — também exportada para Buenos Aires em troca da prata do Potosí — tornou-se cada vez mais imprescindível, e sua aquisição se dava

através do escambo de farinha de mandioca, aguardente e tabaco baiano com a África (Salvadro, 1978:148; Lobo, 1975:50).

Ainda durante o Seiscentos fluminense, no âmbito da Câmara Municipal, os grandes comerciantes ligados ao abastecimento e ao açúcar acabaram por suplantar os fazendeiros. Para tanto, eles se aproveitaram do declínio dos preços internacionais do açúcar — causado pela entrada da produção caribenha no mercado mundial —, da expansão das rotas comerciais, de sua posição de detentores do crédito, do tráfico clandestino com o Rio da Prata e do próprio comércio negreiro com a África (Lobo, 1975:57). A sempre crescente pujança da economia fluminense e, em particular, a de seus agentes mercantis, também pode ser exemplificada através da decisiva participação do Rio de Janeiro na reconquista de Angola aos holandeses: seus moradores contribuíram com 60.000 cruzados para a montagem da expedição, eram a maioria dos 1.400 soldados arregimentados, e dentre os 50 navios que, aprovisionados por seis meses, partiram do porto carioca, apenas cinco galeões foram financiados por Lisboa (Boxer, 1973:269).

Não foi gratuito, pois, que os comerciantes e produtores locais pudessem resistir à tentativa metropolitana de monopolizar o comércio de exportação por meio da fundação da Companhia Geral do Brasil (1649). Neste caso, criticava-se as leis régias e os estatutos da referida companhia exatamente naqueles aspectos que lhes pareciam mais desfavoráveis: a insuficiência de transporte para a exportação do açúcar e importação dos insumos para os engenhos; as elevadas taxas de fretes; os altos preços dos bens de consumo importados da Metrópole; e a proibição da manufatura da cachaça — decretada para incrementar o consumo de vinho português. Como resultado, o Governador-Geral do Brasil, desobedecendo as determinações metropolitanas, permitiu a partida de naus fora das frotas, além de autorizar a continuidade da produção de aguardente (Lobo, 1975:54-55; Lisboa, 1835:179-271). Observa-se aqui, já em pleno século XVII, os limites reais do exercício do pacto colonial.

O século XVIII consolidará a economia e sociedade do Rio de Janeiro nos marcos do mercado atlântico. A descoberta do ouro em Minas Gerais (1694) ensejará o estupendo aumento das importações de negros, e o comércio carioca de africanos acabará por tornar-se um núcleo de acumulação interna verdadeiramente importante nas três primeiras décadas dos Setecentos. Desde então, o contínuo crescimento do volume dos negócios fez do porto do Rio de Janeiro o maior e mais importante centro de importação e re-exportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife.

Entre 1715 e 1727, dali para Minas Gerais saíam anualmente cerca de 2.300 cativos. É possível que, nesta época, a capitania do Rio consumisse apenas 1.000 africanos/ano. Importando 3.300 escravos/ano, o porto carioca absorvia cerca de 1/5 do total anual das importações da Colônia — a qual, entre 1721 e 1730, recebia algo em torno de 15.000 africanos/ano (Goulart, 1975:154-155; Curtin, 1969:207). Todavia, a partir de 1730, esta relativa estabilidade foi bruscamente rompida. Durante os cinco primeiros anos da década o porto recebeu cerca de 7.400 escravos por ano -36% vindos dos portos de Salvador e Recife, e o restante (aproximadamente 4.750 cativos) diretamente da África. Temos, portanto, em relação às décadas de 1710 e 1720, um aumento de quase 40% no volume das importações pela cidade do Rio de Janeiro. Sabendo-se que na década de 1730 a Colônia importou anualmente 16.600 africanos, pode ser que a participação do porto do Rio tenha chegado a 1/3 do movimento médio anual de africanos para o Brasil. De qualquer modo, ao crescimento das importações cariocas correspondia o das exportações da zona congo-angolana, que suplantou às da Costa da Mina na década de 1730. Sabe-se, por exemplo, que entre 1723 e 1771, do maior porto negreiro africano ao sul do Equador (Luanda) foram exportados 203.904 escravos, dos quais 51% para o Rio de Janeiro. Diante destes números, não seria de todo absurdo postular que o porto carioca tenha absorvido **no mínimo** a metade do total de exportações de africanos para o Brasil durante o século XVIII, ou seja, mais ou menos 650.000 indivíduos (Curtin, 1969:207; Klein, 1978:32 e 253).

O desempenho da economia mineira a transformou em um dos grandes pólos de demanda pelos africanos desembarcados no porto do Rio, o que contraria clássicos como Roberto Simonsen e outros. Não obstante a queda de 60% no total das exportações brasileiras entre 1760 e 1776, apontada por Lockhart e Schwartz, pesquisas mais recentes têm demonstrado que à crise da mineração, definitiva a partir de 1760, não se seguiu a decadência generalizada da região sudeste, e menos ainda a da economia de Minas Gerais. Daí que aquilo que Furtado chamou de "falsa euforia" — um intervalo positivo que desponta em fins do Setecentos, em meio à recessão geral — constitua-se para a região, numa tendência que não mudará até bem adiantado do século seguinte (Lockhart & Schwartz, 1985:394; Simonsen, 1978:294 e Furtado, 1967:112).

Com a crise do ouro e dos diamantes, a economia de Minas reorientou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento demográfico foi notável a partir de 1760. Estruturou-se ao sul de Minas um verdadeiro complexo agropecuário. A comarca de Rio das Mortes, por exemplo, a mais importante da capitania, passou de 82.781 habitantes em

1776 para 213.617 em 1821 (portanto, de 26% para 42% da população da capitania). Entre estes dois anos, a população de Minas Gerais cresceu 61%, enquanto que naquela comarca tal índice alcançou 158%, dados que indicam tanto o deslocamento demográfico das antigas áreas de mineração para o sul como também o incremento das importações de escravos. Por isto, o número de negros e mulatos em Rio das Mortes passou de 21% para 35% da população total entre 1776 e 1821, ano em que concentrava 47% (84.995 cativos) de todos os escravos mineiro (Maxwell, 1979:300-301).

O agro fluminense também contribuía para a crescente integração do Rio de Janeiro ao mercado atlântico, através da contínua expansão da produção de açúcar para a exportação. De acordo com Antonil, em princípios do século XVIII o valor das exportações açucareiras da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro somavam 2:535:142$800 réis, dos quais 1/4 gerados pelo meio rural fluminense (Antonil, 1976:204). Esta expansão pode ser melhor atestada através do desempenho da região de Campos dos Goitacazes. Em 1735, 34 engenhos pagavam direitos ao Visconde de Asseca, donatário da zona. Dos 50 engenhos existentes em 1750, passou-se para 113 em 1777, período em que a produção cresceu 235%. Em 1778, dos 323 engenhos e 11.623 escravos discriminados pelo relatório do Marquês do Lavradio para toda a capitania, Campos possuía 52% dos engenhos e 44% da escravaria. Tratava-se, então, da principal área agro-exportadora do sudeste colonial, e seu crescimento continuou: em 1783 os engenhos campistas chegavam a 278, passaram para 324 em 1800, 400 em 1810, e chegaram a 700 em 1728 (Cleveland, 1973:21).

Em resumo, o Setecentos encontrou o Rio de Janeiro na posição de principal centro de comercialização de africanos da Colônia, como uma área crescentemente agro-exportadora e, por fim, como parte de uma vasta rede de produção para o abastecimento. Tratava-se de um contexto cada vez mais integrado ao mercado atlântico português, quando menos por redundar na possibilidade de crescentes níveis de apropriação da renda colonial pela Metrópole lusitana.

Este mesmo contexto poderia, porém, ensejar o desenvolvimento de circuitos endógenos de acumulação para além da parcela do excedente detida pela **plantation**. Na verdade, o relatório do Marquês do Lavradio aponta, contraditoriamente, para a consecução desta possibilidade. Ao analisar a estrutura comercial do Rio de Janeiro, o Vice-Rei afirmava que os agentes mercantis cariocas não poderiam, então, merecer a designação de comerciantes, pois que meros representantes de casas comerciais metropolitanas. Entretanto, nas páginas seguintes, ele constata, paradoxalmente, que a Coroa devia a estes verdadeiros simulacros de comerciantes a quantia

de cinco milhões de cruzados — cifra astronômica que representa cerca de 1/5 do valor de todas as exportações coloniais no ano de 1796, e cerca de metade das da Bahia na mesma época.

Há provas da ação autônoma dos traficantes cariocas durante o século XVIII. Por exemplo, os que, dentre eles, comerciavam com a Costa da Mina, costumavam adquirir escravos com ouro em pó, subtraído ao controle régio. Sabedora dos prejuízos daí decorrentes, a Coroa expediu o alvará de 27 de setembro de 1703, que previa que os transgressores teriam seus bens confiscados, além do degredo para São Tomé. Neste caso, a proibição real comprova a atuação independente dos traficantes do Rio na África, fato também atestado por Rocha Pita em 1730. Agregue-se, ainda, que esta independência era igualmente desfrutada pelos traficantes de Salvador e do Recife, conforme reconhecimento do próprio Estado lusitano através de seu Ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro .

2. A Afirmação de uma Estrutura Colonial Autônoma: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840

A última década do Setecentos e as três primeiras do Oitocentos encontraram a economia fluminense amplamente marcada pelo predomínio dos traços estruturais que se destacam nos principais modelos explicativos da economia colonial. Assiste-se, de início, à hegemonia do trabalho escravo, tanto no campo quanto no meio urbano. Atendendo à natureza agrária da vida econômica e social, os cativos se concentram na área rural e, nesta, sobretudo nas grandes unidades agrícolas açucareiras em expansão. Os engenhos se encontram disseminados por toda a zona, em especial no norte fluminense, e são os maiores responsáveis pela ligação com o mercado internacional. A seu lado se situam inúmeros pequenos e médios estabelecimentos que, muitas vezes regionalizadamente, dedicam-se à agricultura de alimentos de base escravista. Tanto para a **plantation** como para a agricultura voltada para o abastecimento, ou mesmo nas cidades, a reprodução física da escravaria — e, portanto, da própria relação social básica — se efetua por meio do tráfico atlântico.

Designado pelas fontes coevas por "praça mercantil do Rio de Janeiro", o espaço formado pela capital e por sua periferia imediata representava o núcleo dinâmico da economia e sociedade do sul-sudeste. De acordo com

estimativas de 1789, a população da capitania alcançava 168.849 habitantes, dos quais metade escravos. Se bem que seja certo que em 1823 tal índice tenha caído para 1/3, ainda assim, em termos absolutos, a população escrava dobrara, alcançando pouco mais de 150.000 indivíduos.

Entre 1790 e 1835 a propriedade escrava se encontrava disseminada por toda a capitania (meios rural e urbano). De fato, nunca menos de 85% de 985 inventariados eram possuidores de cativos. Ora, mesmo levando em consideração os problemas metodológicos inerentes ao estudo das fortunas a partir de inventários **post-mortem** (que, em princípio, não abarcariam a totalidade dos agentes sócio-econômicos, pois nem todos os falecidos tinham bens a inventariar), é indubitável estarmos frente a um contexto marcadamente escravista.

Já vimos que o número de engenhos vinha crescendo desde a segunda metade do século XVIII. A manutenção dessa tendência pode, agora, ser demonstrada a partir de novos critérios, utilizando-se mais uma vez os inventários **post-mortem**. O perfil de concentração de escravos por faixa de tamanho de plantel indica que, no agro fluminense, entre 1790 e 1835, os plantéis com mais de 50 escravos (a **plantation** propriamente dita) concentram entre 1/3 e 2/3 da mão de obra. Isto reforça não apenas a idéia da existência de grandes propriedades exportadoras de base escravistas, mas também a sua continuidade no tempo. E mais: percebe-se uma nítida tendência à concentração da escravaria, tanto nos grandes plantéis (os que possuem entre 20 e 49 escravos) quanto na agro-exportação, o que se dá em detrimento dos médios e pequenos plantéis. Se cruzarmos estas tendências com as flutuações dos percentuais de proprietários escravistas de acordo com a faixa de tamanho de plantel, veremos que a expansão física da **plantation** é patente. Assim, quanto aos escravos possuídos, a participação da faixa de mais de 50 cativos passa de algo em torno de 33% na década de 1790 para 46% no início dos anos trinta do século seguinte, tendo chegado a concentrar 63% de todos os cativos inventariados no intervalo 1825-1827. Com relação aos proprietários destas **plantations**, o índice passa de cerca de 7% na última década do século XVIII, para uma média de 16% na década de 1820.

O caráter exportador do escravismo fluminense se vê ainda mais claro quando da análise do lugar ocupado por esta região no quadro geral do comércio dentro do império colonial português. De fato, sua caracterização como área de produção para o mercado internacional pode ser aferida a partir das exportações de açúcar branco entre 1796 e 1811. Verifica-se que do porto do Rio saem 36% das exportações deste produto, dado que o caracteriza como o principal pólo exportador da Colônia (Arruda, 1980:154-

155). De acordo com Arruda, durante esta época o Rio de Janeiro possuía o maior porto colonial. Entre 1796 e 1807, portanto antes da invasão de Portugal por tropas de Junot, cabe ao Rio a preponderância tanto das importações como das exportações. Comparando-se com a Bahia, nesta época percebe-se que o Rio detém 38% das importações brasileiras e 34% das exportações, enquanto que aquela região registra, respectivamente, 27% e 26% (Arruda, 1980: 136). Estas cifras ilustram a posição do Rio de Janeiro em especial da cidade — enquanto centro econômico de indiscutível importância no contexto colonial, sobretudo depois de 1760.

Cabe agora assinalar que os escravos, e com eles o eixo central da economia e da hierarquia social, dependiam do tráfico negreiro para o grosso de sua reprodução. Seria necessário provar que a população cativa já estabelecida não era capaz de responder, em escala, à crescente demanda por braços da empresa escravista fluminense e de outros pólos dinâmicos do sudeste. Outra opção, porém, estaria em demonstrar que, do ponto de vista demográfico, a escravaria do Rio era marcada por um caráter recessivo, ou seja, por uma tendência à diminuição absoluta ao longo do tempo. Neste caso, o comércio atlântico de homens surgiria como fator de reversão, pelo que o passo seguinte passaria a ser, logicamente, provar que o tráfico internacional supria as necessidades de braços do Rio de Janeiro.

E, de fato, considerando o Rio de Janeiro como um todo (meios urbano e rural), de 1790 a 1835 o predomínio dos escravos adultos entre os cativos é absoluto: eles nunca perfazem menos de pouco mais da metade de todos cativos, chegando mesmo a constituir cerca de três vezes mais do que os infantes. Ao mesmo tempo, são ínfimas as porcentagens de cativos que conseguem chegar aos 50 anos ou mais de idade. Trabalhando apenas com as médias de cada faixa etária para todo o período, temos o seguinte quadro: entre 1790 e 1807, os infantes (0-14 anos) perfazem 27% da escravaria, cabendo aos adultos (15-49 anos) 58%, com o restante ficando com os idosos. Para o intervalo 1810-1835, estas cifras são de, respectivamente, 22%, 65% e 13%.

Supondo, **erroneamente**, que esta população dependa apenas de si para a realização de sua reprodução física e que, ademais, haja um equilíbrio entre os sexos em todas as faixas etárias, tais números permitem chegar às seguintes conclusões gerais:

a) é altíssima a mortalidade, visto serem poucos os indivíduos que alcançam mais de 50 anos;

b) a porcentagem de infantes indica que os adultos, apesar de majoritários, não conseguem se repor adequadamente;

c) é alta a idade mediana;

d) tem-se, ainda uma baixa razão de dependência (o quociente entre a população economicamente dependente, idosos e infantes, e a população ativa — os adultos.

Dos itens A e B se infere uma população em declínio rápido e marcante, tendência que, se se perpetuar (como se perpetua durante todo o período), redundará em declínio absoluto. Paradoxalmente, no entanto, os dados acerca da evolução da população escrava fluminense mostram que durante nosso intervalo ela cresceu em termos absolutos: 82.448 cativos em 1789, 146.060 trinta anos depois, e 150.549 em 1823. A única resposta para este fenômeno é que o Rio de Janeiro contava com um fluxo externo e contínuo para a reposição de sua escravaria, representado pelo tráfico atlântico de africanos.

A que conjuntura internacional esta economia, integrada ao "sentido da colonização", se defronta entre 1790 e 1830? Se tomarmos os movimentos do mercado internacional como paradígma, veremos que o período que se pretende abordar situa-se em um ciclo Kondratieff que se estende de 1792 a 1850. Nele se observa que a fase A (de crescimento) abarca o intervalo 1792-1815, marcado pelas Guerras Napoleônicas e o Bloqueio Continental. Tanto na Inglaterra quanto na França se intensificam a concentração urbana e as mudanças no padrão de vida, nas atividades industriais e agrícolas, além da ampliação das trocas internacionais. A fase B (de depressão), por seu turno, envolve o intervalo 1816-1850, e se caracteriza pela crise de transformação da indústria e o desenvolvimento do capitalismo patrimonial-industrial na França; pelas dificuldades do carro-chefe da Revolução Industrial inglesa (o setor têxtil), das quais derivou a reorientação dos investimentos para novos ramos — como as estradas de ferro e a construção naval; e, por fim, o incremento da penetração do capital britânico nas Américas e Índia. Para Portugal, desde 1810 a crise se evidencia com força através da queda geral de seus preços (Mauro, 1980:274; Arruda, 1980:631).

Respondendo a estas determinações exteriores, as exportações globais do Rio de Janeiro caem anualmente em 18% entre 1799 e 1811. Resultado natural, tendo em vista que, no mesmo intervalo, os preços internacionais do açúcar despencam em quase 6%/ano, ao mesmo tempo em que o volume do produto exportado decai em cerca de 23%. A combinação destes dois fatores determina a queda das receitas em 20% ao ano. Trata-se de uma crise profunda e prolongada, tendo em vista que, na fase B internacional, os dados coligidos por W. W. Posthumus indicam que os preços do açúcar em Amsterdã caem a uma média anual de 11% entre 1813 e 1819 — para 1821-31 tal queda se situa em torno de 3%/ano (Posthumus, 1943). O mesmo

panorama recessivo pode ser detectado, aliás, com relação aos preços externos do café que, entre 1821 e 1833, caem em cerca de 7.5% ao ano.

Até aqui vemos a mais perfeita congruência entre o panorama externo e algumas características da economia fluminense. Deve-se observar que, se remetermos este quadro geral catastrófico àapreciação radical dos clássicos modelos de explicação da economia colonial, deveremos esperar a mais completa **débacle** da estrutura produtiva fluminense, tendo em vista, de acordo com tais modelos, esta última não possuir flutuações próprias.

Os dados de que dispomos apontam, curiosamente, num sentido contrário à recessão generalizada. Vimos que entre 1790 e fins da década de 1820 o complexo açucareiro fluminense se expande. Por outro lado, já no século XIX, se assiste ao crescimento da cultura cafeeira na província. Sabe-se, por exemplo, que em determinadas áreas a população passou de 292 habitantes em 1789 para 15.700 em 1840 — um crescimento de 5.300%! Na base dessa explosão temos o vertiginoso aumento da produção de café, cujas exportações passaram de 160 arrobas em 1792, para 318.032 em 1817, 539.000 em 1820, 1.304.450 em 1826, 1.958.925 em 1830, 3.237.190 em 1835. Observe-se que durante os anos 20 e 30, em particular, este crescimento se dá em uma conjuntura de flagrante queda dos preços internacionais do café: à queda de cerca de 7% anuais detectada para o intervalo de 1821-1836 corresponde um aumento do volume da produção exportável de cerca de 4% ao ano.

Por sua vez, a Corte representava um outro grande pólo de crescimento. Entre 1760 e 1780, sua população cresceu 29%, índice ainda maior entre 1799 e 1821, quando chegou a 160%. Observando a província como um todo, nota-se que sua população passou de 168.849 habitantes em 1789 para 591.000 em 1830 — um crescimento de 250%. Naquele ano conviviam na cidade do Rio de Janeiro 16.807 escravos, que representavam cerca de 43% da população urbana global. Ainda com relação aos escravos, não é impossível que eles representassem, segundo Karasch, 57% da população da Corte em 1834 (Karasch, 1987:61).

Consoante a esta expansão geral tanto da população quanto da agro-exportação fluminense, detecta-se o incremento da importação de gêneros coloniais para o abastecimento destes dois núcleos de demanda. Assim, as entradas de naus provenientes de outros portos brasileiros registram que as exportações de charque do Rio Grande do Sul para o porto carioca crescem 349% entre 1799 e 1822. Com relação à farinha de mandioca (produzida em diversas zonas, desde o sul da Bahia até Santa Catarina), o aumento é de 307% para o mesmo período. Ressalte-se que charque e farinha eram componentes básicos da dieta das camadas populares livres e dos escravos.

Temos ainda o enorme incremento das entradas de africanos através do porto carioca. De 1796 a 1830 registra-se o atracamento de 1.579 negreiros, cujas entradas crescem a uma média anual de cerca de 5%. Traduzidas em escravos, desde 1790 elas significam a importação de 706.870 escravos (cf. tabela 1). Aceitando-se que o Brasil tenha importado 3.600.000 africanos entre os séculos XVI e XIX, os 41 anos de importações cariocas representam cerca de 1/5 dos desembarques de 300 anos!

TABELA 1

ESTIMATIVAS DO VOLUME DE ESCRAVOS AFRICANOS DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, 1790 - 1830

Ano	*Número de Escravos*	*Ano*	*Número de Escravos*	*Ano*	*Número de Escravos*
1790	8.320	1804	9.075	1818	25.080
1791	9.910	1805	9.921	1819	21.030
1792	11.890	1806	7.111	1820	20.220
1793	13.870	1807	9.689	1821	21.100
1794	8.820	1808	9.602	1822	20.900
1795	10.640	1809	13.171	1823	19.500
1796	9.876	1810	18.667	1824	25.060
1797	9.267	1811	23.230	1825	26.180
1798	6.780	1812	18.330	1826	35.420
1799	8.857	1813	17.390	1827	28.750
1800	10.368	1814	15.370	1828	45.670
1801	10.011	1815	13.350	1829	47.630
1802	11.343	1816	19.010	1830	28.530
1803	9.722	1817	18.200		

Todos estes dados demonstram cabalmente a capacidade da economia colonial crescer mesmo na fase B internacional. Só isto já seria suficiente para detectar uma certa autonomia de seus movimentos frente aos do mercado externo. Agora, como prova final de que esta economia possuía flutuações próprias, vemos que mesmo quando as exportações retrocedem, nem todas as suas principais variáveis seguem tal tendência. Deste modo, enquanto que, já se viu, entre 1799 e 1811 as receitas das exportações

portuárias cariocas caem aproximadamente 18%/ano, no mesmo intervalo os desembarques de africanos crescem 0.4%/ano. Ao mesmo tempo, as receitas provenientes das entradas de naus com charque e farinha crescem, respectivamente, 4% e 10% anualmente.

3. A Pré-Condição para a Autonomia: Os Baixos Custos dos Fatores da Economia Colonial

Passemos agora à análise dos elementos que permitiram a esta economia assumir um perfil específico de flutuações. Para tanto, há que se recordar que, em se tratando de uma agricultura extensiva, seus elementos estruturais se identificam com terras e homens, sendo exíguos os gastos com equipamentos e tecnologia. Em tais condições, a reiteração econômica tem como requisitos a existência de uma fronteira aberta e de uma oferta elástica de mão de obra e alimentos.

A Estrutura da Oferta da Mão de Obra

É curioso que, para alguns dos mais clássicos trabalhos da historiografia brasileira, o escravo seja objeto de preocupações somente a partir do instante em que desembarca em solo colonial. Silencia-se sobre algo aparentemente óbvio, qual seja, que ao consumo do cativo preceda um movimento típico da face africana do tráfico: o de sua produção social. E, de fato, atendo-nos aos grandes modelos explicativos da economia colonial, nota-se que eles somente chegam à tentativa de explicar as origens do tráfico de africanos, mas não aprofundam nas razões que teriam levado o continente negro a suprir a demanda brasileira de forma tão maciça e contínua.

Se vamos a Caio Prado, observamos que a própria natureza do projeto colonizador ibérico, redundando na necessidade de produzir em grande escala, implicaria na disponibilidade de enormes recursos por parte daqueles que efetivamente quizessem migrar: ser grande empreendedor funcionará como atributo altamente seletivo. Como, então, enfrentar o problema da mão de obra, se o parco contingente nativo obliterava a utilização satisfatória do indígena? Como responder às vicissitudes do projeto colonizador se os aborígenes — "maus trabalhadores, pouco resistentes e de eficiência mínima"[11] — eram ralos demograficamente, estando, ademais, em processo de

dizimação pela sanha destrutora dos pioneiros, ou isolados do alcançe dos colonos pela ação das missões religiosas?

Em resposta, Caio Prado introduz a África na questão, e o tráfico atlântico surge como solução definitiva para o problema da força de trabalho. Sua adoção se basearia em dois dados: a experiência dos lusitanos no comércio de africanos desde meados do século XV, e o fato de Portugal se fazer presente nos territórios africanos que forneciam os escravos. Tais circunstâncias, de certo modo fortuitas, permitiriam a entrada de não menos de cinco milhões de africanos no Brasil antes dos desembarques maciços do século XIX (Prado Jr., 1977:30 e 103, e 1978:97). Em nenhum momento, em parte porque não era esse o seu objetivo, Caio Prado se pergunta sobre os fatores que, por mais de três séculos, teriam levado a África a servir de reservatório de mão de obra para a colonização portuguesa. Por isto, em seu modelo, o continente negro se reduz a uma variável passiva no processo geral de colonização da Afro-América.

Seguindo as determinações gerais do modelo agro-exportador, mas tentando esclarecer seus efeitos sobre a distribuição da renda, com relação ao tráfico Celso Furtado acaba por explicitar idéias que Caio Prado apenas insinuava. Acerca das motivações que teriam impedido a adoção do colono europeu livre como força de trabalho no Brasil, não se percebe nenhuma disjunção substancial entre os dois autores: a escassez de mão de obra em Portugal, a necessidade de pagar salários demasiadamente altos aos possíveis imigrantes, e o volume de capitais requeridos para a implementação da produção colonial (Furtado, 1967:13). Mas o que em definitivo inviabilizaria esta possibilidade seriam as determinações do próprio processo colonizador: a organização dos colonos em bases de mero autoconsumo, frequente em se tratando de imigrantes, *"(...) só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas." (Furtado, 1967:46)*
O escravismo surge então como a solução mais eficiente para o problema da mão de obra.

É a partir deste ponto que a contribuição de Furtado começa a adquirir traços mais originais. Ele insiste em que a escravização do indígena teria se constituído na viga mestra inicial para a montagem da agro-exportação, quando seu tráfico teria servido como atividade básica para a sobrevivência dos núcleos populacionais não dedicados às atividades exportadoras. Na verdade, o aproveitamento do escravo indígena não pareceria ter sido ocasional, estando inscrito nos planos iniciais da colonização. Prova disso seria que, entre os privilégios recebidos pelos donatários, estava o de escravizar uma quantidade ilimitada de nativos, além de poder exportar um número restrito dos mesmos para a Metrópole. Logo, porém, os indígenas revela-

ram-se escassos para o atendimento do projeto agro-exportador. Foi quando entraram em cena os africanos, sem, no entanto, deslocar-se por completo o trabalho indígena de áreas periféricas. O autor aponta ainda que a oferta de braços cativos seria determinada pela demanda da empresa colonial, pois os africanos somente chegariam quando ela já se encontrasse instalada (Furtado, 1967:13 e 45-46).

Ainda que reconheça o papel estrutural do tráfico para o Brasil, Furtado não vai mais além no que se refere a inserção da África no circuito colonial. Como Caio Prado, uma vez estabelecida a demanda por cativos, a experiência lusitana desde o século XV no lucrativo escambo com a África bastaria para fazer com que o fluxo demográfico funcionasse a contento (Furtado, 1967:46).

Passando para Fernando Novais, encontramos a afirmação de que os escravos e o tráfico atlântico seriam mais adequados aos fins últimos da acumulação primitiva européia. Por quê isto, se se tratava de um tipo de força de trabalho que travava a rotação do capital, se o cativo tinha que ser mantido e, por fim, ao não permitir o exercício do clássico mecanismo da dispensa do fator trabalho, a escravidão impedia o ajustamento da mão de obra às flutuações da produção?

Na resposta a estas questões, Novais, um dos poucos clássicos que dedicam um item específico (ainda que minúsculo) de seu trabalho ao tráfico atlântico, parte do suposto de que a constituição da economia colonial somente pode ser apreendida no interior do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial (Novais, 1983:97). Portanto, o problema não seria simplesmente o de povoar o Novo Mundo. Daí que a escassez demográfica européia (um argumento "pitoresco", segundo o autor) não possa servir de explicação para a adoção da mão de obra escrava. Outras formas de trabalho que não a compulsória seriam inadequadas, pois não impediriam a dispersão dos recursos coloniais na produção para a subsistência, possibilidade real caso o trabalho fosse livre (do europeu ou de qualquer outro). Em suma, o produtor independente não fazia parte do projeto colonizador capitalista. O trabalho compulsório indígena teria certamente respondido ao impulso inicial da colonização. Mas a substituição pelo escravo africano não poderia ser explicada a partir da inadaptação daquele à lavoura, e menos ainda pela oposição jesuítica à escravização do aborígene. O que, "talvez", tenha ocasionado tal mutação seria a exiguidade demográfica dos nativos e as dificuldades de seu apresamento. Mas o que certamente condicionaria esta "preferência" (aspas do autor) teria sido o sistema mercantilista de colonização, determinado a promover a acumulação primitiva na Metrópole (Novais, 1983:98-108).

A escravidão, por ser mercantil e, portanto, reproduzir-se por meio do mercado, ampliaria todo um vasto e lucrativo ramo de comércio (o tráfico). Enquanto se tratasse de escravidão indígena, os ganhos comerciais resultantes de seu traslado permaneceriam na Colônia, distorcendo o "sentido da colonização". Com o tráfico,

> *"(...) a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a Metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa 'mercadoria'. Esse talvez seja o segredo da melhor 'adaptação' do negro à lavoura ... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário." (Novais, 1983:105)*

O tráfico atlântico, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial, determinaria não a escravidão em geral, mas sim a escravidão africana no Brasil, o que não necessariamente significa que as flutuações da demanda por negros passassem a ser ditadas pela oferta dos mesmos. Apesar da participação da África no circuito atlântico assumir aspectos estruturais, Novais cala sobre a dinâmica africana desse envolvimento.

É possível que para o silêncio desses autores acerca da África tenha contribuído a aceitação acrítica do discurso rousseauniano do "bom selvagem" desnaturalizado e pervertido pelo "civilizado". Herança de duas épocas distintas, seus fundamentos podem ser encontrados já nos nascentes movimentos abolicionistas de fins do século XVIII e no processo de descolonização de meados do século atual.

Os primeiros abolicionistas, como A. Benezet, insistiam — com razão — na crueldade inerente às atividades dos traficantes euro-americanos, esmerando-se na descrição das desumanas condições do apresamento e venda dos negros, além da tragédia em que se havia convertido a travessia oceânica (Benezet, 1968). Sucessivamente foram sendo produzidas e consumidas pela opinião pública, sobretudo na Inglaterra, imagens que negavam ou, mais comumente, silenciavam acerca da participação dos africanos no tráfico. Pouco a pouco tomou forma o ideário do "bom selvagem", vítima de uma epopéia cujo conteúdo sádico (e real) faria inveja aos mais requintados textos do velho marquês francês. Mais tarde, já no século XX, o ideal do africano como agente passivo na história de suas relações com o "mundo branco" ganhou terreno entre os nacionalistas africanos que lutavam pela independência. Para contra-atacar os esteriótipos acerca da inferioridade biológica e cultural dos negros, forjados desde a emergência

de teorias ligadas ao Darwinismo Social e consolidados pela colonização, os nacionalistas insistiram na idéia de que somente a partir da chegada dos "estrangeiros" é que os africanos teriam conhecido algumas de suas mais contundentes desgraças, iniciadas com a expansão islâmica e, logo depois, exacerbadas coma chegada dos cristãos e de seu comércio negreiro (cf. como exemplo desta visão Bone: 1971).

Acerca do tráfico, negar o papel estrutural dos africanos na exportação de homens para a América pode ter contribuído para fortalecer um tipo específico de identidade cultural e histórica, o que por sua vez pode ter ajudado na luta anticolonial. Mas tal simplificação certamente contribuiu para a estabilização no poder das elites africanas, com o governo de partido único transformando-se, hoje, na tradução mais adequada do conceito de identidade cultural.

O silêncio não foi o único meio de se comprometer o estudo da produção dos escravos transportados para a América. Alguns autores, mesmo reconhecendo a participação africana, não vêm nela um elemento estrutural. É o caso de Jacob Gorender, para quem o tráfico não passa de uma variável exógena à África. Mas como considerá-lo um dado meramente alienígena, sem nenhuma relação orgânica com as condições internas da África, se a exportação de braços para a América durou mais de três séculos, sem que o apresamento fosse realizado (a não ser esporadicamente e, mesmo assim, em especial durante o século XVI) pelos traficantes euro-americanos? Como afirmar que as estruturas africanas "permaneceram intactas, mas pervertidas" pelo incremento do tráfico, quando o próprio autor mostra, por exemplo, que o Estado do Daomé surgiu no bojo do desenvolvimento do comércio negreiro em pleno século XVII, fundado no monopólio estatal sobre as transações com escravos? Se o reforço do poder estatal é, em última instância, o fortalecimento de uma classe ou de um bloco no poder, e se para este movimento estrutural o tráfico desempenhou um papel central, como considerá-lo uma simples "perversão exterior", sem efeitos revolucionários ou sem função estrutural interna à África? (Gorender, 1975:135)

Percebendo o beco sem saída para o qual o leva a sua argumentação, pois ao eludir o papel estrutural do tráfico na África silencia sobre a dinâmica da formação e/ou consolidação das classes, Gorender apela para fatores definitivamente subjetivos. Segundo ele, depois de, a princípio, capturar diretamente os escravos, os portugueses "não demoraram a deixar semelhante tarefa aos africanos". A este voluntarismo retracionista lusitano se sobreporia a "sedução" (termo do autor) que as mercadorias européias e

americanas do escambo costeiro exerceriam sobre "os africanos", categoria esta que, por seu turno, dá homogeneidade a uma realidade que o próprio Gorender reconhece ser heterogênea. (Gorender, 1978:133-135)

Na verdade, como bem pontualiza Frederick Cooper, não podemos nos recusar a aceitar que todo lugar e época que conheceram a concentração de riqueza e de poder, como na África de antes do tráfico, e sobretudo depois de sua implantação, também testemunharam a exploração do homem pelo homem. (Cooper, 1979) Caso contrário, não se poderá contribuir para que se ultrapasse a tão comum associação africano/selvagem, cujas consequências ideológicas são alertadas por Curtin em seu estudo sobre a Senegâmbia. (Curtin, 1975:153)

Para iniciarmos a análise da dinâmica de funcionamento da oferta africana é necessário, antes de tudo, apreender outras dimensões das importações cariocas além de seu volume físico. Para tanto, partamos da constatação feita anteriormente de que a propriedade escrava estava inteiramente disseminada entre as fortunas fluminenses. Afirmávamos, então, que quase todos os homens livres inventariados eram proprietários de pelo menos um escravo. Agora, analisando somente a concentração de cativos na faixa de um a quinhentos mil réis, a mais baixa da hierarquia de inventariados, a conclusão anterior se reafirma. Entre 1790 e 1810, nunca menos de 73% dos inventariados **mais pobres** do agro e da **urbe** carioca eram possuidores de escravos, índice que variará entre 61% e 83% de 1815 até 1830. Apenas no início da década de 1830 é que esta porcentagem baixará à metade dos homens mais pobres, o que pode ser explicado pelo estupendo aumento dos preços dos africanos a partir de 1826, em função do fim próximo do tráfico oficial.

Mesmo outras regiões escravistas brasileiras e americanas apresentam perfis semelhantes a este, enquanto vigora o tráfico atlântico. Assim, pois, de acordo com Schwartz, os proprietários de pequenos plantéis (aqueles com menos de cinco escravos) eram predominantes na Bahia (1816-1817), com uma cifra de 54% dos proprietários; e na Lousiania (1790), onde somavam 55% dos senhores. (Schwartz, 1988: 374-375)

Estes dados impõem uma conclusão: os escravos eram mercadorias socialmente baratas, ao menos no Rio de Janeiro da época que nos interessa, afirmação ainda mais fortalecida pelo fato de não havermos deflacionado a faixa de um a quinhentos mil réis. Ora, se este padrão conseguiu manter-se mesmo levando em consideração os custos de apresamento, transporte e a remuneração dos traficantes, então, naturalmente, residirá na África o segredo da extensão social da propriedade escrava no Rio de Janeiro.

Poder-se-ia argumentar que até a maior parte dos mais pobres inventariados fluminenses possuía escravos, menos em função de seu baixo preço do que por causa da força simbólica do "ser senhor de escravos" na mentalidade coeva. Tal indagação, entretanto, não resistiria à análise mais atenta, já realizada, das condições específicas em meios às quais a própria **plantation** se expandia, e que apontava para uma assincronia entre as flutuações internacionais e o ritmo da acumulação no âmbito do setor agro-exportador fluminense. Caberia indagar, como o faremos, por meio de que mecanismos este último conseguia expandir-se na adversidade. Jacob Gorender, em livro recente, afirma que a queda das cotações externas era compensada pelo "tão conhecido" mecanismo da desvalorização cambial, que permitiria aos fazendeiros deter maior parcela de moeda nacional. (Gorender, 1990:82) Entretanto, mesmo em mil-réis o café registra uma queda anual de 2% entre 1821 e 1833, e de 1.4% entre este último ano e 1849.

De qualquer modo, é consensual, durante nossa época, que a empresa escravista exportadora enfrenta a queda dos preços internacionais através da multiplicação da produção. Procurando manter ou mesmo ampliar sua capacidade de acumulação global em uma fase B externa, o empresário implementa a produção buscando compensar a diminuição do lucro por unidade produzida por meio de um maior volume exportado: se antes a exportação de quatro unidades redundava em quatro dinheiros de lucro, agora, quando cada unidade está cotada a apenas meio dinheiro, deve-se exportar no mínimo oito para manter os mesmos níveis de lucratividade.

Claro está que a reiteração temporal desta estratégia de enfrentamento da crise de preços se verá totalmente inviabilizada quando a remuneração não mais cobrir os custos da produção. Nas condições específicas da economia escravista brasileira, este limite será dado pelos gastos relativos à compra de escravos, um dos principais itens da reprodução empresarial. Se durante nosso período este limite não foi atingido, o que pode ser observado pela expansão da **plantation**, é porque os preços de venda dos africanos no Rio eram definitivamente baixos, apesar dos gastos implícitos ao transporte desde os portos africanos e da remuneração dos traficantes. Isto nos remete às características estruturais assumidas pela produção do escravo na África, que agora emergem como condições não apenas da disseminação da propriedade cativa, como também enquanto variável **sine qua non** para a própria viabilização da agro-exportação fluminense.

Não deixa de ser curioso notar que, salvo Gorender, e mesmo assim através de argumentos definitivamente equivocados, nenhum dos modelos explicativos da economia escravista colonial supõe a possibilidade do tráfi-

co atlântico se incrementar em conjunturas de queda dos preços internacionais. Mesmo os autores que tomam o comércio negreiro não apenas como veículo da reprodução da mão de obra, mas também como meio de propiciar o consumo barato de cativos e, portanto, como o elemento viabilizador de uma determinada lógica empresarial, não vislumbram a possibilidade de crescimento das importações de escravos em fases B internacionais. Gorender, Ciro Cardoso, Celso Furtado e Conrad admitem que a devastadora lógica demográfica da empresa escravista tem origem nos baixos preços pagos pelos escravos na África. Implícita ou explicitamente (como no caso de Gorender), se assume que o desgaste do cativo — na verdade, a aceleração da rotação do capital — somente funcione como estratégia de aproveitamento dos altos preços dos produtos tropicais, mas nunca enquanto variável que ajude a enfrentar a queda dos mesmos antes que eles atinjam o limite do custo da mão de obra. (Furtado, 1967:53 e 125-127; Gorender, 1978:195, 197 e 321-322; Conrad, 1985:15-17; e Cardoso, 1975b:**passim**)

De tudo o que foi dito, infere-se que a oferta africana de homens deveria atender não a uma demanda episódica, mas sim a uma procura que se prolongou e aumentou no tempo. Mas deveria fazê-lo de tal modo que os preços dos escravos permitissem aos empresários brasileiros enfrentar tanto as fases A quanto as fases B do mercado internacional. **A oferta africana tinha, pois, que ser uma oferta elástica e barata de homens**. Por isso, a dinâmica da produção do escravo teria que assumir traços que combinassem a possibilidade de uma transformação, ao mesmo tempo maciça e a custos muito baixos, do homem em cativo.

É possível estabelecer as principais áreas africanas provedoras de escravos para o porto do Rio. A este respeito H. Klein já demarcou alguns padrões para os intervalos 1795-1811 e 1825-1830, faltando, portanto, o período 1811-1825. (Klein, 1978:51-72, 73-94) A reavaliação de seus números, agora para todo o intervalo 1795-1830, nos permitiu estabelecer, por meio do códice 242 (do Arquivo Nacional) e dos registros de chegadas nos periódicos, o atracamento de 1591 negreiros, número que inclui 22 estimativas. Das 1569 chegadas realmente registradas, apenas duas deixam de especificar o porto africano de embarque dos escravos, e uma indica somente a "Costa Leste Ocidental" como área de procedência — o que remete à África Central Atlântica.

Ressalte-se também que em pelo menos 29 viagens os negreiros fizeram escalas em portos brasileiros e/ou africanos antes de atracarem no porto carioca. Possivelmente os navios que realizaram escalas na própria África o fizeram para completar a lotação, ou ainda para se reabastecerem de água ou alimentos. Com relação àqueles que fizeram escalas em portos brasileiros — com exceção do curioso caso do navio que partiu de Luanda e antes de chegar ao Rio de Janeiro atracou em Santa Catarina —, pode ser que a escala ocorresse para reabastecimento, ou mesmo para entregar cativos já encomendados por clientes coloniais.

Como estes registros fornecem o porto de embarque, podemos estabelecer a proveniência de 1567 expedições negreiras, o que nos permite avaliar as flutuações da participação de cada uma das três grandes zonas africanas exportadoras de escravos para o porto carioca. A participação da África Ocidental, já pequena entre 1795 e 1811 (3% do total embarques), decresce em termos relativos, desaparecendo por completo a partir de 1816. Outros dois aspectos importantes são a permanência da África Central Atlântica (a zona congo-angolana) como principal exportadora de homens para o Rio — o volume de negreiros provenientes desta região triplica em termos absolutos depois de 1811 —, e o crescimento relativo e absoluto do volume de exportações dos portos da costa índica. Assim, de 1795 a 1811, da zona congo-angolana partem para o Rio 344 navios (93% do total), enquanto de Moçambique partem apenas 15 naus (4%). Entre 1811 e 1830, a participação da primeira zona decai em termos relativos (78%), ainda que aumente a quantidade de negreiros despachados para o porto carioca — 938. Do Índico saem 239 naus, totalizando 20% dos embarques para o Rio de Janeiro.

Vejamos agora através de que mecanismos a zona congo-angolana produziu uma oferta razoavelmente elástica e definitivamente barata para o sudeste brasileiro na época que nos interessa. De 1480 a 1570, o comércio negreiro português teve por base a forte presença da Coroa que, buscando exercitar seu monopólio, manteve alianças cada vez mais sólidas com as frações dominantes do reino do Congo. Prova disso pode ser buscada na ajuda prestada aos exércitos congoleses que partiram para a conquista de Soyo (1491), no litoral norte, com o objetivo último de controlar as vias paralelas que por ali faziam escoar cativos vindos do interior. Sabe-se que naquela época, nos portos os escravos eram comprados majoritariamente de autoridades ou pequenos comerciantes nativos, mas já se percebia os esforços de se encontrar metais preciosos, objetivo que de certo modo centralizou as atenções portuguesas até inícios do século XVII. De qualquer modo, dos 143.500 escravos que as revisões dos números de Curtin apontam terem desembarcado na América durante o século XVI, menos de 20% poderiam ser originários da África Central Atlântica, cabendo à África Ocidental o restante. (Curtin, 1969:101, 116 e 268)

Embora muitos dos negros vendidos aos portugueses fossem membros da própria sociedade congolesa (como os transgressores do direito consuetudinário, endividados, feiticeiros e até escravos domésticos), o grosso da

oferta era mantido através de **raids** realizados pelo Congo, sobretudo em suas fronteiras. As guerras, como a já referida com o reino de Soyo, também contribuíram substancialmente para a produção de cativos, além de serem mecanismos de expansão e conquista de povos tributários. Por exemplo, entre 1510 e 1520 já se tem notícias de prisioneiros kimbundu, do sul do Congo, sendo vendidos na capital. Sabe-se ainda que muitos traficantes portugueses atuavam na região de Mpumbu, no nordeste do país, sendo por isso logo chamados de **pumbeiros** todos aqueles que, negros, mulatos ou brancos, se dedicassem ao tráfico interno de homens. (Birmingham, 1975a:550)

Este último aspecto mostra, aliás, que apesar de, em teoria, todo o tráfico para o Atlântico estar sob controle da burocracia congolesa, esta diretriz não impediu a atuação no país de inúmeros traficantes portugueses. Ao lado destes vemos a ação de traficantes africanos independentes, que operavam sobretudo nas áreas interioranas. Por causa de seu enriquecimento, essas duas frações, especialmente os traficantes africanos, já ocupavam, em meados do século XVI, uma destacada posição na hierarquia social do Congo, a qual, em grande medida em função do tráfico, se via cada vez mais cristalizada. (Birmingham, 1975a:544-548)

Tampouco era possível evitar o apresamento de inúmeros súditos do **manicongo**. Isto, aliado à lucratividade revelada pelo comércio negreiro, fez com que os níveis internos de tensão crescessem constantemente, pelo que o século XVI testemunhou a eclosão de sucessivas revoltas de aldeias congolesas vítimas de razias. Via-se também importantes cisões políticas, com os governadores provinciais, em especial os do litoral, buscando estabelecer linhas próprias de comércio com os portugueses. O caráter eletivo da sucessão ao trono, por sua vez, em nada contribuía para a diminuição destas tensões. Ao contrário, a possibilidade de disputar o poder alimentava os conflitos entre frações dominantes regionais. (Birmingham, 1975a:551-553)

Durante a década de 1560, a invasão dos Jagas, imbangalas nômades que provinham do leste, acelerou a decadência do Congo. Daí por diante intensificaram-se as interferências lusas nos assuntos internos do Congo, cujos objetivos eram os mesmos das intervenções dos governos e traficantes europeus que atuavam na África Ocidental: a manipulação dos poderes constituídos nativos, buscando aumentar os lucros do tráfico e a oferta de cativos. Depois de, com um exército de 600 homens, ajudar a expulsar os Jagas e restaurar o trono de Alvaro I, a Coroa portuguesa trabalhou ativamente para o reconhecimento de uma nova fração social, agora plenamente consolidada, qual seja, a dos comerciantes, traficantes e aventureiros, a

cargo de quem estava o controle real do tráfico no interior do Congo. Através de seus agentes (os aviados e **funantes**), eles chegavam a operar em mercados de escravos a mais de 160 quilômetros da costa. (Birmingham, 1975a:551-552)

Sabe-se que, durante o último quarto do século, esboçaram-se intentos de minorar a dependência do comércio congolês de escravos para com o monopólio de fato exercido pelos portugueses na costa. A relativa estabilidade política alcançada por volta de 1570 ocorreu ao lado de uma progressiva tentativa de diversificar as relações entre o reino e a Europa, inicialmente com o Papado e, no início do século XVII, com os holandeses, a quem as elites congolesas apoiaram quando da invasão de Luanda. Porém, esses intentos foram infrutíferos, pois a escravidão interna se expandia velozmente, a tal ponto que em muitas regiões a produção de escravos voltava-se cada vez mais para o mercado interno, criando sérios conflitos com as frações africanas mais envolvidas com as exportações pelo Atlântico. Na área de São Salvador, por exemplo, a aristocracia congolesa estava muito mais interessada em incorporar novos cativos à agricultura do que em exportá-los; enquanto isso, os nobres e guerreiros de Soyo continuavam a desejar o incremento dos níveis de comércio com os europeus, ensejando a eclosão, em 1660, de uma devastadora guerra civil. Estas cisões, verdadeiramente cíclicas, colaboravam para acentuar a decadência do Congo no circuito atlântico de homens. (Lovejoy, 1983:74; Birmingham, 1965:2, e 1966: **passim**)

Mas foi o início das chamadas Guerras Angolanas (1575-1683), ao sul do reino, o marco central da queda congolesa no cenário do tráfico. Com sua eclosão, o Congo e seu porto de Mpinda foram suplantados pela maior oferta de escravos drenada através das rotas do sul, cujo principal ponto de escoamento no Atlântico era o porto de Luanda. Estas guerras têm ainda outro significado, pois singularizam uma parte da África Central Atlântica como a única fonte de braços para a América a conhecer o controle direto — ainda que muito parcial — por um país europeu antes da segunda metade do século XIX.

Em Angola, o Estado colonial português não foi capaz de levar adiante o projeto de colonização pragmática implementado com êxito do outro lado do Atlântico. Afirma-se que isto ocorreu pois o Estado lusitano, atendendo ao "sentido da colonização" mercantilista, se esforçou por criar ali uma economia complementar à brasileira, desincentivando qualquer atividade que pudesse concorrer com a agro-indústria exportadora do Brasil. Tal complementariedade só poderia traduzir-se em uma estrutura voltada em

primeiro lugar para a exportação de escravos. E mais: dominando, através do controle do tráfico, pólos que se interligavam organicamente a esfera exportadora de escravos e a esfera consumidora dos mesmos —, o Estado português lograva transformar o comércio negreiro num utilíssimo instrumento de controle colonial. (Alencastro, 1985-86:**passim**)

Todavia, prescrições no sentido de montar uma estrutura agro-exportadora semelhante à brasileira constavam das instruções dadas ao primeiro grande donatário de Angola. Por outro lado, o controle português sobre Angola só poderia traduzir-se em um direcionamento do porte requerido pela tese acima mencionada se realmente fosse efetivo. Um estudo mais aprofundado da ocupação lusa, entretanto, mostra que ela era frágil, limitando-se, até o século XIX, a bolsões do litoral e do **hinterland**. Acrescente-se que mesmo aí a autoridade da Coroa era ciclicamente contestada por parte dos nativos, e até mesmo pelos poucos milhares de reinóis — burocratas, militares e famílias de colonos —, estabelecidos permanentemente ou não, além de competidores como os traficantes ingleses, holandeses e franceses. Por fim, há indicações de que, na medida em que aumentavam as exportações angolanas, mais e mais estas passavam a girar ao redor dos interesses dos plantadores e comerciantes estabelecidos no Brasil — inclusive em termos de financiamento para a operacionalização do tráfico. Ensaiava-se uma situação inusitada para os parâmetros originais do Sistema Colonial, pois a colônia brasileira transformava-se, na prática, na grande intermediária entre Portugal e Angola. Ensaio, reafirmamos, já que esta situação assumiria contornos mais nítidos somente a partir do século XVIII. (Birmingham, 1975a:554 e 1975b:325-383; Boxer, 1973:188 e 267-269)

Na verdade, o aumento vertiginoso da demanda do Brasil e da América espanhola esteve na base da ocupação portuguesa, reorientando inclusive os planos iniciais da Coroa. Dos cerca de 30.000 africanos desembarcados na América provenientes da África Central Atlântica no século XVI, passou-se, possivelmente, para algo em torno de 500.000/700.000 entre 1601 e 1700. Em resposta a essa demanda, forjou-se em Angola um ensaio colonial ímpar, já que a ocupação esteve apoiada em um aparato burocrático e comercial, cujo fim último passou a ser o de controlar as rotas de exportação de força de trabalho para alimentar a economia de além mar. Com tal objetivo, a presença colonial portuguesa assumiu traços de intervenção direta na vida política e militar local, ora visando deter o controle de determinada rota, porto ou ponto terminal do comércio negreiro, ora procurando baixar as taxas cobradas pelos comerciantes nativos. Em menor escala, mas de maneira mais constante no século XVII do que em qualquer outra época

ou região, a conquista portuguesa buscou a propagação de ações armadas de captura no litoral e no interior. (Curtin, 1969:119; Lovejoy, 1982:479)

O reino do Ndongo transformou-se no palco militar desta nova estratégia, após haver se consolidado como área de tráfico graças aos recursos acumulados com o comércio de escravos para a Ilha de São Tomé, durante os três primeiros quartos do século XVI. Desde esta época os traficantes portugueses que ali se estabeleceram logravam fugir ao controle do Estado lusitano, não estando, portanto, sujeitos a vender grande parte de sua mercadoria viva em regime de monopólio. Por outro lado, a ausência de taxações impostas por Lisboa permitia aos traficantes nativos obter preços maiores por seus escravos. Os ataques iniciais dos portugueses procuravam reverter esta situação, que significava, em última instância, perda de rendas. O rei do Ndongo (**Ngola**, daí o nome Angola, assumido pela região a partir da conquista), via com insatisfação a tentativa de implantar relações comerciais lesivas aos traficantes nativos, o que abriu caminho para o início das hostilidades permanentes. (Birmingham, 1965:**passim**).

Em muitas ocasiões aliados aos imbangalas, que fustigavam o Ndongo pelo leste buscando eliminar sua intermediação no comércio escravista com o Atlântico, os avanços portugueses sempre produziam escravos. Nas aldeias derrotadas, os chefes de linhagens (**sobas**) iam sendo incorporados ao âmbito da autoridade de um senhor europeu — colono, soldado ou funcionário —, que requisitava tributos em trabalho e homens. Com o passar do tempo, tentou-se substituir este sistema pela relação direta entre o Estado lusitano e os nativos derrotados. Mas, mesmo assim, a guerra beneficiava particularmente aos governadores de Angola, alguns dos quais possuíam vultosos investimentos no Brasil. A cada expedição, 1/5 dos cativos apresados ia parar nas mãos da Coroa, redistribuindo-se o restante entre a autoridade governamental maior e a soldadesca que participava dos combates. (Birmingham, 1965:25-26)

Ainda que de imediato as guerras gerassem uma maior oferta de escravos, a médio e longo prazo elas acabavam por desestruturar as redes mercantis nativas que vinham do interior, sobre as quais repousava o grosso do abastecimento dos portos atlânticos. As sucessivas críticas de Lisboa à violência de alguns governadores baseavam-se na convicção de que seria impossível a Portugal manter uma oferta crescente sem a cooperação de parceiros nativos. Isto era ainda mais urgente, pois os holandeses, depois de expulsos de Luanda, continuaram a comerciar pacificamente na costa de Loango, ponto terminal das rotas que partiam das áreas interioranas de Teke e Mpumbu. Daí terem os lusos tentado fazer com o Ndongo, derrotado e reduzido a um exíguo território, o mesmo que antes fora realizado no

Congo, ou seja, a imposição de monarcas dóceis e organicamente ligados aos interesses do tráfico. (Birmingham, 1965:29-30)

A partir da década de 1630, os portugueses dos portos do Atlântico passaram a ser supridos pelos intermediários de Matamba e Kasanje, que por sua vez obtinham escravos nos reinos mais orientais, em especial Luba, Lunda, Kazembe e Lozi. Apesar de sempre procurarem tirar o maior proveito possível das rivalidades entre os Estados nativos, somente depois de 1683 (data da última grande guerra entre os conquistadores brancos e Matamba) é que os portugueses deixaram de insistir em manter contato direto com as fontes produtoras do interior. As guerras de produção de escravos passaram, então, à órbita exclusiva dos africanos. (Birmingham, 1965:40-41)

Com o advento do século XVIII tem início a fase áurea do tráfico pela África Central Atlântica, especialmente no período 1760-1830, quando, legitimando uma situação de fato, a Coroa abriu mão de seu monopólio e permitiu o livre acesso de todos os nacionais ao comércio. Entre 1701 e 1800 se exportou pouco mais de dois milhões de cativos para as Américas. Trata-se de uma cifra bem inferior aos cerca de 3.500.000 escravos exportados pela África Ocidental no mesmo período, mas que representa um volume três a quatro vezes maior do que as exportações da própria África Central Atlântica nos cem anos anteriores. (Lovejoy, 1982:435 e 1983:123-128)

Quase toda essa escravaria se produzia no amplo contexto da competição cada vez mais interiorana entre africanos, a qual, já o ressaltamos, se traduzia em constantes enfrentamentos bélicos. Daí que o período que se inaugura com o século XVIII seja a época dos " senhores da guerra" nativos, nas palavras de Lovejoy, que passaram a dominar por completo a produção maciça de escravos. (Lovejoy, 1983:74) Não obstante, para além da indução que instituía e/ou exacerbava as contradições internas africanas, a oferta de escravos se beneficiava de especificidades ecológicas, cujos reflexos sociais e econômicos eram contundentes. De fato, desde tempos imemoriais, as relações entre os vários tipos de formações sociais da região estiveram baseadas em um equilíbrio bastante precário. Frente a este dado, qualquer fator desestabilizador (secas, pestes, e mesmo a ação de traficantes) detonava uma intensa competição por recursos, que se traduzia em conflitos armados. A combinação milenar entre poucos e localizados espaços capazes de sustentar continuamente as populações humanas, por um lado, e as recorrentes secas que explodiam de sete em sete anos, por outro, transformaram a área bantu do Atlântico em cenário ideal para a produção

de cativos. O ciclo recorrente de secas e a indução exterior criavam ou, dependendo da região, simplesmente tornavam mais contundentes os enfrentamentos entre Estados, etnias, classes sociais e grupos domésticos, e com eles aumentava a oferta de escravos. (Miller, 1982:**passim** e 1983:118-121)

Pode-se argumentar que, não sendo tão profunda a tradição estatal nas áreas bantu quanto na África Ocidental, ali o tráfico se veria comprometido desde seu início. Afinal, em um negócio no qual a violência desempenhava o papel de fundadora da mercadoria humana, o Estado, através de seu aparato militar, transformava-se em pré-condição para a existência de uma oferta elástica como a requerida pelas minas e agricultura brasileiras a partir do Setecentos. É possível que nos primórdios do comércio atlântico tal fato houvesse contribuído em muito para que o tráfico na zona bantu assumisse feições mais predatórias do que no Oeste africano. De qualquer modo, como sugere Birmingham, tais feições estiveram vinculadas ao parco desenvolvimento dos circuitos comerciais antes de 1500 e à fraca densidade populacional da área. Mas, com o aumento da demanda, tal como na África Ocidental, os Estados bantu tenderam a se afirmar como instâncias de poder acima das linhagens — ainda que delas dependentes. Sua fragilidade, real, advinha menos da existência de eficazes mecanismos de coerção do que da instabilidade dos blocos no poder, que rapidamente se sucediam. (Birmingham, 1975a:519-521)

Buscando contrabalançar sobretudo a debilidade demográfica, o aumento da demanda intensificou a produção de escravos especialmente nos primeiros 1.200 quilômetros da costa até a savana, nas densas florestas e mesmo na região dos grandes lagos. Nesta última, área altamente povoada, a produção de escravos era tão maciça que chegou a suprir de cativos tanto os portos do Atlântico como os do Índico. (Lovejoy, 1983:76) Aprimoraram-se rapidamente as redes de distribuição, seja por meio da ação de caravanas nativas ligadas a linhagens hegemônicas, seja ainda através da criação, pelos portugueses, de mercados regionais (as **feiras**) continuamente percorridas por mercadores africanos e luso-africanos. Não é gratuito, portanto, que estes dois séculos, XVIII e XIX, tenham representado o apogeu dos mestiços (principal fração traficante no âmbito da dominação lusa) e, mais para o interior, dos guerreiros e dos Estados militarizados. Em Kasanje e Matamba, por exemplo, consolidou-se a preeminência dos guerreiros e mercadores ligados ao Estado, o que indica a participação desses reinos não apenas na comercialização, como ainda na própria produção de escravos em suas zonas fronteiriças. Em resumo, sem deixar de contar com os ciclos ecológicos favoráveis, a produção de homens assumia uma nature-

za econômica que cada vez mais se justificava por si mesma. O tráfico emergia como o mais eficiente mecanismo de acumulação de homens e recursos, acentuando e/ou cristalizando a diferenciação social. (Miller, 1983:133; Lovejoy:1983:76)

Tudo indica que, sob os efeitos do tráfico, a escravidão interna tendeu a crescer e assumir a forma então predominante na América — a escravidão mercantil —, em detrimento do escravismo doméstico tradicional. Mesmo assim, este tipo de relação não parece ter adquirido na zona bantu a mesma importância que assumia na África Ocidental. É, porem, certo que os escravos eram numerosos, em particular nas áreas próximas das longas rotas que ligavam o interior à costa. No Congo, a população cativa chegou a representar cerca de 50% do total. Ali, o campesinato livre se submetia ao forte uso do escravismo pelo Estado, e os membros dos grupos domésticos podiam transformar-se em cativos por faltar com impostos e taxas, ou ainda por transgredir as normas tradicionais. No Ndongo, a classe dos escravos (**quisicos**) representava a base do poder real e dos chefes das linhagens mais poderosas. Em Soyo a escravidão era uma forma de exploração tão importante quanto as taxações sobre o campesinato, o mesmo ocorrendo — com maior intensidade — nas terras kimbundu do sul, nos Estados de Kasanje e Matamba, e nos reinos Luba e Lunda. (Lovejoy, 1983:75-76 e 122-128)

O século XVIII assistiu também à entrada de novos competidores europeus na costa de Loango — os ingleses e os franceses —, cujas compras em finais da centúria já se igualavam às do tráfico para o Brasil. Ao mesmo tempo, Benguela afirmava-se cada vez mais como porto exportador do porte de Luanda, por causa da abertura das rotas que atingiam as terras Ovimbundu do planalto de Bihé. Estes dois fatores ajudaram a conformar uma divisão espacial que por volta de 1790 se pautava na existência de três grandes eixos de comércio escravista. O primeiro, ao norte, configurava o eixo franco-anglo-holandes; o segundo, com ponto terminal em Luanda, e o terceiro, que desembocava em Benguela, permaneciam sob influência lusitana. Cada um deles drenava cerca de 1/3 das exportações. Em todos eles os manufaturados, em especial as armas e os têxteis, tinham muita importância para o escambo escravista. Revólveres, mosquetões e pólvora eram produtos altamente cotados (duas armas por cada escravo, em geral), pois com eles a produção de cativos tornava-se mais eficiante. Entretanto, nos portos sob domínio luso, as fazendas e aguardente brasileira (**giribita**) eram os principais produtos intercambiados por escravos. (Birmingham, 1965:43-45)

Resumamos. A demanda americana de escravos, em particular a brasileira, detonou ou, dependendo da região considerada, simplesmente incentivou o desenvolvimento da produção e circulação inicial dos cativos na África. Ali, essas duas variáveis incorporavam diversos tipos de elementos interdependentes (econômicos, sociais, políticos e militares), constituindo um contexto de interações sem o qual a demanda americana jamais poderia ser atendida.

A compreensão da dinâmica da oferta africana nos obrigará a tomar o tráfico atlântico enquanto um mecanismo que, além de reproduzir estruturalmente a força de trabalho na América, também desempenhava um papel estrutural na África. A tal conclusão se chega quando se considera um simples dado: a oferta africana perdurou por mais de 350 anos, sem que, no fundamental, fosse necessário que os traficantes europeus e americanos produzissem diretamente o escravo, ou seja, que o apresassem ou que o exigissem como tributo. Aliás, o exemplo português mostra que, quando se tentou, através de guerras, uma maior produção direta dos escravos, desestabilizaram-se as rotas que secularmente alimentavam de braços os portos do Atlântico.

Este dado, por sua vez, remete à relação entre o comércio negreiro e as contradições internas africanas, fossem estas pré-existentes ou não à migração forçada. Daí que a análise da dinâmica interna da oferta passe, necessariamente, por desvendar a natureza estrutural do comércio negreiro na África. Pontualizar este aspecto implica em repensar a articulação entre a economia escravista colonial e as diversas formações africanas envolvidas no tráfico, inserindo estas últimas no quadro geral dos elementos estruturais para a viabilização e permanência da escravidão no Brasil. O tráfico atlântico passa a ser afro-americano por definição, não porque signifique uma migração forçada de africanos para a América, mas sim e principalmente porque **desempenha funções estruturais nos dois continentes.**

Vimos ser a guerra o principal mecanismo de transformação do homem em cativo. Ela redundava na expansão territorial dos vencedores, o que, nas condições específicas da África pré-colonial, significava a incorporação de povos tributários. O grande peso de instrumentos bélicos entre os bens que compunham o escambo còsteiro, por seu turno, incrementava ainda mais as guerras e, por conseguinte, a capacidade de produção de escravos. Estamos frente a um mecanismo retro-alimentador, em que o ritmo da rotação era caudatário dos níveis da demanda americana. Para além dessa **causa causans**, a viabilização de uma produção maciça e continuamente renovável de escravos estava organicamente vinculada não apenas à existência de relações desiguais de poder entre os próprios africanos, mas sobretudo ao fortalecimento do Estado, único meio produtor de cativos em grande escala. Não causa surpresa, portanto, que durante o auge do

tráfico a maior parte das sociedades africanas sem Estado estivessem situadas fora dos principais eixos do comércio negreiro. (Gray, 1975:7) Eis aqui o primeiro papel estrutural do tráfico atlântico na África: à aquisição de bens no litoral corresponde o fortalecimento político e econômico dos grupos dominantes nativos. Acentuava-se a diferenciação social entre classes e frações de classes, entre etnias, Estados e mesmo no interior da comunidade doméstica.

Por outro lado, a segunda dimensão estrutural do tráfico na África, de certo modo ligada à primeira, refere-se à utilização de parte cada vez maior dos escravos produzidos através da guerra dentro do próprio continente africano. Também aqui não é gratuito que as pesquisas mais recentes apontem a maior incidência de relações escravistas de produção entre os grandes Estados pré-coloniais. Ressalte-se que não se tratava apenas de incrementar relações escravistas, mas também de modificar a própria natureza das escravidão pré-existente, que perdia sua feição tradicionalmente doméstica para tornar-se uma escravidão cada vez mais mercantil. (Curtin, 1973; Meillassoux, 1985)

Todavia, há que distiguir a produção enquanto sinônimo da violência fundadora da condição de cativo, daquilo que podemos chamar de **produção social** do escravo. Este movimento nos permite apreender o segredo dos baixos preços do cativo por nós detectados anteriormente. Por produção social do escravo entendemos a soma dos gastos, em horas-trabalho, necessários àprodução e manutenção do homem desde o seu nascimento até o instante em que ele se transforma em escravo. É seu grupo familiar e, em última instância, sua comunidade, quem efetivamente o produz. Antes da mutação em cativo, o indivíduo é, portanto, o repositário de milhares de horas-trabalho despendidas por toda a comunidade. Ora, como a violência representa o meio fundamental através do qual o homem é retirado de sua comunidade e escravizado, o custo social de sua produção não será de maneira alguma reposto. (Meillassoux, 1985:**passim**)

A captura substancia, efetivamente, uma apropriação de trabalho alheio que jamais será reposto. Isto dará margem a que todos os elos de intercâmbio que se processam desde o interior da África até a empresa escravista americana se caracterizem pela não equivalência. É não equivalente, em termos de horas-trabalho, por exemplo, o escambo de um escravo por dois ou três mosquetões, por dez ou doze fardos de têxteis, ou ainda por quatro ou cinco barris de aguardente. Como em uma correia de transmissão, esta não equivalência se transportará para as etapas de circulação da mercadoria viva na América, quando a compra do cativo através de dinheiro não expressará seu real valor social. A guerra, sinônimo aqui da violência funda-

dora do escravo, está, portanto, na base tanto da reprodução escravista na América quanto no cerne da diferenciação social e da expansão do fenômeno estatal na África. É esta a conjugação que explica o atendimento permanente e maciço da procura americana por braços. Mas esta mesma violência também determinará não apenas os baixos preços do cativo na América — e, por isso mesmo, a própria extensão social da escravidão —, como também condicionará as estratégias de rentabilidade da empresa traficante.

- A Estrutura da Oferta de Alimentos

Como já vimos, de acordo com os trabalhos mais clássicos da historiografia brasileira, a economia colonial se resumiria, no essencial, às unidades voltadas para a exportação. Daí decorre seja a inexistência, seja a atrofia, dos setores mercantilizados ligados ao abastecimento. A agricultura de alimentos e a pecuária ou bem existiriam no interior das **plantations**, ou girariam ao redor destas, ou ainda estariam fundadas naquilo que alguns chamam "economia natural". Em outras palavras, com exceção de poucas áreas mais urbanizadas, a reiteração da economia colonial seria incompatível com a existência de um mercado interno de peso e, pois, contínuo no tempo. Cabe, então, indagar sobre a pertinência destas idéias. Afinal, como se abastecia a **plantation**?

De início pode-se descartar a possibilidade de um abastecimento por meio de importações. Se nos fixarmos nas balanças comerciais de 1796 a 1811, detectaremos a ausência de mantimentos ligados à dieta de base da escravaria e camadas populares em geral (Arruda, 1980: 185). Portanto, alimentos como mandioca, milho, feijão, charque e carne de porco seriam produzidos pela própria Colônia (Johnson, 1973:231-283). De acordo com alguns autores, este conjunto de gêneros era produzido na **plantation**, seja em roças da empresa, seja naquelas concedidas aos cativos. Se, porém, levarmos em consideração o inquérito agrícola realizado pelo Marquês do Lavradio, em 1778, observaremos que as zonas mais envolvidas com a agro-exportação do açúcar (como por exemplo Campos) eram as que menos produziam alimentos. Por outro lado, ao compararmos o perfil de Campos com o de Inhomirim (uma área não exportadora), e dividirmos as respectivas produções de alimentos pelo número de escravos, verificaremos que no primeiro caso a proporção é de apenas nove alqueires por cativo, cifra que para Inhomirim chega a 204 alqueires. Parece claro, portanto, que as áreas exportadoras eram caudatárias de alimentos produzidos por regiões não exportadoras.

Diversos inventários de grandes senhores de engenhos fluminenses (todos eles com mais de 100 escravos) demonstram a inexistência de produções de alimentos de vulto entre as suas propriedades. Perfis semelhantes podem ser encontrados em outras áreas exportadoras coloniais. Para a Bahia, por exemplo, Schwartz mostrou que a recusa dos senhores de engenhos em cultivar alimentos detonou o desenvolvimento de áreas inteiras do recôncavo ligadas à agricultura mercantil de alimentos, cujo mercado era formado pelos engenhos e pela cidade de Salvador (Schwartz, 1988:205-206).

As entradas de navios carregados com mantimentos permitem mapear a rede de abastecimento marítima de que se servia a praça do Rio de Janeiro. O conjunto das aportagens registradas em 1812, 1817 e 1822, indica que de 40% a 80% das entradas das embarcações de menor tonelagem (as lanchas) destinavam-se ao transporte de produtos exportáveis. Com relação às naus de maior porte (bergantins e sumacas), os alimentos prevalecem: compõem mais de 51% dos carregamentos das sumacas, e mais de 85% dos bergantins. De 1799 a 1822, os registros manuscritos de entradas de embarcações no porto carioca indicam que o abastecimento de farinha de mandioca provinha do sul da Bahia, de zonas do litoral fluminense como Cabo Frio e Itaguaí e, majoritariamente, de Santa Catarina; milho e feijão, por seu turno, vinham do sul baiano, do próprio Rio de Janeiro e de São Paulo, e trigo e charque eram originários do Rio Grande do Sul — o principal parceiro do comércio de cabotagem com o Rio de Janeiro. Os registros de tropas mostram que, nas duas primeiras décadas do século XIX, por via terrestre, São Paulo e Minas Gerais (além de áreas interioranas do próprio agro fluminense) proviam o grosso do abastecimento. De São Paulo vinha gado em pé e mulas; de Minas e do meio rural fluminense, porcadas, carneiradas, toucinho, gado em pé e algodão bruto.

Uma comparação dos valores dos gêneros para o abastecimento como o açúcar (branco e mascavo) esclarece melhor o peso daqueles setores não diretamente envolvidos com o mercado europeu. Assim, entre 1799 e 1805, trigo, farinha, charque e aguardente chegam por vezes a representar 2/3 do valor do açúcar. A partir de 1806 (até 1822), somados, os valores desses gêneros são sempre superiores aos do produto rei. Passando para a comparação dos volumes entre 1799 e 1822, observa-se que a soma dos quatro gêneros mencionados é sempre maior que o do açúcar, chegando, em alguns anos, a representar o dobro. Mesmo considerados individualmente, vemos que, por exemplo, o volume de charque quase sempre é superior ao do açúcar desde 1806.

Muitas das produções acima listadas não se baseavam apenas na utilização do trabalho escravo. Os dados demográficos demonstram que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e cativos. Nesta época, a população escrava girava em torno de 1/3 do total, e naquelas zonas ligadas à praça mercantil do Rio a porcentagem era ainda menor — 29% do total.

Vejamos o caso de Minas Gerais. De acordo com as mesmas estimativas populacionais, em 1819 esta capitania detinha cerca de 632.000 habitantes, dos quais 168.500 escravos. Tratava-se da maior concentração de cativos de toda a Colônia (15% do total). Tal dado assume maior relevância quando pensamos que a capitania não concentrava o grosso de sua escravaria em atividades de exportação, mas sim naquelas que se destinavam ao abastecimento, conformando um complexo agropecuário mercantilizado (Libby, 1988:14). Trabalhos recentes demonstram a existência de vastas áreas da capitania ligadas não apenas ao abastecimento, mas também, em particular, ao fornecimento de gêneros para o Rio de Janeiro. Deste modo, a zona setentrional, o oeste, o Triângulo Mineiro e o Alto Parnaíba, integrariam, de acordo com Libby, o chamado **modelo do sul de Minas**, com uma economia mercantil de subsistência baseada no trabalho escravo (Libby, 1988: 44-45). Partiam sobretudo daí os produtos que abasteciam o mercado carioca, o qual, em 1819, absorvia 71% das exportações mineiras (Brownm, 1986: 513).

Por outro lado, Minas era uma área estável, cujas ligações com o abastecimento perpassavam diferentes conjunturas. Desde inícios do século XVIII a capitania vinha conhecendo o desenvolvimento de vários núcleos agropecuários ligados inicialmente ao suprimento da mineração e, com a crise desta, ao abastecimento sobretudo do Rio de Janeiro (Maxwell, 1977;Lenharos, 1979). Deve-se sublinhar mais uma vez que estes núcleos não conheceram o fenômeno da retração a partir do advento da crise mineradora. Basta, pois, relembrar o caso do crescimento demográfico de Rio das Mortes que, depois de deter 26% da população da capitania em 1776, passou a concentrar 42% da mesma em 1821 (Maxwell, 1977: 300). Este exemplo demonstra que dificilmente os diversos núcleos agropecuários mineiros poderiam ser resumidos a meros apêndices das atividades exportadoras.

Quanto à estrutura de posse dos escravos para esta região, análises recentes têm demonstrado que, entre 1831 e 1840, cerca de 2/3 dos proprietários possuíam plantéis que não ultrapassavam cinco cativos. Estes mesmos proprietários detinham a maior parte dos escravos, sendo que, se agregarmos os senhores de plantéis de um a dez cativos, eles chegavam a deter quase a metade do total da escravaria (Libby, 1988: 106). Tal perfil de posse denota que, ao lado do trabalho de cativos, coexistia o trabalho livre de base familiar. Ora, se consideramos, como já foi referido, que Minas

Gerais era a maior capitania escravista do Brasil, teremos que este tipo de senhor-camponês se constituiria num dos principais pólos de demanda por cativos. De fato, as remessas de africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro para Minas constituem 40% de todas as remessas terrestres a partir do mercado do Valongo. Por fim, os censos demográficos revelam que, para 1831 e 1840, cerca de 2/3 de uma amostragem de toda a província mineira não possuíam escravos, estando, pois, fundados no trabalho familiar (Libby, 1988:97). Se a este dado agregamos que muitos domicílios se assentavam na agricultura, veremos a presença de típicas unidades produtivas de base camponesa. Emerge, portanto, uma paisagem do espaço colonial marcada tanto pela presença de camponeses quanto pela sua combinação com o trabalho escravo, ambos possuidores de lógicas e mecanismos de reprodução distintos dos da **plantation**.

A capitania de São Paulo também fazia parte da rede de abastecimento do mercado do sudeste colonial. Na virada do século XVIII para o XIX, sua lavoura canavieira de exportação estava em crescimento, com o açúcar compreendendo cerca de 90% do movimento de exportações através de Santos (Brown, 1986:312; Kuzsnesof,:1986). Contudo, a capitania não pode ser caracterizada como sendo somente agro-exportadora. De acordo com a **Gazeta do Rio de Janeiro**, em 1812, ao redor de 1/4 das consignações dos produtos paulistas em naus atracadas no porto carioca eram formadas por alimentos como farinha e feijão, dentre outros. Ao lado da agricultura mercantil de alimentos deve-se acrescentar o intenso comércio de mulas e bovinos entre a capitania e a praça do Rio de Janeiro (Petrone, 1976:97).

Reforçando a presença destes setores mercantis ligados ao mercado interno, temos o trabalho de Maria Luíza Marcílio, baseado em listas nominativas paulistas entre 1798 e 1828. Demonstra-se aí que, em 1798, 2.5% dos chefes de domicílio se declaravam senhores de engenhos e/ou engenhocas, 8% eram criadores ou criadores-lavradores, e 58% eram apenas lavradores. Trinta anos depois, o novo recenseamento indicava que estas categorias se distribuiam, respectivamente, da seguinte maneira: 2%, 8% e 55% (Marcílio, 1974:191-195). Note-se a vitalidade dos segmentos não exportadores da capitania, sobretudo daqueles agentes econômicos ligados à pecuária. Deve-se observar, ainda, de acordo com as listas nominativas paulistas de 1804, trabalhadas por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero, que a categoria lavradores incluía tanto aqueles ligados à agroexportação quanto os que se dedicavam à agricultura de alimentos, cabendo a estes últimos o amplo predomínio (Luna & Costa, 1980:221).

Da mesma forma que no caso de Minas Gerais, São Paulo é um bom exemplo da estabilidade no tempo destes segmentos mercantis ligados ao abastecimento. Assim, ao contrário do que era até pouco tempo assumido pela historiografia, pesquisas recentes refutam a idéia de uma crise geral ulterior à decadência da mineração. Pelo contrário, o panorama que vem emergindo aponta no sentido da pujança econômica, em parte devida ao crescimento das atividades de abastecimento para suprir as próprias **plantations** e a Corte. Tal pujança pode ser medida por outro dado: entre 1765 e 1808 a população paulista aumentou em quase 150%, com queda da taxa de mortalidade sem correspondência de um decréscimo da fecundidade (Marcílio, 1974:124-127).

Passando para o regime de trabalho, observamos uma estrutura de posse de escravos muito semelhante àquela detectada para Minas Gerais. De início, entre 1798 e 1828 cerca de 3/4 dos domicílios paulistas não possuíam escravos. Mesmo considerando que o grau de vinculação destes domicílios ao mercado pudesse variar, estamos, sem dúvida, frente a uma ampla massa camponesa ligada ao setor mercantil de abastecimento (Marcílio, 1974:173). Temos ainda que, para 1798, os fogos com menos de 4 escravos eram majoritários (Rabello, 1973:62). Resultados semelhantes foram encontrados para 1804, quando 70% dos proprietários de cativos possuíam até 5 escravos, os quais conformavam 1/4 da população cativa da amostragem (Luna & Costa, 1980:215-216). Segundo o mesmo estudo, a maior parte dos senhores de escravos não estaria engajada em atividades agro-exportadoras. Assim, nos dez municípios analisados (que incluíam áreas açúcareiras e não açúcareiras), tais senhores correspondiam de 40% a 82% dos proprietários, detendo em suas mãos de 21% a 91% dos escravos. Estas duas cifras são indícios claros da capacidade acumuladora das atividades ligadas ao abastecimento (Luna & Costa,1980:219). Se temos em conta que, em 1804, cerca de 72% dos agricultores voltados para o mercado interno detinham de um a cinco cativos (num total de 35% da escravaria desta categoria senhorial), estaremos diante de um conjunto de unidades agrícolas mercantis no qual o trabalho escravo aparece intimamente associado ao familiar (Luna & Costa, 1980:220).

Estes dados nos remetem, tal como no caso de Minas Gerais, a uma paisagem onde o elemento camponês adquire peso expressivo. Complementando o quadro paulista, temos as áreas pecuaristas do sul da capitania, que englobam 20% da população total na virada do século XVIII. Nelas, as fazendas de criação são marcadas por uma pequena incidência de cativos (Marcílio, 1974:74).

Passando para o caso do Rio Grande do Sul, sabe-se que no Setecentos esta região aparecia como grande abastecedora de gado para as áreas de mineração. Simultaneamente a estrutura fundiária do Rio Grande ia se constituindo, e por volta de 1730 tropeiros e militares receberiam terras da Coroa, iniciando efetivamente a caracterização da propriedade da terra e do gado a partir do surgimento das estâncias (Corsetti, 1983). O traço não capitalista deste tipo de unidade produtiva é percebido através de suas relações de produção, que ainda quando fundamentadas no trabalho livre (o peão-gaúcho), não são assalariadas. O peão, indivíduo desprovido da propriedade da terra, por vezes podia receber pagamentos monetários, mas sua remuneração básica se fazia por meio da moradia, alimentos e do direito ao uso de um lote de terra no caso de possuir família. Por outro lado, a estância se reproduzia de forma extensiva, incorporando gado e terras, com baixos índices de aplicação de recursos tecnológicos. Tal forma de reprodução, associada ao caráter não capitalista do regime de trabalho, lhe assegurava a diminuição dos custos monetários (Zarth, 1988:11).

Em fins do século XVIII a pecuária gaúcha se juntaria à produção industrial do charque, gênero básico da dieta dos cativos e das camadas populares livres. No decorrer do século seguinte o Rio Grande apareceria como um dos principais abastecedores de charque para o mercado interno, sobretudo o do sudeste. Assim, entre 1813 e 1822 o valor deste produto correspondia, em média, a mais de 55% das exportações gaúchas. Entre 1806 e 1820, as exportações de carne salgada para o porto do Rio de Janeiro variaram entre 15% e 36% do total exportado pelos três principais portos gaúchos. O crescimento da charqueada implicava na ampliação da população escrava, mão de obra fundamental para esta indústria (Brown, 1986:429-432). Deste modo, em 1819, cerca de 30% da população da capitania era constituída por cativos (IBGE, 1987:30).

Ressalte-se que, ainda na virada do século XVIII para o seguinte, esta região — mais especificamente, a zona entre o Atlântico e a Lagoa dos Patos — viu emergir a produção de trigo. Combinava-se, aqui, a mão de obra familiar de açorianos e seus descendentes com o emprego de escravos (Brown, 1986:382).

No Rio Grande, a associação das formas de produção vistas acima — trabalho escravo, peonagem e mão de obra camponesa — se traduzia, entre 1813 e 1822, em exportações das quais cerca de 70% se destinavam ao mercado interno (Brown, 1986:429). Ora, se a este caso somarmos os de São Paulo e Minas Gerais, surgirá ao redor da praça do Rio de Janeiro um verdadeiro mosaico de núcleos de produção para o seu abastecimento, os quais combinavam a escravidão com diversos regimes de produção. Assim,

se se assume que o Rio de Janeiro conformava uma area de ponta, voltada para o mercado exterior, seu abastecimento implicava na criação de uma ampla rede intra-colonial, com o que vem abaixo a idéia da autarquia da **plantation**. Soma-se a isto o fato de que a economia e sociedade coloniais surgem plasmadas por outras formas de trabalho que não o do cativo. Diante do quadro esboçado, não seria tão ousado pensarmos neste mosaico de formas de produção enquanto uma verdadeira formação econômica e social. Seu conteúdo (na verdade, o conteúdo do próprio mercado colonial) é dado pelos processos de reprodução de diversas formas produtivas, movimentos estes que possuem como eixo a reiteração da agro-exportação fundada no trabalho escravo.

Contudo, esta última afirmação deve ser matizada. O mercado interno constituído por diferentes formas de produção redefine o próprio funcionamento da **plantation**, pois esta, para a sua recorrência, passa a depender de recursos endógenos (acumulações internas) à formação colonial. Dito de outro modo, a reprodução da **plantation** se dá, ao menos parcialmente, à margem do mercado internacional. Isto lhe permitiria reiterar-se apoiando-se em formas coloniais não capitalistas, reduzindo seus custos operacionais e dando lhe ampla margem de autonomia frente às flutuações dos preços no mercado internacional.

É o que nos mostra a comparação dos preços unitários do açúcar branco e mascavo, por um lado, e de gêneros para o abastecimento dos escravos entre 1799 e 1822. Somente em dois deste anos — 1817 e 1822 — o valor agregado do charque e da farinha se iguala ao do açúcar. Este dado remete à conclusão de que, mesmo nas épocas de queda do preço do produto rei, sua cotação é quase sempre superior à soma daqueles dois produtos básicos ao custeio da mão de obra da **plantation**. Mais do que isso, em pelo menos nove desses anos o valor do açúcar representa o dobro do da farinha e charque somados. Lembrando-se que estamos em uma conjuntura de permanente queda dos preços internacionais, tais números indicam: o grande peso das produções coloniais de natureza não capitalista para o abastecimento da **plantation** a baixos preços; em razão deste fenômeno, detecta-se a possibilidade da mesma **plantation** (e com ela a própria economia colonial) enfrentar conjunturas de crise exteriores.

Conclusão: a Esterilização que não Esgota

O mosaico descrito, conjugado a uma estrutura peculiar da produção da mão de obra e aos baixos custos do fator terra, permite às flutuações da economia assumirem uma autonomia relativa frente às do mercado externo.

Mais do que isso, é da natureza não capitalista de cada uma das variáveis acima apontadas que deriva a possibilidade da multiplicação de unidades produtivas a partir da aplicação de baixíssimos investimentos. É o que se observa acompanhando o mercado em movimento por meio de mais de três mil escrituras de compra e venda. Entre 1800 e 1816, as aplicações em negócios rurais exigem menores investimentos quando comparadas às de setores como lojas e navios. O valor médio de todas as transações realizadas durante este intervalo situa-se, nominalmente, em cerca de 1:800$000 réis, ao mesmo tempo em que as negociações envolvendo propriedades rurais não ultrapassam uma média de 1:500$000 réis. Em contrapartida, os bens ligados ao comércio (lojas, armarinhos, armazens etc) envolvem cerca de 4:000$000 réis em média. Em quase todos os anos, os bens mercantis equivalem pelo menos ao dobro do valor médio dos de natureza rústica.

Por exemplo, em 1804, na cidade do Rio de Janeiro, Diogo Luiz da Rocha adquire um botequim por 1:400$000 réis. Com a mesma quantia ele poderia adquirir por então aproximadamente 300 alqueires geométricos em Rio Preto, e ainda lhe sobrariam recursos para, logo depois, comprar uma fazenda com benfeitorias, edificações, plantações e quatro escravos em Iguaçú por cerca de 800$000 réis. Outro caso é o do capitão Bento Luiz de Oliveira Braga que, em 1800, compra em Iguaçú uma fazenda de uma légua de terras em quadra, com uma engenhoca completa, uma casa de farinha, um alambique, 44 cativos, 17 bois, 18 bestas, cavalos, casas de vivenda cobertas de telhas, senzalas, arvoredos e plantações — tudo isto por 9:000$000 réis. No mesmo ano, entretanto, Bernardo Manoel da Silva Guimarães adquiriu uma loja de fazendas na rua do Ouvidor por 12:000$000 réis. Por fim temos João Rodrigues Pereira de Almeida que, em 1806, compra na freguesia de N. S. da Conceição do Alferes uma propriedade composta por uma légua de terras, um engenho de açúcar (com os seus cobres e demais pertences, casas, moinho etc) em funcionamento, uma serraria, 60 bois de carro, 35 cabeças de criar, 12 bestas de carga, 76 porcos e 60 escravos por um total de 22:000$000 réis. Um ano após esta aquisição, Joáo da Costa Guimarães tornava-se dono de uma loja de fazendas na rua dos Ourives por 25:765$961 réis. Em resumo, estes exemplos demonstram cabalmente que, com a quantia necessária à montagem do comércio varejista, os agentes econômicos facilmente poderiam converter-se em senhores de terras e homens.

Os exemplos acima também ratificam a afirmação de uma estrutura agrária cujas variáveis fundamentais são socialmente baratas e, pois, possuidora de uma enorme elasticidade frente às conjunturas externas. Todavia, eles igualmente apontam para uma paradoxal situação de mercado: o

setor agrário, gerador de riqueza produtiva, demanda menores investimentos do que o setor mercantil que, por definição, esteriliza a riqueza anteriormente produzida. Por certo, do ponto de vista dos agentes coevos, tal situação só pode ser entendida se o retorno do investimento na circulação for superior ao das aplicações produtivas. Eis aqui o grande paradoxo: uma economia capaz de enfrentar com êxito qualquer conjuntura exterior mas que, ao mesmo tempo, sofre uma contínua esterilização de riqueza produtiva por parte de seu próprio capital mercantil.

À indagação de como, apesar da esterilização, tal economia não somente sobrevive mas também cresce, cabe a mesma resposta que, antes, explicava a possibilidade da autonomia relativa: os baixos custos de seus fatores constitutivos — terra, mão de obra e alimentos. Assim estruturada, a reprodução econômica ampliada prescindiria do retorno integral do seu excedente à produção. Da mesma forma, são estes mecanismos de reiteração da economia colonial os elementos explicadores da discrepância entre valores de bens rurais de bens mercantis — em outras palavras, da contínua apropriação/esterilização do sobretrabalho agrícola por parte do capital mercantil.

Riva Gorenstein, aprofundando observações de Sérgio Buarque de Hollanda, alerta para o quão simplificados têm sido os modelos que insistem na importância social e econômica — justificada, porém exagerada — da aristocracia agrária. Seu estudo sobre os comerciantes cariocas entre 1808 e 1822 atesta, com extrema sutileza, o papel fundamental dos homens pertencentes às profissões mercantis na economia, política e sociedade da época: são os **negociantes de grosso trato** (Gorenstein, 1978).

Há que entender as raízes estruturais do predomínio das formas mercantis de acumulação. Possivelmente como em todas as economias latino-americanas nas que predominavam regimes compulsórios de produção (sinônimo de uma frágil divisão social do trabalho), a circulação monetária era débil — dado que indica poucas opções de investimentos. A monopolização da riqueza, que detectaremos adiante, ensejava, por seu turno, a emergência de um contexto no qual pouquíssimos homens detinham liquidez suficiente para por em funcionamento os mecanismos econômicos para além de esferas ultralocalizadas. Daí a circulação surgir como o grande eixo de acumulação da época. Todos esses fatores seriam traços de um **mercado restrito**.

Do mercado restrito derivava a posição privilegiada dos negociantes coloniais até mesmo no comércio de importação (seja com a Metrópole, seja, depois, com os centros mais dinâmicos do capitalismo europeu). Por controlarem a liquidez, eles pugnavam pela venda em bloco de grandes

lotes de mercadorias. A submissão dos pequenos comerciantes e varejistas do centro receptor ou de áreas do interior lhes era fácil, pois os negociantes de grosso trato controlavam o crédito. Da mesma maneira, analisando o caso mexicano, Halperín-Donghi observa que semelhante vantagem surgia quando se tratava de transacionar nos portos com os agentes metropolitanos, os quais, ávidos por fecharem os negócios rapidamente (com o que aumentavam a velocidade de rotação do capital), viam-se frente aos únicos agentes coloniais de quem podiam receber com garantia de liquidez (Halperín-Donghi, 1985). Tratava-se de uma posição de relativa debilidade dos agentes estrangeiros na consecução das operações, o que necessariamente se refletia no estabelecimento das taxas de juros.

Em resumo, estamos diante de uma economia cujos traços estruturais se enraizam em formas não capitalistas nos dois lados do Atlântico. Isto certamente lhe confere um novo **status**, pois, de início, permite redefinir as suas relações com o mercado internacional. Mais ainda, o corpo econômico e social assume uma nova textura, já que se abrem amplas possibilidades para a hegemonia do capital mercantil e, em especial, da elite comercial, sem que, porém, isso implique na ruína dos setores produtivos propriamente ditos. Em realidade — como se verá adiante —, na base de tal hegemonia estará a reiteração mesma de algumas das características fundamentais da América portuguesa, das quais a mais evidente é a hierarquia social e economicamente excludente.

III- Elite Mercantil e Lógica de Reprodução

1. A Preeminência do Capital Mercantil

Viu-se que, em termos teóricos, seriam ótimas as condições para a hegemonia dos setores ligados à circulação de bens na Colônia. Devemos agora provar tais ilações. Passaremos, pois, à apreensão dos traços gerais do perfil da hierarquia econômica carioca para, nela, detectarmos o peso do capital mercantil.

Alguns traços fundamentais da hierarquia e do perfil estrutural da economia carioca podem ser identificados a partir dos inventários **post-mortem**. Assim, por meio do crescente volume de investimentos em prédios urbanos, indicado na tabela 2, se infere que o Rio de Janeiro passava por intenso processo de urbanização nas primeiras décadas do Oitocentos. A natureza mercantil da área é confirmada pelas Dívidas Ativas que, formadas por contas-correntes, letras e créditos pessoais, indicam um mercado no qual as trocas se confundem com o pagamento de juros e com a usura. A ínfima expressão da variável Moedas denota a existência de frágil circulação de numerário, o que pode ser confirmado pelo estudo realizado por Johnson. (Johnson, 1973:**passim**) Note-se que o signo maior de entesouramento — a variável Jóias e Metais Preciosos — é superior às Atividades Industriais. Este último aspecto e a frágil circulação monetária remetem a um mercado caracterizado por poucas opções de investimento para aqueles que tivessem qualquer disponibilidade de capitais.

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO (%) DAS ATIVIDADES E BENS ECONÔMICOS NOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* DO RIO DE JANEIRO

1797 -1840

Setor / Atividade	*1797/99*	*1820*	*1840*
Prédios Urbanos	24.2	25.8	35.8
Atividades Comerciais	7.0	1.5	1.7
Dívidas Ativas	16.4	23.4	24.0
Ações e Apólices	-	1.1	5.3
Atividades Industriais	1.0	1.6	0.0
Bens Rurais	15.7	15.9	6.6
Escravos	21.5	11.9	13.9
Jóias e Metais Preciosos	4.0	6.1	1.5
Moedas	4.4	3.4	1.0
Monte Bruto (em réis)	208:262$019	452:794$518	1:355:947$871

obs: Foram levantados 39 inventários para o primeiro período, 36 para o segundo e 55 para o último.

É evidente que, embora se trate de uma sociedade fundamentalmente agrária e escravista, os bens rurais (sem considerar os cativos) nunca ultrapassam 16% dos valores arrolados. Ao mesmo tempo, o capital usurário e mercantil — Comércio + Dívidas Ativas — compõe algo ao redor de 1/4 das fortunas. Em outras palavras: o que se observa aqui é o predomínio do capital mercantil e de suas formas específicas de acumulação. Tal perfil, ao se reiterar temporalmente, se revela estrutural.

A tabela 3 nos permite analisar a distribuição da riqueza socialmente gerada em meio ao quadro até agora esboçado. Para tanto, tomou-se os inventariados mais ricos e os mais pobres do Rio de Janeiro, e viu-se ser enorme a diferenciação econômica entre os agentes sociais, ainda mais acentuada se lembrarmos que grande parte da população não abria inventários, já que não possuía bens a declarar. De 1790 a 1835, entre 41% e 61% dos agentes detiveram de 3% a 7% da soma dos valores inventariados, e apenas em um intervalo (1790-1792), quando chegavam a quase 2/3 dos inventariados, eles controlaram 15% da riqueza arrolada. Durante o mesmo período, os membros das faixas de renda mais elevadas flutuaram entre 5%

e 14%, concentrando em suas mãos entre 55% e 76% da riqueza. Aceitando-se que a tabela 3 represente o verdadeiro perfil da distribuição da riqueza, podemos afirmar que a metade dos agentes sociais detinha algo em torno de 6% da riqueza, enquanto os 9% ou 10% mais ricos concentravam em suas mãos 2/3 da mesma. Note-se também que este perfil de desigualdade ultrapassa conjunturas extremamente sensíveis (como a abertura dos portos em 1808, a Independência em 1822, e o próprio final oficial do comércio atlântico de homens de 1830), sem contar que o período em questão é perpassado por fases econômicas internacionais de expansão e retração. Apesar disso, as taxas vitais de concentração e de pobreza se mantêm praticamente inalteradas, indicando que, para além da hegemonia do capital mercantil, estaríamos frente a outro traço estrutural — no caso, a presença de uma hierarquização social fortemente excludente.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO (%) DA RIQUEZA ENTRE OS MAIS RICOS E OS MAIS POBRES INVENTARIADOS DO RIO DE JANEIRO (MEIOS URBANO E RURAL)

1790-1835

	Os Mais Pobres		*Os Mais Ricos*		*Total de*	*Soma dos Montes Brutos*
	(1)	*(2)*	*(1)*	*(2)*	*Inventários*	*(em Real)*
1790/92	60.5	14.6	14.1	62.4	43	95:432$934
1795/97	54.3	5.0	11.1	75.5	81	501:273$060
1800/02	56.8	6.0	11.4	73.3	44	210:655$300
1805/07	41.3	5.4	8.3	55.1	109	436:562$120
1810/12	50.6	3.3	5.0	64.9	87	1:113:798$862
1815/17	56.3	6.7	11.6	70.0	112	1:093:543$396
1820/22	55.6	4.6	7.6	62.2	144	2:174:480$547
1825/27	46.0	2.7	8.8	75.8	113	2:290:640$049
1830/32	50.9	4.9	6.8	64.8	161	3:607:189$907
1834/35	46.6	4.4	9.6	56.6	73	1:406:139$531

(1) % do # de inventariados
(2) % da riqueza possuída (frente à soma dos montes brutos)

Vejamos, a partir de outros critérios, o nível de concentração da economia. Se aceitarmos, como quer Arruda, que o período 1763-1809 é deflacionário (sendo, portanto, real o valor nominal da moeda), e que o mil-réis começa a se desvalorizar crescentemente a partir da primeira metade da década de 1810, poderemos então utilizar os inventários **post-mortem** de outro modo. (Arruda, 1980:347) Referimo-nos à possibilidade de agrupá-los por grandes faixas de fortunas (e não apenas em grandes grupos de indivíduos, como fizemos anteriormente), a partir das quais estimaremos o nível de concentração da economia carioca e fluminense. Assim, pois, trabalhando com o valor nominal do mil-réis entre 1790 e 1807, vemos que aqueles indivíduos agrupados nas três menores faixas de renda (até dois contos de réis) variam entre 58% e 77% dos inventariados, os quais concentram de 6% a 26% da riqueza. Ao mesmo tempo, os inventariados cujas fortunas somam acima de 20 contos de réis variam entre 2% e 7%, e concentram de 1/4 (quando representam a porcentagem mínima) a 2/3 dos valores.

Passando agora ao agrupamento das fortunas em grandes faixas deflacionadas frente à libra esterlina, vemos que, entre 1810 e 1830, as duas menores faixas agrupam de 38% a 55% dos inventariados, que detêm entre 2% e 3% dos valores arrolados. Ao mesmo tempo, as duas faixas mais altas (maiores que 20.001 libras esterlinas) congregam de 1% a 8% dos inventariados, que concentram entre 34% e 68% da riqueza.

Estamos frente a um altíssimo nível de concentração, com o topo da hierarquia econômica detendo o verdadeiro controle da economia. Entre 1797 e 1840 esta elite dominava de 77% a 95% das dívidas ativas (o que indica um sistema de créditos altamente monopolizado), quase 100% das atividades comerciais em fins do século XVIII, até 96% das ações e apólices, entre 47% e 75% dos bens rurais, e de 34% a 71% da moeda em circulação. Ela, de fato, impulsionava uma economia profundamente marcada por formas mercantis de acumulação, as quais, observe-se, configuravam os eixos da reprodução econômica.

Como esta hierarquia altamente diferenciada se manifesta no mercado, ou seja, na economia em movimento? Na verdade, os inventários **post-mortem** utilizados até aqui nos têm permitido detectar os traços gerais do perfil das fortunas fluminenses. Trata-se, em função da própria natureza da fonte, de um retrato — por isso mesmo estático — do perfil da distribuição e composição da riqueza. Falta-nos observar a riqueza em movimento, em fotogramas que, ao se sucederem, nos permitam captar os perfis de investimento dos agentes econômicos mais pobres e mais ricos da hierarquia. Para

tanto, as escrituras públicas de compra e venda se constituem em fontes ideais.

Trabalhou-se com 3.149 escrituras, registradas nos quatro ofícios de notas entre 1800 e 1815 (com lacunas para os anos de 1801, 1802, 1808, 1809, 1811, 1812 e 1814). Os resultados indicam que, frente ao total das compras e vendas, as operações envolvendo imóveis urbanos, bens rurais, navios e negócios mercantis, representam, respectivamente, 40%, 24% e 8%. Com relação ao total dos valores envolvidos, cada um destes setores concentra, respectivamente, 29%, 22%, 21% e 17%.

Tais cifras ratificam a tabela 2, ao indicarem o amplo predomínio dos agentes e valores adscritos à especulação urbana e ao comércio em geral (Negócios Mercantis + Navios). Na verdade, considerados em termos de frequência de escrituras, os negócios rurais representam 1/4 do total, enquanto que o comércio em geral detém apenas 1/5 das transações. No entanto, vistos a partir dos valores movimentados, o primeiro setor (Negócios Rurais) perde posições, detendo apenas 22% — metade dos quase 40% adscritos àcirculação de bens mercantis.

As tabelas 4 e 4.1, a seguir, foram construídas visando apreender o mercado a partir da constatação antes feita, de que o alto grau de diferenciação econômico-social era um dos traços marcantes da riqueza no Rio de Janeiro. Nela se trabalha apenas com o setor da produção agrária e com a circulação de bens, excluindo-se, portanto, as transações de natureza rentista e especulativa (**grosso modo**, aquelas ligadas à compra e venda de prédios urbanos). Consideramos como limites mínimo (a participação dos mais pobres) e máximo (a dos mais ricos) as frequências de escrituras com valores, respectivamente, inferiores a um conto e superiores a três contos de réis. Énatural que aqui não utilizemos os mesmos balizamentos estabelecidos no trabalho com inventários, já que estamos operando com cifras relativas a transações, e não a fortunas acumuladas ao longo de toda a vida dos agentes econômicos.

TABELA 4

PARTICIPAÇÃO (%) DAS ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA COM VALORES INFERIORES A UM CONTO DE RÉIS, POR SETORES DE NEGÓCIOS, NO MERCADO DO RIO DE JANEIRO, 1800-1815

	Neg. Rurais		*Neg. Mercantis*		*Navios*		*Totais*	
	(1)	*(2)*	*(1)*	*(2)*	*(1)*	*(2)*	*(1)*	*(2)*
1800	64.2	10.3	8.0	0.8	22.2	3.6	63.7	12.9
1803	75.0	15.2	28.9	4.2	42.1	13.2	61.6	16.2
1804	90.4	23.1	36.0	6.3	40.0	7.0	68.4	21.6
1805	65.8	9.1	42.5	8.6	34.2	2.0	61.2	15.0
1806	70.1	18.4	43.5	10.2	33.7	4.5	64.6	16.7
1807	72.9	15.7	40.0	2.8	26.6	8.6	56.7	12.6
1810	80.6	37.5	18.9	2.2	35.6	8.9	58.8	15.6
1813	68.1	14.5	26.6	2.1	22.7	4.2	50.0	12.3
1815	64.5	12.0	22.2	2.6	15.5	2.3	53.9	11.8

TABELA 4.1

PARTICIPAÇÃO (%) DAS ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA COM VALORES SUPERIORES A TRÊS CONTOS DE RÉIS, POR SETORES DE NEGÓCIOS, NO MERCADO DO RIO DE JANEIRO, 1800-1815

	Neg. Rurais		*Neg. Mercantis*		*Navios*		*Totais*	
	(1)	*(2)*	*(1)*	*(2)*	*(1)*	*(2)*	*(1)*	*(2)*
1800	17.9	75.8	68.0	91.3	25.5	86.4	20.0	72.6
1803	14.8	73.1	37.8	74.2	21.0	62.1	13.8	57.2
1804	10.6	59.7	17.8	50.5	39.9	71.3	10.3	51.5
1805	16.7	78.2	28.4	73.9	30.5	70.9	12.8	58.1
1806	5.6	61.9	17.3	55.4	24.2	69.3	10.2	45.8
1807	8.2	62.9	35.0	88.6	26.6	54.2	13.0	58.9
1810	2.8	33.7	33.2	64.4	30.8	66.7	16.0	56.8
1813	11.5	60.8	45.1	52.9	18.2	52.5	17.8	62.3
1815	10.4	68.3	36.9	80.2	37.5	72.7	17.2	61.8

obs: para as duas tabelas, os Negócios Rurais incluem: benfeitorias, terras, e terras e benfeitorias; Negócios Mercantis incluem: lojas e estoques de mercadorias.
(1) % das escrituras (2) % dos valores

A tabela 4 mostra que de metade a cerca de 2/3 das 3.149 escrituras arroladas têm valor inferior a um conto de réis. Isto significa que os negócios registrados em cartório eram majoritariamente acessíveis aos mais pobres agentes econômicos. Entretanto, eles movimentavam a minoria absoluta dos valores transacionados — de 12% a 17%, chegando a 22% em apenas um ano (1804). Sublinhe-se aqui que, entre 1800 e 1817, uma amostragem de 352 inventários indica que de 1/3 à metade dos falecidos possuía fortunas inferiores a um conto de réis, congregando de 1.5% a 6% da riqueza total arrolada.

Todavia, a mesma tabela 4 indica que estes pobres participam de 64% a 90% das transações envolvendo bens rurais, cifras que, na média, caem para 30% no que se refere às operações relativas ao capital mercantil em geral (Negócios Mercantis + Navios). Dito de outro modo, os mais pobres estão afastados de 70% das operações referentes à circulação de bens. Em termos de valores transacionados, sua participação vai de 9% a 37% para os negócios rurais, e menos de 13% em relação às operações que envolvem valores mercantis. Destes dados se infere estarem os estratos mais baixos da hierarquia presos a opções econômicas muito restritas (ao campo, em geral). Em se tratando de uma sociedade agrária, isto quer dizer que eles se restringem basicamente às atividades produtivas de fato — aquelas de menor rentabilidade. Dadas as condições específicas que estruturavam a economia fluminense, estamos frente ao mecanismo mais afetivo de reprodução da pobreza do homem livre: ou seja, da perpetuação e petrificação de uma hierarquia enormemente diferenciada entre os próprios homens livres.

A tabela 4.1, por seu turno, indica que de 1/10 a 1/5 do total de escrituras têm um valor superior a três contos de réis. Esta minoria movimenta a maior parte dos valores transacionados — de 51% a 73%. Para se ter uma idéia aproximada do peso destes agentes no quadro geral das fortunas fluminenses, imaginemos que indivíduos capazes de, numa única operação, transacionar valores superiores três contos deveriam possuir uma fortuna de, no mínimo, dez contos de réis. Ora, alerte-se que nos já mencionados 352 inventários **post-mortem** levantados para o intervalo 1800-1817, os possuidores de fortunas desta envergadura correspondem a 16% dos falecidos, que detêm cerca de 3/4 da riqueza total arrolada.

As escrituras rurais com valores superiores a três contos participam apenas de 3% a 18% das transações envolvendo bens rurais, cifras que aumentam bastante quando consideramos os negócios mercantis (compra de lojas e as aquisições de naus) — em média, respectivamente, 35% e 31%. O sentido maior destes últimos números se explicita quando recordamos que os mais pobres não podem participar de 70% dos negócios mercan-

tis em geral, espaço virtualmente monopolizado pelos mais ricos. Assim, as cifras de 35% e 31% das operações mercantis representam o patamar **mínimo** de participação dos estratos mais abastados no mercado de lojas e navios, visto que eles efetivamente podiam participar de operações menores do que três contos de réis.

Quanto aos valores transacionados, as escrituras de mais de três contos perfazem cerca de 2/3 da operações rurais. Com relação aos negócios mercantis e de navios, tal cifra é de, respectivamente, 70% e 67%. Estes dados indicam que (como era de se esperar), ao contrário dos grupos mais baixos da hierarquia, os mais ricos possuiam maiores opções econômicas.

Em resumo, os números apresentados nas tabelas 4 e 4.1 apontam para um altíssimo nível de concentração do mercado em movimento. Mais do que isto, a apreensão deste mercado a partir da hierarquia de fortunas indica que a maior parte da população recenseada, além de ter poucas opções de negócios, tinha na lavoura o setor de investimento mais viável: resultado natural, como já se viu, em se tratando de uma fronteira aberta combinada a uma oferta elástica e contínua de mão de obra barata. Ora, sabendo-se que os níveis de rentabilidade do agro são inferiores aos obtidos no comércio, pode-se formular a seguinte tese: **a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista, no caso do Brasil, conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com o que perpetuava-se a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social — do poder, enfim.** A única possibilidade de reversão desta tendência seria o acesso das menores fortunas à esfera mercantil, opção definitivamente vedada aos pobres.

Uma dinâmica que conduza os mais pobres às atividades menos rentáveis deveria, ao longo do tempo, produzir um também contínuo empobrecimento, inflando os níveis de miserabilidade. Não é este, porém, o panorama indicado pela tabela 3, na qual se atesta uma certa estabilidade tanto da quantidade de agentes sociais pobres (cerca da metade dos inventariados), quanto da riqueza por eles possuída — aproximadamente 5% do total. A explicação para tal fenômeno deve remeter, mais uma vez, às características estruturais da economia colonial, na qual mesmo esses estratos pobres teriam acesso a fatores de produção (leia-se terras, mão de obra e alimentos) bastante baratos. Naturalmente, esta última afirmação indica serem um pouco mais complexos os mecanismos de reprodução da hierarquia sócio-econômica até então vista.

Dito de outro modo: apontávamos para a existência de uma diferenciação petrificada. O que se verifica agora é que mesmo em meio a este panorama geral de ínfima mobilidade há a possibilidade real, por parte dos

mais pobres, de acumulação no agro. Não é gratuito, como indicam Hebe Castro e S. Schwartz, que mesmo o forro possa transformar-se em camponês e, nesta condição, posteriormente, tornar-se proprietário de um pequeno plantel de escravos (Castro, 1991; Schwartz, 1992:65-101). Os limites desta, ressalte-se, são claros: trata-se de uma possibilidade dentro de uma economia na qual a lavoura estará sempre à mercê do capital mercantil.

Passando para os mais ricos, podemos apreendê-los a partir de alguns exemplos. Vejamos oito grandes fortunas superiores a vinte mil libras esterlinas nos anos de 1820, 1825 e 1840, que chegaram a concentrar cerca de 2/3 da riqueza arrolada em 176 inventários **post-mortem**. Inicialmente, é patente a sua origem mercantil. Assim, Gertrudes Pedra Leão, José Carvalho de Souza, Antonio Manoel Leite de Castro e Manoel Moreira Lírio têm a maior parte de sua riqueza (aproximadamente 40%) ligada ao comércio e à usura. Dos quatro restantes, três (João Francisco da Silva e Souza, Leonarda Maria Velho da Silva e Marcolino Antonio Leite) não conhecem o predomínio de bens mercantis, mas montaram a sua riqueza a partir da circulação, como pode ser provado por estarem presentes nas listagens de comerciantes assentados no Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o seguinte. Possivelmente, apenas a fortuna de José Custódio de Magalhães originou-se de atividades ligadas ao agro.

Estas são provas cabais de que a constituição da elite colonial esteve centrada em uma estratégia de acumulação baseada na apropriação, pela esfera mercantil, do excedente gerado na agricultura. Deste modo, a hierarquia sócio-econômica, com os seus contínuos movimentos de empobrecimento e enriquecimento, resulta dos mesmos mecanismos de reprodução da economia colonial.

Em razão da importância política e econômica da Corte, épossivel estarmos frente à mais importante fração dominante do país. Sua rede de atuação não se limitava somente ao Rio de Janeiro e, enquanto empresária, ela controlava grande parte dos mecanismos de acumulação do sudeste, com redes que se estendiam desde os confins do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Santos e Minas Gerais. Possuía também grande parte dos prédios urbanos e das unidades agrícolas para exportação do Rio e, dado importantíssimo, depois de fechados (i.e., pagos os credores), seus inventários não revelaram passivo frente a nenhuma casa comercial estrangeira.

Temos visto que, ao contrário do que comumente é propalado pela historiografia, os setores mercantis constituem o núcleo hegemônico da hierarquia colonial. Cabe agora demonstrar o perfil de atuação da elite mercantil em meio aos principais setores de comércio, buscando, assim, esboçar os traços básicos não apenas da sua lógica empresarial, mas também os mecanismos que a trasformam em eixo da reprodução econômica como um todo.

Começemos pelo comércio terrestre. O registro do presídio de Rio Preto, no caminho entre São João Del Rei e a Corte, abrange o intervalo 1824-1826. Trata-se de uma documentação acerca da circulação de bovinos, mulas, carneiros e porcos para a praça carioca. Neste período registra-se a passagem de 1.764 tropeiros, que transportam 103.219 animais, o que nos dá cerca de 59 animais/expedição. Destes tropeiros, 45 (3% do total) transportaram, cada um, em média, 450 animais, perfazendo 20.250 cabeças (cerca de 1/5 do total). Isto significa dizer que o sistema de distribuição terrestre de mercadorias era marcado por práticas monopolistas que, entretanto, não excluíam a presença de pequenos mercadores.

Com relação ao comércio maritimo (exterior e de cabotagem) que tinha no porto do Rio de Janeiro o seu pólo, levantou-se 5.682 entradas de navios constantes das "Notícias Marítimas" da **Gazeta do Rio de Janeiro** para os anos de 1812, 1813, 1814, 1817 e 1822. Em termos gerais, os comerciantes que aparecem apenas uma vez em cada ano correspondem a mais de 2/3 dos consignatários, controlando mais de 1/3 das entradas de naus. Na base deste comercio encontramos um mercador em princípio de parcos recursos, especializado em um certo conjunto de produtos provenientes de uma única região. Uma análise mais detida revela, porém, que este pequeno mercador pode aparecer, por exemplo, em 1812, e não nos anos seguintes. Deste modo, neste último ano, o comércio com o Rio Grande do Sul era realizado por 90 negociantes, dos quais apenas 20% aparecem atuando na mesma rota em 1817. Dos 72 restantes, 12 surgem atuando em outras rotas, com outros produtos, e 60 simplesmente desaparecem dos registros. O códice "Embarcações", do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, também demonstra o peso deste mercador eventual. Com relação ao açúcar entre 1802 e 1822, temos 547 comerciantes (72% do total) aparecendo apenas um ano, quando são responsáveis por 22% do volume durante este período.

O mesmo códice revela o perfil de concentração do comércio marítimo de açúcar. Assim, dez empresários (1% do total) aparecem atuando continuamente por 13 ou mais anos entre 1802 e 1822, e concentram 22% do volume transportado. Com relação ao trigo, os comerciantes que aparecem nos registros por um ou dois anos representam 90% do total de 475 negociantes dedicados apenas ao transporte de trigo, sendo responsáveis por 1/5 do volume deste tipo de comércio. Em contrapartida, apenas seis do total de mercadores atuam por mais de 13 anos, concentrando 40% das cargas entre 1802 e 1822.

Se vamos ao comércio marítimo com o exterior, vemos que a abertura dos portos em 1808 significou o estabelecimento de fluxos diretos de importação/exportação entre o Brasil e diversas praças comerciais fora do império português. Mais do que isto, as estatísticas disponíveis indicam que estes novos fluxos eram controlados por mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses. De acordo com a **Gazeta do Rio de Janeiro**, nos anos de 1812, 1813, 1814, 1817 e 1822, nunca menos de 95% das entradas de naus provenientes de outros países europeus que não Portugal estavam consignadas a representantes dos países exportadores no Rio de Janeiro. Ressalte-se, entretanto, que a maior parte das principais exportações coloniais eram realizadas por navios luso-brasileiros. Panorama diverso pode ser verificado nas rotas internas ao império lusitano. Nos anos ja citados, 146 comerciantes foram responsáveis por 278 entradas. Deles, apenas 12 (8%) controlaram quatro ou mais entradas, correspondendo a 34% do total de aportagens.

Vejamos o setor privilegiado do comércio de escravos em suas duas faces, a terrestre e a atlântica. Os códices 421 e 424 (do Arquivo Nacional) permitem rastrear a saída de 55.943 escravos que, entre 1824 e 1833, partiam da praça carioca para diversos mercados regionais, interioranos e litorâneos. Dos 5.738 tropeiros responsáveis por estas saídas, 4.294 (74%) aparecem nos registros apenas uma vez nestes dez anos, transportando cerca de 36% dos escravos. Reafirmando o panorama geral, de ampla participação de agentes mercantis não especializados neste tipo de comércio, apenas 19 tropeiros (0.3%) atuam por mais de sete anos, sendo responsáveis pela remessa de 4.026 escravos.

O perfil geral do tráfico atlântico de escravos guarda algumas semelhanças com o comércio negreiro interno, mas as diferenças são substanciais. Os jornais de época, ao oferecerem todos os nomes dos consignatários dos tumbeiros que entravam no porto do Rio de Janeiro, permitem proceder à hierarquização dos empresários traficantes de acordo com o número de viagens realizadas entre 1811 e 1830.

De início, nestes 20 anos registra-se a aparição de 279 traficantes, responsáveis pelo desembarque de cerca de 490.000 africanos. Tais cifras contrastam flagrantemente com as relativas ao tráfico interno, e na sua base

está o alto investimento inicial requerido pela montagem das expedições à África. Das 1.198 entradas de negreiros registradas durante o período, apenas 17 não especificam os nomes dos consignatários. As restantes 1.181 aportagens estavam quase todas sob o controle de negociantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro. Observa-se que as 16 maiores empresas traficantes (6% do total) foram responsáveis por 47% das expedições, e que as 27 maiores (10%) organizaram 59% de todas as viagens à África. Enquanto isso, as 154 menores empresas (55%) organizaram apenas 13% das expedições.

Somente 13 empresas (5%) atuaram durante todo o período -quando realizaram uma ou mais viagens por ano —, sendo responsáveis por 505 expedições negreiras. Segue-se um grupo intermediário de 26 empresas (9% do total), que, por vários motivos, não participaram do tráfico durante todos os anos do intervalo considerado, e realizaram apenas uma expedição a cada dois ou três anos. Estas empresas foram responsáveis por cerca de 1/3 do total de viagens. Temos, por fim, aqueles empresários de passagem eventual pelo circuito atlântico de homens (240, ou seja, 86% do total), empresas que em média puderam organizar uma expedição a cada quatro ou mais anos e que, no final, foram responsáveis por 34% das viagens à África. O comércio de homens para o porto do Rio de Janeiro era, portanto, altamente concentrado, além de se constituir em um campo privilegiado para a atuação de especuladores.

Façamos uma pausa e tentemos extrair dos dados apresentados aqueles que seriam os traços estruturais do comércio colonial. Dois aspectos se sobressaem (em graus distintos) tanto para as trocas internas quanto para as com o exterior: o perfil nitidamente concentrado dos negócios e, de forma aparentemente paradoxal, o papel fulcral dos especuladores e comerciantes eventuais. Não seria difícil localizar as motivações deste último aspecto. Afinal, é bom repeti-lo, o mercado colonial estará sempre sujeito a bruscas flutuações, direcionando o pequeno investidor a mudar constantemente de ramo de atuação, tendo como padrão as curvas setoriais de lucratividade. O grande investidor, por seu turno, também responderá a estas mesmas vicissitudes, mas com uma diferença: a diversificação, neste caso, responderá não apenas à busca de maiores taxas de lucratividade, mas também à de segurança pois, afinal, ao contrário do pequeno, o grande mercador tem muito a perder. Claro está que, reforçando o caráter diversificado do grande investidor, está o contexto de frágil divisão social do trabalho (i.e., de demanda restrita), frente ao qual dificilmente um único setor poderia absorver toda a capacidade de investimento daqueles que, de fato, pertencessem à reduzidíssima elite detentora da riqueza produzida (cf. tabela 3).

A alta concentração dos negócios, por seu turno, encontra sua inteligibilidade na imbricação entre a já mencionada lógica empresarial de diversificação e a enorme diferenciação econômica detectada na tabela 3. Muito mais do que nas economias contemporâneas, nos sistemas não capitalistas mercantilizados *"o grande lucro muda constantemente de lugar, e todo bom negócio que surja é de sua competência." (Braudel, 1985:65-66)*

Se esta é a lógica, e se são poucas as opções de maiores lucros em um determinado momento, é natural supor que a envergadura dos benefícios auferidos no final guardarão uma relação diretamente proporcional ao montante dos recursos investidos. Ora, tais recursos são necessariamente escassos, visto ser muito concentrada a distribuição social da riqueza. O monopólio nos mais diversos ramos de negócios é, pois, consequência natural da própria estruturação da sociedade escravista colonial.

Traço estrutural (ou seja, comum aos negócios mercantis), a concentração adquire um significado maior quando abordamos o comércio enquanto um **negócio**, que pode se ramificar em atividades vinculadas à Colônia ou ao mercado exterior. Neste caso, o comércio de exportação com Portugal ou o de importação de africanos através do Atlântico se desdobram, respectivamente, nas entradas de naus com açúcar provenientes de diversas áreas abastecedoras do porto carioca, e nas saídas de tropas e navios que, carregados de africanos, partiam do mesmo porto para inúmeros centros consumidores no interior e litoral. Ora, em cada um dos anos de 1812, 1813, 1814, 1816, 1817 e 1822, mais de 400 mercadores foram responsáveis pelas entradas, no porto do Rio, de navios carregados com açúcar para exportação. Em contrapartida, também para cada um destes anos, cerca de apenas 40 negociantes responderam pelas exportações deste mesmo açúcar para Lisboa (12 deles responsáveis por mais de 1/3 do volume exportado). Tal perfil diferenciado de participação também se expressa no caso do comércio negreiro. Entre 1811 e 1830, somente 281 agentes mercantis importaram escravos da África (dos quais 16 concentravam 47% das chegadas), enquanto que, apenas entre 1824 e 1833, 5.738 levavam cativos do Rio de Janeiro para o interior.

A conclusão natural é a de que o perfil de concentração das atividades mercantis ligadas ao exterior é bem mais acentuado do que naquelas vinculadas à circulação interna de bens. Antes de mais nada, isto se deve, em termos comparativos, ao montante do investimento inicial requerido pelas atividades dirigidas ao mercado externo — seja a importação, seja a exportação. Assim, durante a década de 1810, somente as mercadorias destinadas ao escambo escravista na África (portanto, sem contar os navios, mantimentos etc) requeriam em média o investimento de 3.752 libras esterlinas.

Para que se tenha idéia do que isto significava, basta lembrar o caso, já mencionado, de João Rodrigues Pereira de Almeida que, em 1806, adquire um engenho real no Vale do Paraíba por cerca de 6.600 libras esterlinas. Em outras palavras, com o investimento inicial médio para a montagem do estoque do escambo de apenas duas expedições negreiras podia-se adquirir um engenho completo (terras, plantações, edificações, fábricas, rebanhos e mais de 60 escravos), e ainda assim sobrariam quase mil libras esterlinas!

O alto investimento inicial requerido pelo comércio exterior torna-se ainda mais patente quando se considera que, por sua própria natureza marítima, tal comércio envolve necessariamente gastos permanentes com capital fixo (naus) e seguros. Neste ponto, mais uma vez, nota-se o poder dos comerciantes de longo curso estabelecidos na praça carioca. Com relação aos navios que participavam do tráfico atlântico, sabe-se que, entre 1808 e 1830, 74% deles pertenciam a negociantes do Rio de Janeiro. As escrituras de compra e venda, por sua vez, indicam que dez dos 16 maiores traficantes de almas cariocas que atuavam entre 1811 e 1816, apareciam comprando 42 naus entre 1799 e 1816. Deste total de navios, 33 (78%) eram bergantins e galeras, ou seja, naus que, por serem de grande porte, possivelmente estavam envolvidas com o tráfico. Os mesmos documentos indicam que, na década de 1810, sete dos 12 maiores comerciantes com Portugal e dois dos seis maiores negociantes com os portos do Oriente lusitano (Macau, Goa e Malabar) haviam adquirido, respectivamente, 20 e 14 navios entre 1799 e 1816. No primeiro caso, 17 (85%) compras se referiam a naus próprias à navegação transatlântica, número que no caso do comércio oriental chega a 11 (79%).

Com relação ao sistema segurador marítimo, sabe-se que durante o período joanino sete companhias atuavam na praça do Rio, das quais apenas uma constituída por capital inglês. Os seguros referentes ao comércio negreiro estavam fundamentalmente em mãos destas companhias de capital nativo, cuja força e credibilidade podem ser demonstradas pelo fato de que elas chegavam a segurar comerciantes ingleses (como R. Todd, consignatário do navio **Carolina**), traficantes cubanos que atuavam na rota Angola-Havana, traficantes angolanos e moçambicanos, e mesmo negociantes suecos (como a firma Lourenço Westin & Cia., que importava aço em 1816). A capacidade operacional destas seguradoras pode ser medida por algumas cifras. Por exemplo, a Cia. Providente foi inaugurada em 1814 com fundos correspondentes a 400 contos de réis, um número equivalente a 81% dos fundos do Banco do Brasil na mesma época. Em 1816 o capital segurado por esta companhia, pela Cia. Indemnidade e pela Cia. Permanente somava 3:991:015$725 réis — quase o triplo do valor reunido pelo açúcar, charque,

farinha e trigo desembarcados no porto do Rio de Janeiro no mesmo ano, ou ainda mais de 300% das receitas geradas por todas as exportações cariocas em 1811.

Temos, agora, condições de acrescentar a este quadro geral novos elementos. A forma como se tem abordado o problema da concentração nos tem levado a detectar a presença de um grupo muito restrito de negociantes no interior de uma hierarquia mercantil por si mesma concentrada: os agentes mercantis ligados às trocas internacionais. Devemos ressaltar que este grupo era predominante no comércio brasileiro de importação/exportação dentro do império português, o que exclui seu controle sobre a re-exportação em mercados como os de Lisboa, Hamburgo ou Amsterdã, por exemplo, e até a dominação sobre os fluxos de importação/exportação fora do âmbito imperial.

Contudo, aspecto fundamental, no que tange às trocas de longa distância intra-imperiais que têm a praça carioca como núcleo, sua hegemonia é flagrante. Ela se exerce, de início, através da possibilidade que estes comerciantes têm de controlar aspectos fundamentais da atividade mercantil como os navios, os sistemas de seguros e a própria constituição dos estoques de bens a serem intercambiados.

É aqui que, para além do alto investimento inicial, a vinculação entre este pequeno grupo mercantil e as trocas exteriores assume aspectos orgânicos. Sabe-se, por meio dos mais clássicos trabalhos da historiografia brasileira, que a reiteração da economia colonial depende da realização externa de parte de seus produtos, do mesmo modo que a própria produção é caudatária da importação de manufaturas e, sobretudo, de escravos. Deste modo, não estamos frente a um comércio exterior qualquer, mas sim diante de um sistema de trocas imprescindível (e, em grande medida, definidor) ao funcionamento da estrutura econômica. Torna-se, pois, mais ou menos óbvia a permanente existência de setores de comércio que, ao demandarem altos investimentos iniciais, excluem a participação da maioria dos agentes mercantis. Daí resulta que do topo da hierarquia faz parte uma elite mercantil fortemente ligada ao mercado exterior, isto é, capaz de controlar os setores comerciais dos quais depende a reprodução social. A "dependência" que muitos ressaltam é, por conseguinte, menos uma imposição do que um atributo requerido. Na verdade, **a dependência passa a redefinir-se enquanto um espaço de acumulação interna**.

Haveria que tentar determinar o peso quantitativo dos negociantes de longo curso no contexto geral dos comerciantes marítimos e do sistema segurador. Assim, ao menos para a década de 1810, sabemos que sua participação média era semelhante à registrada para 1814, quando, entre 640

consignatários de todas as entradas de naus do porto carioca, 23 (4%) se dedicam de maneira constante ao comércio de importação/exportação e ao tráfico — ou seja, realizando ao menos duas grandes viagens no ano. Quanto ao sistema de seguros, em 1811, dos 36 acionistas da Cia. Indemnidade, 16 se dedicam ao comércio de longo curso. Por fim, para o ano de 1829, das dez seguradoras então estabelecidas no Rio de Janeiro, sete possuiam traficantes entre seus caixas e diretores.

Todos estes exemplos também contribuem para a reafirmação de um traço recorrente, a antes mencionada estratégia de diversificação por parte da elite mercantil, pois seus membros eram ao mesmo tempo grandes importadores e exportadores, traficantes e seguradores, dentre outros papéis. São estes os casos, por exemplo, das famílias Gomes Barrozo, Carneiro Leão, Velho da Silva, Pereira de Almeida e de Elias Antonio Lopes. A tabela 5, a seguir, demonstra os perfis gerais de concentração e diversificação dos negócios coloniais realizados pela elite mercantil do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século XIX. Através dela percebe-se a presença de uma única elite colonial, cujos membros detinham em suas mãos o controle de segmentos ligados tanto ao comércio atlântico quanto ao mercado doméstico.

Setores (Tabela 5):

(1) Tráfico Atlântico de Escravos
Número de expedições entre 1811 e 1830
(2) Comércio com Portugal
Número de viagens em 1812/13/14/16/17 e 22.
(3) Comércio com a Ásia
Número de viagens em 1812/13/14/16/17 e 22.
(4) Número de Navios Negociados em Escrituras Públicas nos Cartórios Cariocas entre 1799 e 1816.
(5) Acionistas da Seguradora Dias Barbosa & Cia. no Ano de 1811.
(6) Capital (em Contos de Réis) detido na Seguradora Providente em 1814.
(7) Diretores e Acionistas do Banco do Brasil em 1809.
(8) Volume (em Milhares de Arrobas) , de Açúcar Branco e Mascavado desembarcado no Porto do Rio de Janeiro,1802-1822.
(9) Volume (em Milhares de Arrobas) de Charque desembarcado no Porto do Rio de Janeiro, 1802-1822.
(10) Volume (em Milhares de Arrobas) de Trigo desembarcado no Porto do Rio de Janeiro, 1802-1822

TABELA 5

CONCENTRAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS DAS 15 MAIORES EMPRESAS DE LONGO CURSO ESTABELECIDAS NA PRAÇA MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO 1800 - 1830

Empresa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Fam. Gomes Barrozo (3)	46	19	1	3	1	40	1	146	51	33
Fam. Carneiro Leão (2)	1	9	1	4	-	-	1	194	-	-
Fam. Velho da Silva (2)	18	2	-	4	2	-	-	30	1	-
Fam. Pereira de Almeida (2)	23	2	-	13	-	-	1	3	15	39
Fam. Rocha (3)	47	2	-	1	2	-	-	-	-	-
Manoel Gonç. de Carvalho	18	18	1	-	-	-	-	3	-	-
Domingos F. de Araújo Rozo	-	4	-	2	1	-	-	3	153	332
Francisco J. Guimarães	32	1	-	4	-	10	-	-	-	-
Franc. J. Pereira Mesquita	10	4	-	-	-	-	-	86	-	-
João Gomes Valle	50	2	1	3	1	-	-	41	7	-
Manoel Caetano Pinto	-	6	-	5	1	10	1	56	3	6
Manoel Joaquim Ribeiro	-	1	3	11	1	-	-	43	-	10
Miguel Ferreira Gomes	40	-	-	5	-	-	-	-	483	208
Franc. José Pereira Pena	-	10	-	4	-	-	-	32	4	-
José Ignácio Vaz Vieira	33	-	-	7	-	6	-	-	14	2
.Total do Grupo	318	80	7	66	9	66	4	637	732	630
.% em Relação ao Setor	27	29	26	13	24	17	29	14	19	31
.Número de Comerciantes do Grupo	16	13	5	13	-	-	-	22	22	22
.% em relação ao Número de Comerciantes do Setor	6	9	21	6	-	-	-	3	4	5

obs: os números entre parênteses depois dos nomes das empresas familiares indicam o número de parentes

Poder-se-ia, por fim, argumentar que estes grandes negociantes eram mercadores metropolitanos que se estabeleceram no Rio com a chegada da Corte. Tal perspectiva poderia levar-nos a tomar o período posterior a 1808, como o quer Maria Odila Silva Dias, enquanto a época do enraizamento dos interesses mercantis portugueses, o que passaria pelo deslocamento dos maiores negociantes anteriormente estabelecidos na praça carioca em prol do grande capital mercantil lusitano (Silva, 1972:100-184). Não parece ter sido este o caso ao menos no que se refere aos grandes negociantes de longa distância presentes nas listagens de consignatários de navios na década de 1810. Por então, eles variavam entre 16 e 26 negociantes, dos quais nunca menos de 70% já atuavam na praça do Rio na última década do século XVIII, conforme nos informam os **Almanaks** da cidade, publicados em 1792, 1794 e 1799, além dos códices de embarcações de 1799 em diante. O confronto dos nomes dos 37 acionistas da primeira seguradora instalada no período joanino com as mesmas fontes indica que 70% deles também já se encontravam estabelecidos antes da chegada da família real. Dos 16 maiores traficantes que atuaram entre 1811 e 1830, nada menos do que 11 já operavam em diversas atividades na praça carioca, e pelo menos dez já traficavam com africanos.

A correspondência dos Vice Reis nos revela que a Coroa, através de D. Rodrigo de Souza Coutinho, havia solicitado o levantamento dos nomes dos mais notáveis comerciantes da praça do Rio em 1799. Em resposta de 30 de setembro deste mesmo ano, o Vice Rei arrolava os 36 maiores cabedais da capitania. Destes, pelo menos 15 aparecem depois de 1808 controlando setores nevrálgicos da economia como, por exemplo, o tráfico com a África, o comércio de açúcar com Portugal, o mercado de ações do Banco do Brasil e seguradoras. Mesmo levando em consideração o falecimento de muitos destes 36 notáveis entre 1799 e o desenrolar da década de 1810, e, ainda, a chegada de grandes comerciantes metropolitanos junto com os Bragança, este dado indica claramente a confluência entre a elite sócio-econômica de fins do século XVIII e a das primeiras décadas do século seguinte. Não poderia ser de outro modo pois, como vimos e reafirmaremos a seguir, os negociantes de grosso trato considerados possuíam todas as pré-condições para fazer valer a sua autonomia, independentemente das conjunturas vividas.

* * *

No capítulo II detectamos uma economia extremamente diferenciada, na qual os baixos custos dos principais fatores de produção ensejavam a existência de empresas agrícolas que não demandavam um grande investimento inicial para o seu funcionamento. Vimos também que, por estas mesmas razões, tais empresas, ao se reiterarem em meio a um mercado não capitalista, podiam se ver expropriadas de grande parte de seu excedente por parte do capital mercantil sem, no entanto, arruinarem-se. Este movimento se traduzia em uma hierarquização econômica com limitadas possibilidades de mobilidade, cuja base seria constituída especialmente por lavradores, e o topo por negociantes.

Constatar a existência de um diminuto grupo de comerciantes de grosso trato comandando setores nevrálgicos para a reiteração da economia considerada, nos fornece os elementos que tornam mais claros os contornos assumidos pela hierarquia econômica. Em outras palavras, além de calcar-se nos baixos preços de seus fatores constitutivos internos, a economia colonial sustenta-se na sua ligação com o exterior — mas não exatamente como querem os clássicos da historiografia nacional. Segundo estes, a natureza extrovertida da estrutura econômica viabilizaria a reprodução das elites agrárias em um contexto de estrita dependência, visto que elas deteriam uma parcela menor do excedente exportado. A perspectiva e o conjunto de dados que temos apresentado, se não o redefinem, ao menos acrescentam novos elementos a este panorama.

Se a forma específica a partir da qual a economia colonial se organizava internamente permitia a hegemonia de seu capital mercantil, o tipo de articulação entre ela e o mercado externo reafirma tal preeminência. Apontar para a existência de um restrito grupo de comerciantes residentes controlando os produtos coloniais de maior valor (no caso, açúcar e escravos) implica, antes que nada, a identificação do topo da hierarquia econômico-social.

- A Natureza Estrutural da Cadeia Adiantamento/Endividamento

De que maneira o caráter não capitalista do mosaico produtivo colonial, a alta diferenciação social e a concentração da esfera da circulação se traduzem no funcionamento da economia em questão?

A tabela 2 nos indicou que de 16% a 1/4 de toda a riqueza inventariada para o Rio de Janeiro entre 1797 e 1840 eram constituídos por dívidas ativas. Estas, dizíamos, formadas por contas-correntes, letras e créditos pessoais, indicavam a existência de um mercado em que as trocas se con-

fundiam com o pagamento de juros e com a usura. Tal característica pode agora ser amplamente ratificada ao passarmos para o manejo de processos de falências e de administração de bens de ausentes, de seguros e da correspondência comercial existente no acervo da Real Junta do Comércio (Arquivo Nacional).

Entre 1807 e 1832, localizou-se, dentre outros, seis grandes traficantes de escravos envolvidos em processos de falências: Francisco Antonio Malheiros, Fernando Joaquim de Mattos, João Bernardo de Carvalho, José Ignácio Tavares, José Joaquim de Oliveira Guimarães e João Alves da Silva Porto. Cada um deles é devedor de quantias superiores a 50 contos de réis, cifra suficiente para alçá-los ao ápice da hierarquia econômica da praça do Rio de Janeiro. João Alves da Silva Porto, por exemplo, em 1832, deve 1:611:572$379 réis a 85 pessoas. Destas, apenas cinco são credoras de 46% de todo o seu débito (736:815$542 réis), cifra também suficiente para inserir os credores de Silva Porto no topo da hierarquia sócio-econômica fluminense. Perfil semelhante se observa no exemplo de José Ignácio Tavares, devedor, em 1819, de 195:401$579 réis a 75 prestamistas. Seus cinco maiores credores concentram a metade dos débitos, e entre eles pode-se localizar negociantes como José Ignácio Vaz Vieira.

Estes casos dizem respeito a dívidas assumidas entre os membros do diminuto grupo que, entre outros segmentos do comércio, controlam os fluxos de importação, de homens inclusive. Duas conclusões podem ser inferidas. A primeira é a de que o endividamento é um padrão geral, visto que, ao envolver o ápice da hierarquia fluminense, por certo envolverá também os agentes menores. Por outro lado, o próprio fato da elite se endividar entre si indica a precária liquidez (e sua concentração) característica do mercado colonial. Reafirmamos, enfim, um quadro geral, no qual a riqueza detectada na tabela 2 é detida por cerca de 13% dos inventariados, controladores de aproximadamente 2/3 dos montes brutos e de mais ou menos 88% do total das dívidas ativas — ou seja, do crédito.

A idéia de que as empresas desta economia funcionam em meio a verdadeiras cadeias de adiantamento/endividamento, que têm como pano de fundo as hierarquias e monopólios já detectados, pode também ser demonstrada a partir dos mesmos falidos mencionados. Assim, pois, se é certo que Silva Porto é devedor de um cifra astronômica a 85 agentes, em contrapartida ele próprio é credor de 211 pessoas, na quantia de 1:618:365$311 réis. João Bernardo de Carvalho, em 1819, deve 174:531$171 réis a 13 pessoas, mas é credor de 91:751$672 réis a 275 indivíduos.

A consideração dos estratos inferiores da hierarquia ratifica a existência e generalização da cadeia adiantamento/endividamento. Em 1807, o

pequeno empresário José Pedro de Andrade devia 4:023$184 réis a 8 credores, mas ele próprio era credor de um total de 6:503$901 réis distribuídos por entre 14 indivíduos. Caso ainda mais significativo é o de Antonio José de Miranda, um pequeno lojista que em 1809 devia 5:328$197 réis a 20 pessoas (dentre as quais o grande negociante Manoel Pinheiro Guimarães), e era credor de 54 agentes em um total de 5:201$728 réis.

Todos estes exemplos indicam que, no fundamental, a cadeia de endividamentos que viabilizava o crédito (e, pois, a própria reprodução de uma economia mercantil) era constituída por agentes residentes na própria economia considerada. Informações mais precisas acerca deste aspecto podem ser extraídas de 64 processos de falência e administração de bens de ausentes, abertos entre 1805 e 1833. Considerando os valores nominais, dividiu-se os devedores em pequenos (menos de 20 contos), médios (de 20 a 50 contos) e grandes (mais de 50 contos). No caso do primeiro grupo, de um total de 44 processos, 35 desconheciam qualquer tipo de débito frente a credores externos, e apenas um dos casos registrou mais de metade dos débitos contraídos junto a fontes exteriores ao Brasil. Com relação aos grandes devedores, dos dez processos encontrados, sete deviam a credores internacionais. Entretanto, em quatro deles o débito exterior nunca ultrapassava 10% das dívidas, e em apenas um (o caso da firma atacadista Fernandez & Ribeiro) tal cifra chegou a mais de 50%.

Constituída majoritariamente por agentes residentes, a cadeia de endividamentos que tinha na praça do Rio de Janeiro o seu núcleo maior, também se estendia a outras regiões e mesmo países. É o que nos mostra o caso de Francisco José Cardoso, mercador estabelecido em Campos e, como tal, financiador de engenhos da região. Em 1815, suas dívidas ativas e créditos passados em Campos chegavam a 6:264$923 réis. Mas ele também era devedor de 14:711$946 réis a prestamistas da Corte, dos quais 2/3 às famílias Carneiro Leão e Gomes Barrozo, também credoras de Agostinho dos Santos Freire, grande varejista do Arraial do Tijuco em 1808. Manoel Ferreira Maia, comerciante e grande senhor de engenho campista em 1817, é outro exemplo, e tinha entre seus maiores credores a família Ribeiro de Almeida, da Corte.

Outro caso nos é dado pelos inventários **post-mortem** de Bernardo José Ferreira Rabelo (1806) e Francisco Xavier Pires (1826). O primeiro era o cabeça de uma rede que incluía, além dos devedores cariocas, outros de Campos, Espírito Santo, Goiás, Cuiabá, Vila Rica, Sabará, comarca de Rio das Mortes, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Angola, Lisboa, Porto etc. Xavier Pires, por seu turno, detinha uma fortuna de 486:192$797 réis, dos quais 313:594$354 réis em dívidas

ativas, distribuídas por negócios realizados com Malabar, Bengala e Moçambique, além de diversas outras áreas do sudeste e centro-oeste brasileiros.

Tentemos quantificar a distribuição geográfica das redes de dívidas ativas cariocas, a partir de dois exemplos. Dos 50:337$093 réis detidos em créditos por Fernando Joaquim de Mattos em 1817, 57% distribuíam-se pelo Brasil, abrangendo devedores desde a Bahia até o Rio Grande do Sul. Cerca de 18% do valor estava adscrito a devedores africanos, e o restante ao Rio da Prata e Londres. José Joaquim de Oliveira, em 1819, possuia 60:699$036 réis em créditos diversos. Destes, 23% eram empréstimos e financiamentos a devedores residentes desde Pernambuco até o Rio Grande do Sul, 13% a Lisboa e África, e 63% ao Rio da Prata.

É possível que, mais do que em qualquer outro setor, no tráfico atlântico a cadeia de endividamentos assuma importância determinante. Ela mostra a subordinação dos negócios negreiros aos negociantes da praça do Rio — que deste modo controlavam a própria reprodução física das relações sociais. O Autor Anônimo, ao descrever as razões da crise do comércio de escravos de Benguela em meados do século XVIII, nos mostra os mecanismos básicos desta subordinação, enquanto que a documentação da Real Junta do Comércio demonstra a permanência destes mecanismos até pelo menos 1830.

Todo o processo girava ao redor da figura do adiantamento das mercadorias para o escambo. Os comerciantes angolanos recebiam, em consignação, fazendas, tabaco, aguardente, armas e pólvora dos capitães dos negreiros, ficando efetivamente endividados frente ao capital traficante do Rio de Janeiro. A partir daí, as dívidas assumidas por estes comerciantes (seja para com as autoridades locais, seja para com os arrematadores dos contratos dos escravos, ou ainda para com os fornecedores privados) eram pagas em letras passadas e quitadas pelos negociantes do Rio de Janeiro. O Autor Anônimo afirma que, durante a segunda metade do século XVIII, as letras cariocas chegaram a circular como numerário em Benguela.

Os traficantes do Rio, por seu turno, pagavam em dinheiro as mercadorias importadas de Lisboa, ou mesmo aquelas que provinham da Índia. Muitas vezes, aliás, compradas pelos mercadores da praça carioca, os bens do escambo iam diretamente de Lisboa ou Goa para Angola, sem escalas no porto do Rio de Janeiro. É o que nos mostra o processo que, em 1812, por causa do grande atraso na quitação de débito, foi aberto na Junta do Comércio pelo traficante Bernardo Lourenço Vianna, do Rio de Janeiro, contra seu devedor, Antonio Rodrigues de Moura. Ali se mostra que as relações entre os dois litigantes remontavam a pelo menos 1800, quando Antonio de

Souza Portella, negociante de Lisboa, sacou várias letras sobre Moura, comerciante de grosso trato estabelecido em Luanda, a serem pagas a Vianna em um prazo de seis meses. Durante os quatro primeiros anos o negociante angolano realizou os pagamentos que, depois de 1804, simplesmente cessaram. Desde então, de acordo a Vianna, Portella faleceu, sua casa de comércio faliu, e as dívidas para com o traficante carioca se acumularam, chegando a mais de vinte mil cruzados (cerca de oito contos de réis) em 1812. O financiamento de Vianna destinava-se, observe-se bem, à compra de mercadorias na Ásia, sendo o lisboeta Portella, um mero intermediário.

No século XIX, o adiantamento de mercadorias continuou a ser a tônica. É o que nos mostra o caso de José Maria Lúcio, mercador de escravos estabelecido em Luanda que, em 1818, alegando estarem enfermos ele e sua esposa, e sendo ainda menores os seus filhos, anuncia à Junta do Comércio a passagem da administração de seus bens de escambo para Manoel da Rocha Pinto e Joaquim da Silva Regadas, ambos da praça carioca. O mesmo se observa em 1810, quando José Gonçalves Rodrigues, também negociante do Rio, requer os fundos de um carregamento por ele adiantado a José Joaquim da Silva Braga, seu agente em Luanda, que faleceu devendo-lhe 7:262$920 réis em têxteis. Eram ainda credores os comerciantes cariocas Francisco José Pereira Penna (de seu irmão João Antonio Pereira Penna, agente em Luanda em 1820), Domingos José Ferreira Dias Braga (a quem, em 1813, o comerciante Francisco Marques Monteiro, de Benguela, devia 42:322$819 réis), Joaquim José da Rocha, José Luiz Alves, José de Souza Reis e João de Souza (todos eles credores, em 1811, do falido Antonio Carvalho Ribeiro, comerciante de grosso trato de Benguela, da quantia de 19:807$970 réis).

Um outro tipo de fonte atesta ser o adiantamento de mercadorias o mecanismo básico de subordinação dos traficantes africanos aos do Rio de Janeiro. Trata-se da correspondência mantida entre negociantes cariocas e angolanos, que se estende de 1818 a 1823. Assim, pois, em carta do Rio a Antonio Alves da Silva, seu comissário em Luanda, Antonio José Bondozo afirma conclusivo que

> *"V.M. verá o nosso modo de pensar, e que não queremos saber de dívidas, mas sim de effeitos."*[1]

Mais adiante, acerca das negociações que deveriam ser levadas a cabo com a carga remetida a Luanda, diz:

---

[1] Carta de Antonio José Bondozo a Antonio Alves da Silva, de 16.04.1821, Junta do Comércio, cx. 398, pct. 1, Arquivo Nacional (RJ).

"Sendo preciso por em execução alguns meios judiciais [para receber de possíveis devedores] V.M. o fará, pois que pela presente procuração o pode fazer, ficando sempre na inteligência que o saldo [a favor de Bondozo] de nossa conta são 2:279$712, e novamente recomendamos a V.M. a brevidade de nossa remessa."[2]

Outra grande remessa é a de José Francisco da Silva, que afirma ter enviado a seu correspondente na África 200 peças de ouro no valor de 1:408$000 réis, visando a compra de "escravos novos, que sejam bons". Por outro lado, escrevendo a Antonio Alves da Silva, o grande traficante Manoel Gonçalves de Carvalho mostra o grau de dependência do comerciante angolano para consigo através do tom autoritário que imprime às suas ordens. De início, o volume da remessa a ser trocado por escravos é enorme: 30 fardos de fazendas e 20 barris de molhados. Trata-se, segundo Carvalho, de

"muito bons gêneros para o país [Angola], por se terem pedido para esta onde a qualidade escassa."[3]

Com relação às formas de negociação, exige-se cuidado com as vendas fiadas:

"(...) o prazo dever ter cuidado a quem fia, pois do contrário se expõe a perder o principal e lucro, e neste caso ter-se-á, como disse, cuidado."[4]

Manda, ademais, que, se necessário, se peça emprestado, e só em última instância se venda o produto remetido para cobrir despesas. Caso se faça

"a venda justa, fará remessa do líquido para este, empregado em escravos novos que sejam bons, ainda que custem alguma mais dobra (...) vendendo como puder e o que for apurado irá remetendo."[5]

Terminadas as transações em Luanda,

[2] Carta de Antonio José Bondozo a Antonio Alves da Silva, de 16.04.1821, Junta do Comércio, cx. 398, pct. 1, Arquivo Nacional (RJ).
[3] Carta de Manoel Gonçalves de Carvalho a Antonio Alves da Silva, de 07.10.1819, Junta do Comércio, cx. 398, pct. 1, Arquivo Nacional (RJ).
[4] Idem, Ibidem.
[5] Idem, Ibidem.

"retire-se para esta [o Rio de Janeiro] ou siga em navio para Cabinda."[6]

O tom autoritário do discurso se acentua ainda mais em carta enviada seis meses depois. Carvalho afirma ter recebido notícias de que seriam necessários mais 30$000 réis para a conclusão dos negócios em Luanda. Depois de discutir o fundamento da nova, ele é contundente: "seja como for, sou eu quem paga". Adiante, após reafirmar a presença de têxteis indianos em sua remessa, e que já tem os gêneros pedidos, originários de Malabar, reclama da demora de seu navio **Patrocínio**, e conclui ameaçador:

"(...) a continuar a desordem [o atraso na remessa de cativos], pretendo navegá-la [a nau] para este [o porto do Rio de Janeiro]."[7]

Mais um tipo de fonte revela a dependência e a hegemonia dos traficantes cariocas através do adiantamento/endividamento. Trata-se das contas-correntes entre traficantes estabelecidos no Rio e seus pares da área congo-angolana. Na verdade, a própria existência de contas-correntes é, por si só, suficiente para caracterizar um mercado estruturalmente restrito, no qual as relações entre os agentes econômicos são estreitas e personalizadas e, além disso, a competição desempenha papel menor, visto estarem eles atrelados uns aos outros. Como se não bastasse, o conteúdo das contas-correntes do tráfico nos permite observar por períodos mais longos a estreita dependência dos comerciantes africanos e seus móveis.

Tomemos o caso do processo que, em 1809, foi aberto por Micaela Joaquina Nobre, do Rio de Janeiro, contra o testamenteiro dos bens do capitão-mór João Luciano dos Santos, Antonio Lopes Anjo, residente em Benguela. Ali se mostra que Micaela tornou-se testamenteira de seu falecido marido, o capitão Manoel Gonçalves Moledo, além de tutora de seus filhos menores. Moledo era um dos comerciantes "de maior consideração" da praça do Rio, pois negociava com "fundo avultado", tanto naquela cidade como fora dela, incluindo-se o giro mercantil de fazendas para a África e de escravos de lá para o porto carioca. Seu principal ponto de apoio no continete negro era a cidade de Benguela, onde mantinha relações de associação com Ignácio Correia Picanço. Com a morte deste, Moledo associou-se ao comerciante e capitão-mór João Luciano dos Santos, também de Benguela, designado testamenteiro de Picanço.

Com o falecimento de Moledo, Micaela assumiu a administração de sua casa de comércio, conclamando João Luciano a prestar contas do estado

[6] Idem, Ibidem.
[7] Carta de Manoel Gonçalves de Carvalho a Antonio Alves da Silva, de 10.04.1820, Junta do Comércio, cx. 398, pct. 1, Arquivo Nacional (RJ).

dos negócios entre os dois. A partir da comparação entre as contas apresentadas por João Luciano e os documentos do falecido marido, Micaela concluiu haverem substanciais diferenças, com sensível prejuízo para si, avaliado em quase 30 contos de réis. Se acresceu o fato de que João Luciano veio a falecer, sendo nomeado seu testamenteiro Antonio Lopes Anjo, também de Benguela, pelo que Micaela, temerosa da excessiva distância, passou a recear ainda mais não reaver seus fundos. Daí ter ela dado entrada em processo na Junta do Comércio, solicitando o sequestro tanto dos bens de Picanço como dos de João Luciano, até a liquidação dos débitos.

A sociedade estava estabelecida em 1/3 para o sócio angolano, estando os 2/3 restantes em mãos de Moledo. Em 1804, ano em que, ao que parece, faleceu Picanço, o saldo a favor de Moledo chegava a 27:492$869 réis. Neste mesmo ano, aparentemente já em sociedade com João Luciano, os livros contábeis assinalam três remessas de escravos de Benguela para o Rio, as quais envolveram 140 cativos pela corveta **Levante**, e que representaram dívidas da casa de Moledo para com o sócio angolano no valor de 7:725$631 réis. Deste total, Moledo logrou abater, ainda em 1804, 458$617 réis, referentes ao envio para Benguela de seis pipas de aguardente, além de 4:218$523 réis que remeteu em bens de escambo (aguardente e, sobretudo, têxteis), e eventuais pagamentos a terceiros. Do lado africano, ao recebimento das mercadorias sucedia fundamentalmente o envio de cativos, além de despesas menores (cf. tabela 6).

A reiteração desse padrão ao longo do tempo vai enredando o sócio angolano em uma sempre crescente cadeia de dívidas, cujo valor é substancialmente alto para a primeira década do século XIX. O resultado lógico, aqui, é a insolvência do devedor, decretada no momento em que o credor assim o desejar. Lamentavelmente, o processo em questão não apresenta a sentença final que, é provável, se deu a favor de Micaela.

Na prática, encontramos outro efeito desse mecanismo de adiantamento/endividamento. De início, se recordarmos que o padrão de dependência observado nas relações entre o comerciante africano urbano e o traficante carioca está presente nas relações daquele com o **pumbeiro**, teremos mais uma prova da existência de uma cadeia de endividamentos que une o Brasil ao interior africano. Ou seja, partindo de um núcleo original, o traficante do porto carioca, a corrente se estende aos mercados regionais de cativos no coração da África. É o que se observa no processo por dívidas aberto em 1812 por Bernardo Lourenço Vianna contra seu devedor angolano, Antonio Rodrigues de Moura. Nele, em virtude da sentença favorável a Vianna, a Moura nada resta senão lamentar a falta de atenção de Vianna ".às precisas

TABELA 6

CONTA-CORRENTE ENTRE MICAELA JOAQUINA NOBRE, VIÚVA DE MANOEL GONÇALVES MOLEDO (DO RIO DE JANEIRO), E JOÃO LUCIANO DOS SANTOS, COMO PROCURADOR DO FALECIDO IGNÁCIO CORREIA PICANÇO (DE BENGUELA), 1804-1808

Haver		*Dever*	
1804			
.Saldo	27:492$869		
.Aguardente	458$617		
.Dinheiro	4:218$523	.Escravos	7:725$631
1805			
.Despesa de Custeio de Expedição	5:175$287		
.Aguardente	251$277		
.Fazendas	7:831$103	Outros	66$590
.Prêmio (30%)	2:349$330	.Escravos	13:050$388
.Pagtos. de Letras	5:039$195		
.Outros	1:600$000	Pagtos. de Terceiros	4:288$813
1806			
.Despesa de Custeio		.Outros	4:311$850
de Expedição	5:717$557	.Escravos	8:441$092
1807			
.Fazendas de Lisboa	8:830$155	Pagtos. de Terceiros	2:192$880
.Despesa de Custeio de Expedição	4:518$295	.Despesa do regresso de Navio ao Rio	1:803$538
.Gastos em Benguela	1:803$538		
1808			
		.Escravos	3:592$000
		.Outros	27$920
	75:285$746		45:440$702

e atuais circunstâncias e da numerosa família que tem [Moura] de mulher e cinco filhos", e passar à penhora de seus bens e à execução de seus devedores na região angolana.

Vemos, então, que se bem que seja certo que Moura deve a Vianna cerca de vinte mil cruzados, por outro lado ele é credor de 42 indivíduos na cidade de Luanda (num total de quase 21 contos de réis), dois do distrito de Encoje (40$550 réis), cinco no distrito de Dande (256$015 réis), 29 no distrito de Gollongo (26:334$601 réis), quatro no presídio de Muxima (3:893$036 réis), cinco no presídio de Massangano (420$601 réis), 11 no presídio de Pungo (3:598$303 réis), 38 em Ambaca e demais sertões (42:710$234 réis), dois em Benguela (8:023$000 réis), além de dois devedores de 41$100 réis dos quais não se indica o paradeiro. Há ainda execuções em andamento em Angola, contra 21 indivíduos que devem a Moura um total de 21:282$842 réis. Temos, pois, uma cadeia da qual participam nada menos do que 161 agentes além de Vianna e Moura, e que movimenta algo em torno de cem contos de réis.

Não se sabe se o Príncipe Regente atendeu às súplicas de Moura, no sentido de, seguindo a lei vigente, sustar a arrematação de seus bens por um período de cinco anos, prazo no qual o devedor poderia tentar saldar seus débitos. Sabe-se apenas que, se ele executou seus credores angolanos, cujas dívidas eram, de resto, mais do que suficientes para ele quitar sua dívida com Vianna, detonou uma quebra em série: eis aqui um dos possíveis efeitos, o mais desastroso para a economia, de um mecanismo montado sobre a figura do adiantamento/endividamento.

Claro está que a própria legislação comercial coeva previa o perigo das quebras em série, reconhecendo, indiretamente, a extensão e o peso do mecanismo do endividamento na economia não capitalista do império luso. Daí haverem instrumentos dos quais podiam lançar mão os credores, sempre e quando fossem reconhecidos pelos pares como homens de recursos e boa fé e, portanto, merecedores de confiança. De fato, é buscando aproveitar esta brecha que Antonio Rodrigues de Moura faz a sua solicitação. Alertando para o vulto de seu giro e, além disso, para o seu papel de grande contribuinte, prova ele ter atuado em Angola por mais de vinte anos (entre 1788 e 1809), quando foi responsável pelo envio, para o Brasil, de 4.481 escravos adultos, nove crias de pé e 184 de peito. Tais remessas renderam à Real Fazenda 39:023$850 réis em direitos, e 1:345$650 réis em subsídios. Segundo ele, sua "notória honra e boa fé", podem ser provadas pelo fato de "não ter outro algum credor" além de Vianna, e pelo seu desempenho enquanto súdito de Sua Majestade, tendo exercido

"as obrigações militares do seu posto de Sargento-Mór das ordenanças, agindo como um fiel e patriótico cidadão, contribuindo voluntariamente com a importância de 320$000 réis de donativo gratuito para a Real Fazenda."[8]

Tentemos concluir. À indagação que abriu este item, a massa documental manejada aponta para o endividamento enquanto suporte do funcionamento do mercado colonial. O que não deve estranhar, tendo em conta estarmos trabalhando com uma economia arcaica. Nela, a liquidez se encontra concentrada nas mãos do topo de uma hierarquia extremamente diferenciada. Por outro lado, deve-se lembrar que esta capacidade de financiamento é reforçada pela natureza estruturalmente extrovertida da economia, na qual os produtos de maior valor são controlados por um pequeno grupo de comerciantes residentes. Este quadro enseja a emergência de um mercado verdadeiramente cativo, ou seja, como se demonstrou, marcado por práticas monopolistas, consubstanciadas no controle sobre o crédito.

Ressalte-se, por fim, que por se tratar de uma economia não capitalista e mercantil, na qual a própria mão de obra é mercadoria, as práticas monopolistas se traduzem na possibilidade dos negociantes cariocas de grosso trato deterem os mecanismos de reprodução econômica. Isto lhes permite, aliás, controlar a liquidez em um nível que extrapola as fronteiras coloniais brasileiras, alcançando os sertões africanos e os portos asiáticos. Por meio deste mecanismo eles se integram, de maneira privilegiada, à economia imperial portuguesa, com o que o seu papel ultrapassa a atuação na esfera da importação/exportação de bens, para assumir feições mais orgânicas relativas ao haver e dever. O que está em jogo aqui é, de fato, a estruturação de uma verdadeira conta-corrente atlântica que, tendo o capital mercantil carioca como eixo, agrega as diversas formações econômicas extracontinentais.

Dentre 56 processos de falências e de administração de bens de ausentes, arrolados entre 1808 e 1822, nota-se que as 15 casas mercantis discriminadas na tabela 5 aparecem nada mais nada menos do que em 35 peças, ou seja, em 2/3 da documentação. Somente as empresas das famílias Gomes Barrozo e Carneiro Leão surgem em 19 processos, o que significa que elas aparecem em um entre cada três autos. Tais números são explicados quando da lembrança de que estas duas empresas estão entre as dez maiores firmas envolvidas com o comércio com Portugal, entre os dez maiores consignatários de açúcar e aguardente, são acionistas majoritários de seguradoras, do Ban-

[8] Cf. Processo na Junta do Comércio, cx. 377, pct. 1, Arquivo Nacional (RJ).

co do Brasil (do qual Antonio Gomes Barrozo é o segundo maior acionista, superado apenas pela Coroa), além de que os Gomes Barrozo estão entre os quatro maiores traficantes de africanos de 1811 a 1830, e entre os dez maiores consignatários de charque e trigo.

Poderosa, esta elite era ciente de seu papel, reconhecido até mesmo pelo Estado português. Deste modo, não foi gratuito que, em fins do século XVIII, a ela apelasse o Vice Rei, Conde de Rezende, para a constituição de um fundo que, associado à Coroa, viesse a custear o comércio e a agricultura do sul-sudeste. Menos gratuita ainda foi a resposta desta elite, que recusou a proposta real argumentando que assim procediam por já custearem as atividades econômicas daquelas regiões:

> *"(...) parece que fica sendo inútil a sociedade pretendida, visto que sem ela se consegue o seo fim."*[9]

Entre os que firmavam a resposta estavam Braz Carneiro Leão, João e Antonio Gomes Barrozo, Manoel Caetano Pinto e a família Velho da Silva (cf. tabela 5).

[9] Carta do Conde de Rezende a D. Rodrigo de Souza Coutinho, de 30.09.1799, Correspondência do Vice-Reinado, Códice 68, vol. 15, fls. 330-332, Arquivo Nacional (RJ).

IV- Conclusão: O Arcaísmo como Projeto

1. O Primum Mobile *da Sociedade Escravista Colonial: a Perpetuação da Diferenciação Excludente*

Quando, ainda no primeiro capítulo, passamos em revista os principais modelos explicativos da economia colonial, detectamos que para o mais clássicos deles a estrutura produtiva que ao longo do tempo se formou no Brasil era marcada por um sentido quase transcendente: criar e transferir excedentes para a Europa. Dele derivariam contornos precisos, voltados para este objetivo. A economia colonial teria como eixos a associação orgânica entre a grande propriedade fundiária e monocultora, e o trabalho escravo.

Assim montada, a Colônia estaria apta a cumprir os seus desígnios externos. Um dado, porém, escapou aos clássicos da historiografia: a consecução destes objetivos exteriores implicava, necessariamente, a emergência de um sistema econômico e social cujo funcionamento se identificava com a reiteração temporal de uma hierarquia a uma só vez diferenciada e excludente. Isto pouco significaria se recordássemos que na Jamaica, por exemplo, a montagem e funcionamento do escravismo exportador também fundou uma sociedade desigual.

As diferenças começam a surgir, contudo, ajudando a redefinir o dado da diferenciação excludente, quando se recorda que os projetos colonizadores que redundaram no Brasil e na Jamaica foram levados a cabo por metrópoles cujas naturezas eram radicalmente distintas (mais um dado que parece ter escapado aos clássicos). A Inglaterra que se assenhora da Jamaica no século XVII, a mais de cem anos já havia promovido a sua Reforma Anglicana, expropriando as terras da Igreja e, mesmo antes, já se iniciara os **enclousures**. O agro, cenário privilegiado das antigas relações sociais

predominantes, se via cada vez mais mercantilizado, redimensionando as relações de força e propiciando a emergência e/ou redefinição de frações sociais como a **Gentry** e a **Yeomen**. Simultaneamente a tal processo, e mesmo a ele unido, observa-se o envolvimento cada vez maior da economia inglesa com o mercado internacional, de início através da lã e depois por meio de manufaturas, ensejando o crescimento do capital mercantil.

Todo este conjunto de transformações levaria às revoluções do século XVII, terminando por redefinir o próprio papel do Estado que, ao contrário de tentar preservar a velha ordem, buscava incrementar o novo. É em meio a isto que se dá a instalação da estrutura agro-exportadora e escravista no Caribe Britânico. Dito de outro modo, para a Inglaterra, a colonização das Antilhas e a criação, ali, de uma diferenciação socialmente excludente, assume feições de mais um dos instrumentos de transformação de suas próprias estruturas internas. Não é gratuito, portanto, que, neste caso, a reprodução da mão de obra através do tráfico — imprescindível à expansão da **plantation** — seja viabilizada e permaneça controlada pelo capital mercantil inglês.

O panorama português, já o vimos, é totalmente distinto. Para Portugal, a colonização e a montagem de estruturas sócio-econômicas hierarquizadas e excludentes nos trópicos, serve ao claro propósito de preservar a antiga ordem metropolitana. A colonização lusa não deveria ter por consequência o fortalecimento de novos grupos e frações sociais fora do controle do Antigo Regime. O Estado português, ao contrário de seu homólogo inglês do século XVII, estará mais preocupado na manutenção da sociedade estamental do que em ultrapassá-la. Se a sociedade e economia portuguesas da época moderna são arcaicas, isto se dá enquanto um projeto assumido, que tem à sua testa a aristocracia e seus sócios aristocratizantes (os mercadores-fidalgos).

A articulação entre a economia colonial e o projeto arcaico metropolitano surgiu, de fato, centrada na transferência do excedente gerado em além mar. Tal movimento tinha como campos privilegiados o comércio exterior (sobretudo a re-exportação dos produtos coloniais no mercado europeu) e a captação de impostos. Entretanto, se vamos ao funcionamento do Pacto Colonial, observamos que a própria natureza do projeto arcaizante lusitano não só impedia a constituição de um sólido capital mercantil (e, portanto, de fortes e duradouras companhias monopolistas), como também abria espaço para a concorrência intra-comerciantes metropolitanos. Oferecia-se, ademais, a possibilidade de gestação e desenvolvimento de poderosas comunidades mercantis nos trópicos, possibilidade esta que, de uma forma ou de outra, contribuiu para a consecução do projeto arcaico metropolitano —

qual seja, a apropriação do resultado final do funcionamento da economia mercantil colonial, sem o fortalecimento de setores burgueses de ponta que pudessem ameaçar a manutenção da velha ordem.

Pois bem. A ausência de um capital comercial lusitano organizador da produção colonial poderia explicar a possibilidade de emergência de fortes setores mercantis na Colônia, mas não a concretização de tal fenômeno. Para tanto é necessário ir-se às articulações internas da estrutura colonial, na qual percebe-se o papel decisivo assumido pelo mosaico de produções não capitalistas. Sabendo-se que estas produções se movem em meio a um mercado caracterizado por uma frágil divisão social do trabalho e, portanto, por uma precária liquidez, torna-se fácil detectar os móveis da presença hegemônica de um capital mercantil residente. Enfim, e este foi um dos sentidos do capítulo II, a própria estrutura montada a partir da colonização ensejava o aparecimento de elementos que ocupavam a brecha gerada pelos objetivos conservadores intra-metropolitanos.

Aprofundando a análise da economia colonial a partir deste ponto de vista, é forçoso assumir que se está frente a uma estrutura produtiva cuja dinâmica se traduz na constante incorporação de fatores elásticos e de baixo custo: terras, alimentos e mão de obra. Daí derivam algumas consequências imediatas. A primeira se refere à possibilidade que esta estrutura tem de, dentro de determinados limites, resistir às mais diversas conjunturas do mercado internacional — ou seja, de apresentar uma autonomia relativa. Ora, se estamos tratando de uma economia que, ainda quando colonial, possui certa independência frente às determinações exteriores, caberia indagar sobre qual seria o seu sentido maior, isto é, sobre o fim último de sua reprodução temporal.

Começamos a responder a tal indagação quando constatamos que esta mesma estrutura produtiva dava margem ao aparecimento de uma diferenciação excludente que, ao perpetuar-se no tempo, assumia características estruturais (cf. tabela 3). De fato, em se tratando de uma sociedade agrária, os estabelecimentos rurais, ao não demandarem altos investimentos iniciais, podiam ver-se expropriados de parcela expressiva de seu excedente pelo capital mercantil, sem que disso derivasse o seu desaparecimento. Está dada aqui a pré-condição para que, sem maiores riscos, se configure uma hierarquia econômico-social cuja base se identifique com os agentes ligados à terra, e o topo com aqueles vinculados às atividades mercantis (cf. tabela 2).

A natureza estrutural deste tipo de hierarquia torna-se clara quando se percebe a permanência temporal de mecanismos internos que perpetuam a diferenciação indicada. Na verdade, estes mecanismos são caudatários dos

próprios traços definidores da estrutura produtiva em questão. O acesso a terras e homens permite ao livre pobre tornar-se lavrador, com o que detecta-se ser possível existir alguma mobilidade intrínsica à economia em questão. Entretanto, no momento em que monta sua empresa agrária, o lavrador se vê expropriado de parte da produção social. Isto o impossibilita acumular uma escala de riqueza que o permita alçar-se a um patamar mais elevado na hierarquia de fortunas. Lhe está, pois, vedado o acesso às atividades mais lucrativas, aquelas de natureza mercantil (sobretudo as vinculadas ao comércio exterior) que, deste modo, tornam-se atividades cativas dos agentes detentores de liquidez (cf. tabelas 4 e 4.1).

Assim, verifica-se que a possibilidade de ascensão social e econômica antes detectada é agora transformada em um sólido e eficaz mecanismo de exclusão. A mobilidade existe, enfim, em termos da possível inserção dos agentes no processo produtivo **stricto senso**. Uma vez realizado este movimento, temos a reprodução de uma diferenciação excludente.

- O Ideal Aristocrático da Elite Mercantil e a Formação da Aristocracia nos Trópicos

O cenário assim montado indica não apenas um capital mercantil hegemônico, mas também a existência de mecanismos que garantiriam a permanência desta hegemonia. Caberia indagar, agora, sobre as implicações sócio-econômicas desta preeminência. Por si mesma, uma economia marcada pela hegemonia do capital mercantil conhece a esterilização de enorme parcela do excedente produzido:

"O capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagens, e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, está diretamente ligado àrapina e pirataria, ao roubo de escravos e à subjugação (nas colônias)." (Marx, 1975:320)

Em princípio, a hegemonia mercantil, no caso brasileiro, pouco se afastaria deste panorama geral. Na realidade, aqui sua permanência implicaria em uma constante incorporação não capitalista de fatores produtivos caracterizados por baixos preços. Da mesma forma, esta hegemonia redundaria na contínua expropriação de excedentes, permitindo o aparecimento de uma sociedade diferenciada e com poucas possibilidades de elevação social.

No entanto, as fontes mostram outro traço, aparentemente paradoxal, visto que de certo modo nega tanto a lógica empresarial quanto a própria permanência dos grandes comerciantes na elite mercantil. De fato, é expressivo o número de grandes empresas comerciais cuja existência se restringe a, no máximo, duas gerações. Tudo indica que depois de trinta anos de funcionamento contínuo, seus responsáveis acabam por abandonar os misteres mercantis, transformando-se, em particular, em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e de homens.

É o que se nota através do destino dado a parte da acumulação mercantil (i.e., parcelas expressivas do excedente colonial) por volta de inícios do século XIX. Entre 1800 e 1810, o terceiro Ofício de Notas do Arquivo Nacional indica a profissão dos compradores de bens imobiliários urbanos. Dos 196 adquirintes, 90 eram comerciantes, que foram responsáveis por 2/3 dos valores transacionados em prédios. Através desta informação atesta-se claramente o predomínio do capital mercantil neste tipo de aplicação. Por outro lado, durante o mesmo intervalo, os quatro cartórios da cidade do Rio de Janeiro registram a venda de 747 prédios urbanos que, agregados, somam 823:993$205 réis. Deles, 45% são adquiridos por pessoas que por mais de uma vez aparecem comprando este tipo de bem, as quais correspondem a 22% dos compradores, movimentando cerca de 2/5 dos valores imobiliários transacionados. Estes dados mostram estarmos diante de um grupo relativamente pequeno de rentistas e, por conseguinte, frente a um alto desvio de investimentos da produção para um setor que não multiplica riqueza, mas sim a esteriliza.

Caso agreguemos estes valores aos de outro grande símbolo de **status** (as chácaras urbanas), teremos que entre 1800 e 1810 pelo menos 13% (502:917$669 réis) de todos os valores transacionados com registros em cartório eram retirados do circuito produtivo e esterilizados em prol da gestação de frações que viviam à margem não apenas da produção, mas também do próprio comércio. Lembre-se que o montante desta esterilização equivale a 45% do valor de todo o açucar branco exportado através do porto do Rio de Janeiro em 1805 — um dos anos de maior cotação do produto no mercado internacional no início de século. Este último dado remete ao custo, para a sociedade, da constituição do grupo rentista.

Tomando por base as listas de comerciantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro na virada do Setecentos para o Oitocentos, localizou-se no acervo do Arquivo Nacional 25 inventários **post-mortem** cujas fortunas eram sempre superiores a 50 contos de réis — número que por si só já lhes garantia acesso às maiores da época. Deste total, 12 faleceram na condição de comerciantes, nove haviam se transformado em rentistas urbanos e qua-

tro em fazendeiros. Ressalte-se que dos 12 que continuaram ligados ao comércio, sete tinham a aquisição de prédios como a segunda maior rubrica de suas fortunas.

Se nos atemos agora à elite mercantil propriamente dita, vemos que esta reconversão é ainda mais significativa. Dos 15 nomes listados na tabela 5, que reúne os mais importantes negociantes ligados ao comércio de longo curso, localizou-se, por meio de inventários, o destino dado à riqueza de nove deles (Gomes Barrozo, Carneiro Leão, Velho da Silva, Pereira Penna, Pereira Mesquita, Manoel Joaquim Ribeiro, Francisco José Guimarães, Manoel Caetano Pinto e Joaquim José da Rocha). Quando de seu falecimento, apenas João Gomes Barrozo e Manoel Joaquim Ribeiro mantinham-se enquanto comerciantes, com os demais tendo se transformado em rentistas urbanos e/ou senhores de engenhos. Observe-se a especificidade do caso de Gomes Barrozo, cujos filhos acabaram por tornarem-se rentistas.

Não é difícil demonstrar que esta reconversão implica em perdas substanciais, sobretudo quando lembramos que a mudança não representa o abandono de um setor mercantil qualquer, mas sim a saída de setores nevrálgicos e altamente monopolizados. Trata-se, enfim, de abandonar ramos cuja rentabilidade é das mais expressivas dentre os negócios coloniais, como por exemplo o tráfico de africanos, o comércio de açúcar e as companhias de seguros.

Tomando-se por base a comparação entre o comércio negreiro, por um lado, e as fazendas de açúcar e alugéis urbanos, pelo outro, constata-se que o retorno líquido de uma **plantation** pode chegar a uma cifra máxima de 12%, girando em média entre 5% e 10%. Os aluguéis urbanos, por sua vez, analisados através de prestações de contas em inventários **post-mortem** das décadas de 1810 e 1820, podiam chegar a 10% anuais sobre o capital investido em prédios (descontada a manutenção). Já o tráfico de africanos alcançava, na década de 1810, uma lucratividade média de 19% por expedição. Cabe lembrar que estas diferenças relativas tornam-se mais expressivas quando consideradas em termos absolutos. Assim, enquanto que o retorno de um engenho real com cerca de 60 escravos pode chegar, em bons anos da década de 1800, a dois contos de réis, o de uma única expedição negreira, em 1812, podia alcançar cerca de pouco mais de sete contos de réis.

O que estaria por trás de um movimento de reconversão em si mesmo tão estranho? Por certo poder-se-ia argumentar que a reconversão do grande comerciante de longo curso em fazendeiro se explicaria em função da busca de maior estabilidade por parte da fortuna comercial já constituída. Para tanto, se abandonaria uma atividade demasiadamente caudatária das vio-

lentas flutuações do mercado internacional em prol de um tipo de empresa vinculada essencialmente à terra. Contudo, para o caso brasileiro, esta possibilidade deveria ser matizada. Isto porque, ainda que tal reconversão pudesse significar o aparecimento de mais um grande plantador, a vinculação deste ao mercado exterior permaneceria, tendo em vista a natureza agro-exportadora da **plantation**. Em suma, o risco de quebra, mesmo quando minorado, persistiria.

Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante carioca em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais. Tratava-se, enfim, de uma estrutura cujo funcionamento tinha como pré-condição a constituição de relações de **poder**.

Claro está que este quadro geral interno engloba a própria herança aristocratizante ibérica, ainda mais forte quando recordamos que, embora construíssem suas fortunas no Brasil, grande parte desta elite era formada por imigrantes portugueses desembarcados na segunda metade do século XVIII. Na verdade, a busca da aristocratização por parte de membros dos altos estratos das comunidades mercantis não é de modo algum estranha à tradição da Europa do Antigo Regime. Exemplos deste tipo podem ser facilmente detectados não apenas nas sociedades ibéricas, mas também na França, Itália e Alemanha, como demonstram os estudos de Goubert, Romano e Braudel. Com uma diferença, entretanto, em relação ao caso brasileiro: enquanto que na Europa a aristocracia e a sociedade hierarquizada que ela domina precedem historicamente ao grande capital mercantil moderno, no Brasil, em função da inexistência pretérita de uma nobreza, isto não poderá ocorrer. Neste sentido, a transformação de grandes negociantes em rentistas e senhores rurais contribuirá significativamente para a montagem e perpetuação da aristocracia. Por isto é que, analisando a primeira geração de senhores de engenho baianos, em 1580, Schwartz mostra que ao lado de homens de famílias nobres ou detentoras de altos cargos no Estado, havia pelo menos 1/3 de agentes provenientes de profissões mercantis.

Estamos frente a um movimento radicalmente distinto daquele que se dá na Europa, já que aqui o capital mercantil contribui decisivamente para a formação e contínua reiteração de uma hierarquia rural cujo aristocrático topo é constituído por senhores de homens e de terras. É o que se nota quando se trabalha com o mercado rural por meio dos Ofícios de Notas do

Rio de Janeiro. Nele se verifica que, exacerbando a tendência verificada no meio urbano, o grau de diferenciação entre os valores das propriedades rurais negociadas é extremamente alto. Nos anos de 1800 a 1810, por exemplo, 1/3 dos valores negociados estavam em mãos de apenas 5% dos compradores. Estes números referem-se a negócios com fazendas de mais de 50 escravos e 300 alqueires, cujos valores ultrapassassem dez contos de réis (quantia acessível a menos de 1/5 da população presente em inventários da primeira década do século). Daí eles dizerem respeito à montagem de unidades agrícolas pertencentes aos médios e altos estratos da hierarquia rural. Ainda para o período considerado, pelo menos 1/3 dos compradores deste tipo de unidade eram comerciantes.

*

* *

Acompanhar a trajetória dos componentes da elite mercantil nos permitiu não apenas identificar a estratégia de uma dada fração social, mas também rastrear a própria lógica reprodutiva da sociedade. Isto foi possível na medida em que parte expressiva do excedente econômico se traduzia de imediato em uma acumulação mercantil, pelo que o destino dado a esta acumulação nos informa sobre os mecanismos gerais de reprodução da economia.

Se partirmos deste pressuposto geral, acabaremos por concluir não haver contradições maiores entre a hegemonia do capital mercantil (sobretudo no que se refere ao seu parasitismo) e o funcionamento de uma economia agrária de base escravista. Em primeiro lugar, porque a própria existência de uma esfera mercantil hegemônica, tal como ela se expressava, acabava por reforçar o caráter não capitalista do processo produtivo, além de cercear a opção de mobilidade econômica dos lavradores. Mas a organicidade entre um certo tipo de acumulação mercantil e a economia em questão não se esgotava aí, pois grandes frações mercantis, ao constituírem grupos rentistas urbanos, se convertiam em parcela do topo da hierarquia. Reforçava-se, deste modo, a natureza excludente da sociedade, já que cristalizavam-se grupos à margem do mundo do trabalho. Por outro lado, caso consideremos que parte do excedente agrícola já havia sido esterilizada (pois fora apropriada pelos comerciantes), a transformação de parcela da elite mercantil em senhores de homens e de terras significará o retorno desta parte expropriada e, pois, a própria viabilização da hierarquia social. Com este movimento completa-se a reprodução integral da economia e sociedade tratadas, demonstrando-se, ademais, que a estratégia do capital mercantil subordina-se — em um nível muito amplo — à reiteração da estrutura agrária escravista.

Levando-se o raciocínio mais adiante, e lembrando a posição privilegiada do capital mercantil carioca no mercado atlântico português, observa-se que a contínua recriação desta estrutura agrária escravista envolve a própria reprodução de outras formações não capitalistas. É o caso daquelas que, na África, têm no tráfico de almas o mais importante eixo de diferenciação social. É também o caso de Portugal, apropriando-se das rendas derivadas dos negócios ultramarinos. É, pois, factível concluir que, ainda quando seja correto apontar para a cada vez mais intrincada vinculação da economia colonial ao mercado exterior de feições mais e mais capitalistas, seu pano de fundo viabilizador é constituído pela contínua exacerbação de uma natureza arcaizante.

Fontes e Bibliografia

Nossas preocupações, neste item, consistem em indicar apenas as fontes primárias e secundária que serviram de eixo para o presente trabalho. Outras informações, inclusive acerca da metodologia aplicada, podem ser buscadas em Fragoso (**Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa de 1991) e Florentino (**Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o Porto do Rio de Janeiro, c.1790-c.1830**. Niterói, Universidade Federal Fluminense/Departamento de História, 1991, tese de doutoramento inédita), trabalhos que forneceram o arcabouço empírico geral. Do primeiro, às páginas 255, 282, 281 e 263, foram retiradas as tabelas 2 (baseada em inventários **post-mortem**), 4 e 4.1 (fundadas em escrituras públicas de compra e venda dos quatro primeiros ofícios de notas do Arquivo Nacional), e 5, esta última baseada na **Gazeta do Rio de Janeiro**, no códice "Embarcações" do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em processos diversos da Junta do Comércio, e no **Almanak** de 1811 citado na listagem de fontes a seguir. Do segundo trabalho, às páginas 68, 193 e 268, foram retiradas as tabelas 1 (baseada nos periódicos indicados na listagem a seguir), 6 (fundada em processos encontrados na Junta do Comércio), e 3 (baseada em inventários **post-mortem**).

1. Obras de Caráter Geral

- Braudel, Fernand (1985). **Civilização Material e Capitalismo (Os Jogos da Troca)**. Lisboa, Cosmos.
- Carmagnani, Marcello (1973). **Les Mécanismes de la Vie Economique dans une Societé Coloniale: Le Chili, 1680-1830**. Paris, SEVPEN.
- Halperín-Donghi, Túlio (1985). **Reforma y Disolución de los Impérios Ibéricos**. Madrid, Alianza.

- Hobsbawm, Eric J. (1977). **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Marx, Karl (1975). **El Capital**. México DF, Fondo de Cultura Económica, vol. 3.
- Romano, Ruggiero & Tenenti, Alberto (1984). **Los Fundamentos del Mundo Moderno**. Mexico DF, Siglo XXI.

2. Modelos Explicativos da Economia Colonial e Obras Gerais da Historiografia Colonial

- Bethell, Leslie, Org. (1987). **Colonial Brazil**. New York, Cambridge University Press.
- Cardoso, Ciro (1987). **Escravo ou Camponês? O Proto Campesinato Negro nas Américas**. São Paulo, Brasiliense.
_____ (1975a) "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América", **in**: Santiago, Theo (Org.). **América Colonial**. Rio de Janeiro, Pallas, 61-88.
_____ (1975b) "O Modo de Produção Escravista Colonial na América", **in**: Santiago, Theo (Org.). **América Colonial**. Rio de Janeiro, Pallas, 89-143.
_____ (1980) " As Concepções acerca do *Sistema Econômico Mundial* e do *Antigo Sistema Colonial*; a Preocupação obsessiva com a *Extração de Excedente*", **in**: Lapa José R. do A. (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**, Petrópolis, Vozes, 109-132.
- (1983) "Escravismo e Dinâmica Populacional nas Américas", **in**: **Estudos Econômicos**, 13, 1, 41-53.
- Furtado, Celso (1967). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Gorender, Jacob (1978). **O Escravismo Colonial**. São Paulo, Ática.
- _____ (1990). **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo, Ática.
- Lockhart, James & Schwartz, Stuart B. (1985). **Early Latin America**. New York, Cambridge University Press.
- Mello, João M. C. de (1982). **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Brasiliense.
- Novais, Fernando A. (1983). **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808**. São Paulo, Hucitec.
- Prado Jr., Caio (1977). **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense.
- _____ (1978). **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense.

- Schwartz, Stuart B. (1988). **Segredos Internos**. São Paulo, Cia. das Letras/CNPq.
- Silva, Maria B. N. da, Coord. (1986). **O Império Luso-Português (1750-1822)**. Lisboa, Estampa.
- Simonsen, Roberto C. (1978). **História Econômica do Brasil, 1500-1820**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

3. Economia e Sociedade Portuguesas na Época Moderna

- Almeida, José R. C. D. (s/d). "Traços Gerais do Sistema de Comércio Português no Atlântico -- Esboço de Caracterização, 1475-1750", **in**: **Primeiras Jornadas de História Moderna**. Lisboa.
- Boxer, Charles R. (1981). **O Imperio Colonial Português, 1415-1825**. Lisboa, Edições 70.
- Falcon, Francisco J. C. (1982). **A Época Pombalina**. São Paulo, Ática.
- Godinho, Vitorino M. (1975). **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa, Arcádia.
_____ (1978). **Ensaios II**. Lisboa, Sá da Costa.
- Hanson, Carl A. (1986). **Economia e Sociedade no Portugal Barroco**. Lisboa, D. Quixote.
- Rau, Virgínia (1984). **Estudos sobre História Econômica e Social do Antigo Regime**. Lisboa, Ed. Presença.
- Serrão, Joel (1987). **Pequeno Dicionário de História de Portugal**. Lisboa, Figueirinhas.
- Smith, David G. (1974). "Old Christian Merchants and the Foundation of the Company, 1649",**in**: **Hispanic American Review**, 54, 2, 233-259.

4. Economia e Sociedade do Rio de Janeiro

- Antonil, André J. (1976). **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos/INL (primeira edição:1711).
- Balhana, Altiva P. (1986). "A População", **in**: Silva, Maria B. N. da. (Org.). **O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822**. Lisboa, Estampa, 19-62.
- Boxer, Charles R. (1973). **Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1614-1686**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/EDUSP.

- Brown, Larissa V. (1986). **Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and its Hinterlands, 1790-1822**. University of Virginia/Corcoran (tese de doutoramento inédita).
- Cleveland, Donald (1973). **Slavery and Abolition in Campos, Brazil. 1830-1888**. Cornell University (tese de doutoramento inédita).
- **Escrituras Públicas de Compra e Venda 1798-1835, Primeiro Ofício de Notas; e de 1800-1816, Segundo, Terceiro e Quarto Ofício de Notas**. Arquivo Nacional (RJ).
- Faria, Sheila S. de C. (1990). "Escravidão e Relações Familiares no Rio de Janeiro (Período Colonial)." Niterói, **Cadernos do ICHF** 23.
- Fragoso, João L. R. (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul, 1850-1920**. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS (dissertação de mestrado inédita).
- Gorenstein, Riva (1978). **O Enraizamento de Interesses Mercantis Portugueses na Região Centro-Sul do Brasil (1808-1822)**. São Paulo, USP/Dept. de História (dissertação de mestrado inédita).
- **Inventários Post-Mortem do Rio de Janeiro, 1789-1840**. Arquivo Nacional (RJ).
- Johnson, Harold B. (1973). "A Preliminary Inquire into Money, Price and Wages in Rio de Janeiro, 1763-1823", in: Auden, Dauril (Ed.). **Colonial Roots of Modern Brazil**. Berkeley, University of California Press.
- Karasch, Mary C. (1987). **Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850**. Princeton, Princeton University Press.
- Lara, Silvia H. (1988). **Campos da Violência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lisboa, Balthazar (1835). **Anais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Imprensa de Seignot-Plancher, tomo 4.
- Lobo, Eulália M. L. (1978). **História Econômica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IBEMEC, 2 vols.
- _____ (1975). "O Comércio Atlântico e a Comunidade de Mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII", in: **Separata da Revista de História da USP**, 101.
- "Relatório do Marquez do Lavradio", (1842 e 1913), **in: Revista do IHGB**, vols. 4 e 76.
- Salvador, José G. (1978). **Os Cristãos Novos e o Comércio no Atlântico Meridional**. São Paulo, Pioneira/MEC.
- Santos, Corcino M. (1981). **Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa, 1763-1808**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Silva, Francisco C. T. da (1990). **Morfologia da Escassez**. Niterói, UFF/Dept. de História (tese de doutoramento inédita).

5. Tráfico de Escravos

- Autor Anônimo. "Instruções em que se Mostra a Formalidade do Comércio do Reino de Angola e Benguella, e o Quanto Tinha Florescido Desde o seu Princípio athé o Anno de 1760 em que Principiou a sua Ruína...". Seção de Manuscritos, Lista I 4455-94, Biblioteca Nacional (RJ).
- Alencastro, Luis F. de (1985-1986). **Le Commerce des Vivants: Traite des Esclaves et Pax Luzitana dans l'Atlantique Sud**. Paris, Université de Paris X, 3 vols. (tese de doutoramento inédita).
- **Códice 242, Provedoria da Fazenda**. Arquivo Nacional (RJ).
- **Códice 425**, Arquivo Nacional (RJ).
- Conrad, Robert (1985). **Tumbeiros**. São Paulo, Brasiliense.
- Curtin, Philip D. (1969). **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison, Wisconsin University Press.
- Goulart, Maurício (1975). **A Escravidão Africana no Brasil**. São Paulo, Alfa Omega.
- Klein, Hebert S. (1978). **The Middle Passage**. Princeton, Princeton University Press.
- Lovejoy, Paul E. (1982). "The Volume of the Atlantic Slave Trade: a Synthesis", **in**: **The Journal of African History**, 23, 473-501.
- Periódicos da Seção de Microfilmes da Biblioteca Nacional (RJ): **Diário Fluminense** (1824-1830); **Diário do Governo** (1823-1824); Diário do Rio de Janeiro (1825-1827); **Espelho** (1821-1823); **Gazeta do Rio de Janeiro** (1811-1822); **Jornal do Commércio** (1827-1830); **Volantin** (1822).

6. Produção de Alimentos

- Castro, Hebe (1991). "Trabalho Familiar e Escravidão", **in**: **Cadernos do ICHF** 23.
- Corsetti, Berenice (1983). **Estudo da Charqueada Escravista Gaúcha no Século XIX**. Niterói, UFF/Dept. de História (dissertação de mestrado inédita).
- Fragoso, João L. R. & Florentino, Manolo G.(1990). **Mercado e Formas de Acumulação: Os Comerciantes de Grosso Trato da Praça do Rio de Janeiro, c.1790-c.1830**. Rio de Janeiro, PNPE/IPEA.
- Kuzsnesof, Elisabeth. (1986) **Household Economy and Urban Development, São Paulo, 1765-1836**. Westview Press.
- Lenharo, Alcir (1979). **As Tropas da Moderação**. São Paulo, Símbolo.

- Libby, Douglas C. (1988) **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista – Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense.

- Linhares, Maria Y. L. & Silva, Francisco C. T. da (1980). **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo, Brasiliense.

- Luna, Francisco V. & Costa, Iraci del N. (1983). "Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX", **in: Estudos Econômicos**, 13, 1, 211-221.

- Marcílio, Maria L. (1974). **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**. São Paulo, USP (tese de livre-docência inédita).

- Maxwell, Keneth (1977). **A Devassa da Devassa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- Petrone, Maria T. S. (1976). **Barão de Iguape**. São Paulo, Cia Ed. Nacional.

- Rabello, Elisabeth D. (1973). **As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVII**. São Paulo, USP/dept. de História (tese de doutoramento inédita).

- Schwartz, Stuart B. (1992). **Slaves, Peasants and Rebels**. Illinois University Press.

- Zarth, Paulo A. (1988). **História Agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920**. Niterói, UFF/Dept. de História (dissertação de mestrado inédita).

7. Flutuações da Economia Colonial e Conjuntura Internacional

- Arruda, José J. de A. (1980). **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo, Ática.

- Casa dos Contos, **Passagem de Tropas e Tropeiros pelo Registro do Rio Preto**. Livros 452, 462, 471, 755, 2961 e 2962. Arquivo Nacional (RJ).

- **Códice Embarcações**. 1792-1822. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

- IBGE (1986). **Estatísticas Históricas do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, vol. 3.

- Mauro, Frederic (1980). **A Expansão Européia, 1600-1870**. São Paulo, Pioneira/EDUSP.

- Posthumus, W. W. (1943). **Inquire into the Price in Holland**. Leiden, E.S. Brill.

8. Comerciantes

- "Almanak do Rio de Janeiro para o Ano de 1811", **in: Revista do IHGB**, 282, 1969.

- "Almanak do Rio de Janeiro para o Ano de 1817", **in: Revista do IHGB**, 270, 1966.

- "Almanak da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o Ano de 1824", **in: Revista do IHGB**, 278, 1968.

- **Almanak Imperial do Comércio e das Corporações Civis e Militares do Império do Brasil**. Plancher-Segnot, 1829.

- **Códice 68**. Correspondência do Vice Reinado para a Corte. Arquivo Nacional (RJ).

- Dias, Maria O. S. (1972). "A Interiorização da Metrópole", **in**: Motta, Carlos G. (Org.). **1822: Dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 160-184.

- Junta do Comércio. Arquivo Nacional (RJ).

- Nunes, Antonio D. "Almanak Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o Ano de 1792", **in: Revista do IHGB**, 266, 1965.

- _____ "Almanak Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o Ano de 1794", **in: Revista do IHGB**, 266, 1965.

- _____ "Almanak Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o Ano de 1799", **in: Revista do IHGB**, 267, 1966.

- _____ "Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice Rei Luiz de Vasconcelos por Observação Curiosa dos anos de 1779 até o de 1789", **in: Revista do IHGB**, 157, 1884.

9. África

- Benezet, Antony. (1968) **Some Historical Account of Guinea**. London, F. Cass (primeira edição:1771).

- Birmingham, David (1975a). "Central Africa from Camerun to the Zambeze, c.1050-c.1600", **in: The Cambridge History of África**, vol. 3, 519-566.

- _____ (1975b). "Central Africa from Camerun to the Zambeze, c.1600-c.1790", **in: The Cambridge History of África**, vol. 4, 325-383.

- _____ (1965). **The Portuguese Conquest of Angola**. London, IRR/ Oxford University Press.

- Cooper, Frederick (1979). "The Problem of Slavery in African Studies", **in**: **The Journal of African History**, 20, 103-125.

- Curtin, Philip D. (1975) **Economic Change in Pre-Colonial Africa. Senegambia in the Era of The Slave Trade**. Madison, Wisconsin University Press.

- Meillassoux, Claude (Org.) (1975). **L'Esclavage en Afrique Precoloniale**. Paris, F. Maspero.

- _____ (1985) **Anthropologie de l'Esclavage**. Paris, PUF.

- Miller, Joseph C. (1979) "Some Aspects of the Commercial Organization of Slaving at Luanda, Angola, 1760-1830", **in**: Gemery, Henry & Hogendorn, Jan (Edts.) **The Uncommon Market**. New York, Academic Press, 77-106.

- _____ (1983). "The Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone", **in**: Birmingham, David & Martin, Phillys M. (Edts.) **History of Central Africa**. London/New York, Longman, 118-159.

- _____ (1982). "The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of Western Central Africa", **in**: **The Journal of African History**, 23, 17-61.

- Polanyi, Karl (1968). **Dahomey and the Slave Trade**. Seattle/London, University of Washington Press.

- Richards, W. A. (1980). "The Impact of Firearms into West Africa in the Eighteenth Century", **in**: **The Journal of African History**, 21, 1, 43-59.

- Smith, R. S. (1976). **Warfare and Diplomacy in Pre-Colonial Weste Africa**. London, Methuen.

10. Outros

- Pinheiro, Paulo S. (1984). **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Romão, Maurício C. (1991). "Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais no Brasil", in: Camargo, José M. & Giambiagi, Fábio (orgs.). **Distribuição de Renda na Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.